

Laura de Oliveira

NAS TRAMAS DA MODERNIZAÇÃO ESCOLAR

**A singularidade histórica do Grupo Escolar
Senador Camilo Chaves (1955–1966)**



UBERLÂNDIA, MG

2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

LAURA DE OLIVEIRA

NAS TRAMAS DA MODERNIZAÇÃO ESCOLAR: A SINGULARIDADE
HISTÓRICA DO GRUPO ESCOLAR SENADOR CAMILO CHAVES
(1955–1966)

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Educação, da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial para
obtenção do título de mestre em
Educação

Linha de Pesquisa: história e
historiografia da educação

Orientadora: prof. dra. Betânia de O.
Laterza Ribeiro

UBERLÂNDIA, MG

2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da
UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

O48	Oliveira, Laura de, 1999-
2026	Nas Tramas da Modernização Escolar: [recurso eletrônico] : a singularidade histórica do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves (1955-1966) / Laura de Oliveira. - 2026.
Orientadora: Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro.	
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Educação.	
Modo de acesso: Internet.	
DOI http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.43	
Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.	
1. Educação. I. Ribeiro, Betânia de Oliveira Laterza, 1961-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Educação. III. Título.	

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902 Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação			
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 01/2026/954, PPGED			
Data:	Vinte de janeiro de dois mil e vinte e seis	Hora de início:	9:00 h	Hora de encerramento:
Matrícula do Discente:	12412EDU025			
Nome do Discente:	LAURA DE OLIVEIRA			
Título do Trabalho:	"Nas Tramas da Modernização Escolar: a singularidade histórica do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves (1955–1966)"			
Área de concentração:	Educação			
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação			
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Abrigar, assistir e educar: os preventórios e a oferta de ensino profissional para a prole de pessoas hansenianas, (1935–65)"			

Reuniu-se, através da sala virtual RNP (<https://conferenciaweb.rnp.br/sala/betania-de-oliveira-laterzaribeiro>), da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Elizabeth Farias da Silva - UFSC; José Carlos Souza Araujo - UFU e Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 20/01/2026, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Souza Araujo, Usuário Externo**, em 20/01/2026, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elizabeth Farias da Silva, Usuário Externo**, em 26/01/2026, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6981389** e o código CRC **73B04278**.

LAURA DE OLIVEIRA

NAS TRAMAS DA MODERNIZAÇÃO ESCOLAR: A SINGULARIDADE
HISTÓRICA DO GRUPO ESCOLAR SENADOR CAMILO CHAVES —
1955–1966

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação.

Linha de pesquisa: história e historiografia da educação

Uberlândia, 20 de janeiro de 2026

BANCA EXAMINADORA

Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Presidente (Orientadora)

Elizabeth Farias da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina
Membro titular externo

José Carlos Souza Araújo
Universidade Federal de Uberlândia
Membro titular interno

*Dedico este trabalho à minha família,
meu alicerce, por nunca soltar minha mão,
e a todos que acreditaram em mim
quando o cansaço parecia maior que a esperança.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e a Nossa Senhora, por me darem forças e coragem para superar cada obstáculo, pois uma pesquisa de mestrado embora seja um caminho árduo também é de momentos felizes e aprendizado. Surgem pessoas que oferecem apoio, incentivo e mostram a direção correta para que continuemos a jornada rumo à conclusão.

Expresso a minha eterna gratidão aos meus pais, Elsio e Delcira, pelo apoio incondicional ao longo dessa caminhada, oferecendo suporte moral e financeiro, além de partilharem diálogos de vivências relacionadas aos grupos escolares, que muito contribuíram para minhas reflexões ao longo da pesquisa. Ressalto que essa trajetória também foi marcada por desafios, entre eles está o diagnóstico de leucemia de minha mãe, o que tornou esse apoio ainda mais significativo.

Agradeço aos meus irmãos, Pedro e Guilherme, e aos meus sobrinhos, Miguel e João, pela presença ao longo dessa trajetória.

À minha orientadora, professora doutora Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, expresso meu reconhecimento e minha profunda gratidão. Pessoa admirável, atenciosa, paciente e dedicada às suas responsabilidades. Faltam adjetivos para descreverem todas as suas qualidades. Tive a oportunidade de conhecê-la, aproximar-me e ser orientada com elevado nível científico, fundamental à condução e conclusão deste trabalho.

Aos membros da banca de defesa desta dissertação, agradeço o aceite: professor doutor José Carlos Souza Araujo e a professora doutora Elizabeth Farias da Silva. Destaco o professor doutor Armindo Quilici Neto, que participou da banca de qualificação. São professores com contribuições fundamentais na linha de pesquisa “história e historiografia da educação”. Sinto-me honrada em tê-los como avaliadores.

Aos meus amigos de Uberlândia, Carlos, Juliano, Naiane, Michael, Peixinho e Grover. Aos de longa data, Aline, Adrielly, Isabela e Hagata. E ao meu namorado, Gustavo. Agradeço todo o apoio, o companheirismo, as conversas e os desabafos ao longo da caminhada; e a alegria de sempre com minhas conquistas.

À Universidade Federal de Uberlândia, por proporcionar este espaço enriquecedor de construção do conhecimento que é a Faculdade de Educação, assim

como o Programa de Pós-graduação em Educação. Nesse sentido, agradeço ao professor doutor Astrogildo Fernandes da Silva Junior, ex-coordenador do curso, que se disponibilizou a esclarecer dúvidas relacionadas com os trâmites do Comitê de Ética e do programa. Aos técnicos administrativos Ali Ahmad Smidi e James Madson Mendonça, agradeço o auxílio na resolução de questões acadêmico-administrativas.

Também agradeço ao professor doutor Mário Borges Netto, que foi meu supervisor durante o estágio de docência.

Agradeço à agência de fomento Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo apoio financeiro durante meu mestrado.

Meu agradecimento especial à equipe da Escola Estadual Senador Camilo Chaves e à Superintendência Regional de Ensino de Ituiutaba, que abriram seus arquivos às demandas da pesquisa.

RESUMO

OLIVEIRA, Laura de. *Nas tramas da modernização escolar: a singularidade histórica do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves (1955–1966)*. 2026. 169 f. Dissertação (mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2026. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.43>

Este estudo problematiza a gênese do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves como objeto de estudo. Partiu dos seguintes questionamentos: quais eram as circunstâncias históricas de Ituiutaba quando surgiu? Quais agentes do setor público e do privado se envolveram na criação? Que demandas educacionais o grupo escolar veio atender e quais se imporiam? Como se processaram a instalação, a abertura de matrículas e as atividades do primeiro ano letivo? Que impactos teve no processo de alfabetização urbana? Que relações estabeleceu com a sociedade? O objetivo geral de pesquisa foi contribuir para reforçar o *corpus* de estudos sobre a história da educação em Ituiutaba, em especial a dos grupos escolares. Como objetivos específicos, foram estabelecidos os de: *recompor* historicamente a gênese e o funcionamento inicial do grupo escolar, tendo em vista seus antecedentes e seus consequentes; *apontar* agentes e ações em âmbito municipal e estadual quanto a criar e instalar o novo grupo escolar; *caracterizar* o processo de instalação com vistas às condições materiais (lugar e ocupação) e aos recursos humanos (corpo docente e direção); *reconhecer* as fontes de financiamento do grupo escolar; *mapear* os números da matrícula urbana e a contribuição dos grupos escolares na ampliação da oferta de vagas. Desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia — linha de pesquisa “história e historiografia da educação” —, a investigação é do tipo documental-empírica, dentro dos limites da história das instituições escolares e em perspectiva descritivo-analítica problematizadora. Tal delineamento deriva de orientações de Nosella e Buffa (2013) para estudos das instituições escolares. As fontes incluíram documentação escrita (escrituração escolar, escritos oficiais, textos de jornais), imagens e entrevista. A pesquisa cobre o recorte temporal 1955–65, que abrange o ano da gênese do grupo escolar e o ano de transição para o prédio próprio; e momento de entrada da entrevistada na “vida” da escola. Os resultados mostram que a criação do grupo foi discutida com Juscelino Kubitschek em 1951, mas que só ocorreu só em 1955, em plena campanha dele à presidência da República; daí se poder ver a criação como gesto eleitoreiro. Essa compreensão se reforça pelo fato de que o estado fecharia os olhos para as demandas de financiamento da escola recém-criada; o que obrigaria seu corpo funcional agir ao lado da iniciativa privada para tentar arrecadar fundos. Por outro lado, enquanto faltavam recursos de manutenção, aumentava a população da cidade, com a instauração do processo de êxodo do campo para a cidade. Quanto o grupo escolar formou a primeira turma, o número de residentes na cidade se equiparava ao de habitantes do meio rural. Ao longo dos anos 60, esse processo se intensificaria em um ritmo que dificilmente seria acompanhado pela oferta de novas vagas escolares.

Palavras-chave: Ituiutaba. Instituição Escolar. Gênese. Impacto Social.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Laura de. In the plots of school modernization: the historical singularity of the Senador Camilo Chaves School Group (1955–1966). 2026. 169 f. Dissertation (master's degree in Education) — Faculty of Education of the Federal University of Uberlândia, Uberlândia, 2026. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.43>

This study problematizes the coming of Grupo Escolar Senador Camilo Chaves as subject matter. Its starting point is the following questions: what were the historical circumstances of Ituiutaba when this primary public school emerged? Which public and private sector agents were involved in its creation? What educational demands did it meet, and which ones would come? How were its facilities, enrollment, and the activities of the first school year processed? What impacts did it have on urban literacy? What relationships did it establish with society? The general research aim was to strengthen the corpus of studies on the history of education in Ituiutaba, specifically regarding grupos escolares. The specific aims were: to historically reconstruct the genesis and initial operation of the school, considering its antecedents and consequences; to identify municipal and state-level agents and actions regarding the creation and setting-up of the school; to characterize the setting-up process with a focus on material conditions (location and occupation) and human resources (teaching and leadership); to recognize the school sources of funding; and to map urban enrollment numbers and the contribution as to expanding the offer of vacancies. Developed within the Graduate Program in Education at the Federal University of Uberlândia — under the research line “history and historiography of education” —, the study is of a documentary-empirical nature, within the limits of the history of educational institutions and from a descriptive-analytical problematizing perspective. This framework derived from Nosella’s and Buffa’s (2013) guidelines for school institutions studies. Historical evidence included written documentation (school records, official writings, newspaper texts), images, and an interview. The research covers the timeframe 1955–65, which encompasses the year of the school genesis and the year of transition to its own building, as well as the moment the interviewee entered the school (1964–5). Results show that the creation of the group was discussed with Juscelino Kubitschek in 1951, but only occurred in 1955, in the midst of his campaign for the Presidency of the Republic; hence, its creation can be seen as a political-electoral gesture. This understanding is reinforced by the fact that the state turned a blind eye to the funding demands of the newly created school, which forced its staff to act alongside the private sector to try and raise funds. On the other hand, while maintenance resources were lacking, the city’s population was increasing due to the onset of the rural exodus. By the time the school graduated its first class, the number of city residents was equivalent to the number of rural ones. Throughout the 1960s, this process would intensify at a pace that could hardly be matched by the provision of new school vacancies.

Keywords: Ituiutaba. School institution. Genesis. Social Impact.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Visão externa da fachada frontal do Grupo Escolar Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva retratada em dia de visita da pessoa do professor homenageado no nome da escola, anos 1950	38
FIGURA 2	Retrato da primeira diretora do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves, Maria Moraes, sem data	49
FIGURA 3	Visão externa da fachada frontal do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves retratada em dia letivo, 1956	52
FIGURA 4	Plantio tradicional de arroz com uso de uma carroça semeadeira, Rio Grande do Sul, anos 1930	84
FIGURA 5	Anúncios da concessionária Cancella, firma de Ituiutaba que vendia veículos e maquinário agrícola, 1954/56	90
FIGURA 6	Desenho de trator sendo guiado como marca-chave da mecanização agrícola em Ituiutaba, MG, 1954	91
FIGURA 7	Exemplos de anúncios publicitários (meia página e um quarto de página) afins à mecanização do campo publicados nas páginas da <i>Folha de Ituiutaba</i> , MG, 1960	92
FIGURA 8	Modelo de secador mecânico para arroz publicizado pela <i>Folha de Ituiutaba</i> mediante anúncio de um quarto de página, Ituiutaba, MG, 1958	93
FIGURA 9	Ata da eleição da nova diretoria do Caixa Escolar Senador Camilo Chaves 1960	131
FIGURA 10	Documento de registro oficial da composição do conselho da Caixa escolar do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves, Ituiutaba, MG, 1960	133

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1	Escolas públicas e privadas criadas em Ituiutaba, MG (1908–54)	41
QUADRO 2	Leis Orgânicas do Ensino	58
QUADRO 3	Números de produção agrícola e ocupação laboral por setor, Ituiutaba, 1940–55	79
QUADRO 4	Número de tratores no Brasil (1920–56) e em Ituiutaba, MG (1957)	83
QUADRO 5	Números da população, de escolas e da alfabetização no meio rural de Ituiutaba, MG, 1950–66	103
QUADRO 6	Números aproximados da população urbana e rural de Ituiutaba, MG (1940–70)	105
QUADRO 7	Mapeamento da matrícula/formatura nos seis primeiros grupos escolares de Ituiutaba, MG, 1955–66	106
QUADRO 8	Subvenções públicas a instituições de assistência social a pessoais Em situação de vulnerabilidade psicológica, física (fisiológica) e material, Ituiutaba, MG, 1959–64	125
QUADRO 9	Subvenções públicas a grupos escolares de Ituiutaba, MG, 1957–64	125
QUADRO 10	Subvenções públicas a instituições escolares de Ituiutaba, MG, 1957–64	127
TABELA 1	Número de tratores, animais de tração e população rural dos Estados Unidos, 1910–50	82

Nossos filhos não ficarão sem matrículas, por falta de escolas. Haverá escolas de sobra por esse Brasil afora. Jânio prometeu acabar com esse problema. Tanto que já posso ver o diretor do colégio entrando em minha casa, pedindo pelo amor de Deus para eu matricular a criança no colégio dele, e não em outro. Haverá salas de aula com três ou quatro alunos, por excesso de vagas.

— ARAPORÃ, 1960

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 GRUPO ESCOLAR SENADOR CAMILO CHAVES: ENTRE ESCOLARIZAÇÃO E POLÍTICA PARTIDÁRIA	26
1.1 O grupo escolar: entre analfabetismo, desejo de progresso e precariedade	30
1.1.1 O grupo escolar em Ituiutaba: a precariedade no tempo e no espaço	31
1.2 Grupo Escolar Senador Camilo Chaves: terceira escola primária pública	41
1.2.1 Matrículas abertas! A inauguração do terceiro grupo escolar ituiutabano	45
1.3 A regulação do ensino no novo grupo escolar	54
1.3.1 Evolução da legislação educacional, 1946–61	54
2 GRUPO ESCOLAR, ECONOMIA E ANALFABETISMO: RELAÇÕES DE CONTRADIÇÃO?	67
2.1 Rizicultura e economia: o capitalismo monopolista em Ituiutaba	71
2.1.1 Rizicultura em Ituiutaba: de subsistência à exportação	72
2.1.2 Comércio, bancos e imprensa: agentes da mecanização agrícola e do capitalismo monopolista	88
2.2 Mecanização agrícola e ensino profissional	96
3 GRUPO ESCOLAR (CAMILO CHAVES) E PRECARIEDADE: AÇÕES E REAÇÕES NA RELAÇÃO ESTADO–SOCIEDADE CIVIL NA EDUCAÇÃO	110
3.1 O público–privado e o assistencialismo: capitalismo monopolista no cotidiano da escola	112
3.1.1 O público–privado na escola pública	114
3.1.2 Assistencialismo (à infância): a presença do privado na escola pública	119
3.2 Caixa escolar: comunidade educacional e sociedade civil na manutenção da escola primária pública	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS	144

INTRODUÇÃO

A história acadêmica da educação em Ituiutaba, MG, em especial da escola pública, tem mostrado o quanto o processo de escolarização em tal município é peculiar (único até em certo sentido). A sede do município entrou na era da modernização representada pelo modelo de escola chamado grupo escolar menos de cinco anos após ser “importado” para Minas Gerais via reforma João Pinheiro (1906); ou seja, em 1910, já estava criado o primeiro Grupo Escolar; mas só em 1947 seria criado o segundo. O período soma quase quatro décadas após. O terceiro grupo escolar foi criado só em 1955, isto é, quase cinco décadas após ser criado o primeiro. Daí até 1963, seriam criados mais seis.

O número de escolas criadas e os intervalos de tempos revelam certa irregularidade na oferta de vagas em escolas públicas primárias que pode ter se associado a outros desenvolvimentos sociais ligados à escolarização, a exemplo do aumento da população. Com o Ensino Primário restrito a um grupo escolar por tanto tempo, seguramente o número de vagas criadas não acompanhou o aumento da população infantil urbana, que demandaria escola primária pública.

Curiosamente, a cidade chegou a 1950 com taxas expressivas de escolarização, em especial entre os homens: mais de 70% eram alfabetizados, enquanto entre as

mulheres a taxa era de quase 70%. Eram padrões elevados para a média nacional, para um grupo escolar. De fato, na falta escola pública em Ituiutaba, o ensino particular prosperou, ao menos desde meados dos anos 30. Por outro lado, a criação de mais grupos escolares a partir de 1955 ofereceu uma perspectiva palpável de se reduzir o analfabetismo na cidade.

Isso caso a população urbana ficasse mais ou menos estável em relação a 1950, quando somava pouco de oito mil pessoas. Mas o aumento até 1960 foi elevado: o número de habitantes chegou a mais de 21 mil, enquanto a população do campo decrescia pela metade relativamente a 1950 (40 mil).

Uma razão para isso foi outro fator que singularizou ainda mais o município: na década de 1950, em especial, o meio rural recebeu uma leva imensa de migrantes vindos de regiões vizinhas ao município de Ituiutaba, do norte de Minas Gerais e de estados como Rio Grande do Norte e Paraíba. Ao longo dos anos 50, mais de oito mil pessoas ampliou a população rural do município, quatro vezes maior que a da cidade em 1950; mais que isso, era maciçamente analfabeta, tanto quanto a gente migrante, mesmo com dezenas de escolas rurais criadas até 1970. A singularidade estava na inversão do movimento migratório: enquanto no país era do campo para a cidade, em Ituiutaba foi inverso.

Todavia, ao longo do decênio de 60, essa população migrante deixaria o meio rural do município para ir morar na cidade, então a “capital do arroz”. O município então se destacava na produção de arroz de tal modo, que havia se tornado uma economia expressiva no estado em razão do que gerava de arrecadação; era uma produção em volume de exportação. Ituiutaba representou a abertura de uma fronteira agrícola que se mostrou muito bem-sucedida, dada a produção gerada; e essa condição foi uma porta aberta para se submeter tal produção aos ditames do chamado capitalismo monopolista, instalado no Brasil a partir de década 50 para se consolidar nas décadas seguinte, na cidade e no campo.

Dentre as consequências da instalação do capitalismo monopolista em Ituiutaba, a mecanização da produção rural desencadeou um processo de esvaziamento da população rural à medida que a força da máquina substituía a dos braços. Sem trabalho na roça, a população migrante se viu sem outra saída que não aquela que levava para as cidades da região do Pontal do Triângulo Mineiro, acima de tudo Ituiutaba. Esse êxodo

campo–cidade foi tão expressivo, que em 1970 as proporções da população urbana e rural no total se inverteram por completo: o número de pessoas vivendo na cidade era mais ou menos o mesmo dos que viviam no meio rural em 1950.

Esse movimento migratório teria um impacto enorme no setor educacional em razão da falta de aparato escolar suficiente para acomodar a demanda. Com isso, a cidade que uma vez ostentou índices elevados de alfabetização em relação à população rural passava, agora, a se aproximar do campo em taxas de analfabetismo. Embora se possa cogitar os grupos escolares criavam um aparato para a eventual vinda da população das fazendas para a cidade, não eram em número suficiente para acompanhar um aumento populacional tão numeroso em poucos anos.

Se esse cenário parecer pouco promissor ao combate ao analfabetismo via escola pública primária, devemos dizer que piora quando ficamos sabendo que os grupos escolares criados de 1955 a 1965 não contaram com prédio próprio até, pelo menos, 1965, a exemplo do Grupo Escolar Camilo Chaves, o terceiro a ser criado na cidade e que abordamos nesta dissertação como núcleo do objeto de estudo. O presente trabalho procura escrever parte da história de tal instituição escolar, recortando sua primeira década de existência; o que pressupõe sua gênese, sua instalação física, seu funcionamento inicial, sua produção em números de alfabetização.

O grupo Camilo Chaves representa um marco histórico na formação educacional da região, um espaço simbólico de construção de identidades, memórias e práticas ao longo das décadas que se apresenta aqui como objeto de pesquisa de forma não casual. Derivou da trajetória de formação inicial em Pedagogia no *campus* Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia no município de Ituiutaba. Por cinco anos foi possível conhecer diversas instituições de ensino da cidade, e dentre elas estava a Escola Estadual Senador Camilo Chaves. O contato com essa escola despertou o interesse em aprofundar o estudo sobre sua história.

A entrada no mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, *campus* Uberlândia, ensejou a proposição de uma pesquisa sobre a gênese do grupo escolar referido no período 1955–66. Além da formação anterior, as disciplinas cursadas reforçaram o desejo de estudar a escola; especialmente Tópicos Especiais em História e Historiografia da Educação III: Histórias das Instituições Escolares. Essa matéria, que aborda o surgimento das instituições educativas, ofereceu subsídios valiosos para se

compreenderem as origens e características dos grupos escolares; foi um incentivo a continuar.

Dadas essas motivações e a contextualização prévia, problematizamos o objeto de estudo da pesquisa — a gênese e o funcionamento inicial do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves — partindo dos seguintes questionamentos: quais eram as circunstâncias históricas de Ituiutaba quando surgiu? Quais agentes do setor público e do privado se envolveram na criação? Que demandas educacionais veio atender e quais se imporiam? Como se processaram a instalação, a abertura de matrículas e as atividades do primeiro ano letivo? Que impactos teve no processo de alfabetização urbana? Que relações estabeleceu com a sociedade?

Com essa perspectiva de problematização, foram definidos os objetivos de pesquisa, dentre geral e particulares. O objetivo geral foi o de ampliar o *corpus* de estudos sobre a história da educação em Ituiutaba, em especial dos grupos escolares, que tem sido produtiva até então, com uma cobertura quase total das instituições criadas como grupo escolar (ou seja, falta a história pós-1971). Como objetivos específicos, foram estabelecidos os de: *recompor* historicamente a gênese e o funcionamento inicial do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves, tendo em vista seus antecedentes e seus consequentes; *apontar* os agentes e suas iniciativas em âmbito municipal e estadual no que se refere a criar e instalar o novo grupo escolar; *caracterizar* o processo de instalação do grupo escolar com vistas às condições materiais (lugar e ocupação) e aos recursos humanos (corpo docente e direção); *reconhecer* as fontes de financiamento do grupo escolar; *mapear* os números da matrícula urbana e a contribuição dos grupos escolares na ampliação da oferta de vagas.

Cumprir esses objetivos exigiu uma pesquisa documental e empírica desenvolvida no campo da história da educação, dentro dos limites da história das instituições escolares e em perspectiva descritivo-analítica problematizadora.

Tal delineamento de pesquisa deriva de orientações contidas nas recomendações de Paolo Nosella e Ester Buffa (2013) para estudos das instituições escolares. Conforme dizem os autores, o propósito maior de tal abordagem é compreender a escola, não como entidade isolada, e sim como parte de um todo social complexo. Nesse caso, importa a relação do particular com o universal, ou seja, como o grupo escolar (o particular) se relaciona com o contexto que o circunda: social, político, econômico etc.

(o universal). Com isso, se pode relativizar verdades totalizantes sobre a evolução das conexões entre Estado, escola pública e sociedade em aspectos diversos, em especial as condições materiais da educação escolar.¹

Assim, vai importar à pesquisa a “vida” da escola, sua existência na prática diária, diante dos desafios e problemas; as circunstâncias de criação e instalação, o prédio e a organização do espaço segundo arquitetura e reformas; o corpo discente em suas origens sociais e familiares, o corpo docente e escolha de nomes, assim como a direção; a cultura e os saberes escolares (currículo, método, material didáticos, disciplinas...); normas externas e internas, práticas disciplinares, ritos e rituais como festas e eventos de civismo e comemorativos. Conforme dizem os autores, um escopo tal não se pode cumprir sem uso de documentação histórica diversa; ou seja, é preciso trabalhar com pluralidade de fontes para, de fato, se captar a realidade da instituição na superfície e no fundo; aí entram fontes documentais escritas: escrituração escolar (atas, regimentos, boletins, diários de classe, livro de matrículas...), material escolar docente e discente (livros, cadernos, anotações, dentre outros); escrituração oficial (relatórios, ofícios e mensagens, normas, leis etc.); *imprensa* (textos, imagens e grafismos), impressos avulsos, datiloscritos e manuscritos e outros; *iconografia* (imagens em sua diversidade); *materialidade* (prédio, objetos escolares, mobiliário, uniforme); enfim, *oralidade* (entrevistas com pessoas que fizeram parte diretamente da vida interna e externa da escola, que são memória viva do cotidiano escolar).²

Mais que descrever, é preciso problematizar mediante reflexão e análise para se ver contradições, conflitos, desencontros, descompassos, discrepâncias, imprecisões, em uma palavra, tudo que nos leva a desconfiar da confiabilidade, da certeza das afirmações, das verdades ditas e dadas, visões idealizadas, e assim por diante. A intenção deve chegar às transformações da instituição no tempo, à relação entre a instituição singular e a sociedade que a produziu, que a usa e dela se beneficia.³

Em atenção a tais diretrizes, fomos atrás da documentação⁴ na expectativa de encontrar acervos generosos (ainda que fossem arquivos não organizados). Mas nos

¹ NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Instituições escolares: por que e como pesquisar.* 4^a ed. Campinas: Alínea, 2013.

² Nosella e Buffa (2013).

³ Nosella e Buffa (2013).

⁴ O processo de procurar, levantar e tratar das fontes se desdobrou com base em alguns referenciais histórico-metodológicos. Na perspectiva documental, foram: LE GOFF, Jacques. *História e memória.*

frustramos desde logo, pois a ida à escola foi o primeiro passo e visto como mais importante. A frustração se impôs quando se viu que o acervo documental da escola era quase inexistente, de tão escasso; o máximo encontrado foram uma fotografia da fachada da escola, livro de promoção de alunos, ata de reunião da caixa escolar e seus membros para mudança de nomes nos cargos, os quais foram anotados documento, anexado à ata.

Em razão da escassez de registros escritos, foi necessário procurar pessoas que pudessem ser entrevistadas para produção de fontes orais; de ex-estudantes a ex-docentes, passando por demais funcionários e pessoas da comunidade, todos interessavam como memória viva. Mas o recurso se mostrou frustrante também. Exceto uma senhora, não foi possível contar com mais informantes, mesmo que uns tenha se interessado em contribuir, mas não mediante entrevista. Apesar disso, o relato da ex-aluna foi sistematizado em fonte com a qual se contou para desenvolver o argumento da pesquisa.

O depoimento foi realizado de forma remota, por meio da plataforma Google Meet, em uma sessão de conversa, com a entrevistada em sua residência. Hoje na casa dos 60 anos de idade, ela foi matriculada no grupo escolar um pouco antes de a escola se mudar para o prédio (1964–5), de modo que sua memória de recordações mais factuais desse período se mostrou vaga, limitadas a poucos relatos e a ênfase em uns. Ainda assim, suas falas sobre as circunstâncias de entrada na escola foram muito expressivas para a pesquisa.

Por fim, sobrou o recurso à imprensa, com uma pesquisa o mais exaustiva possível, graças aos mecanismos de busca por palavra-chave. Mediante o uso de várias palavras e expressões, foi possível levantar um número considerável de textos diversos, de anúncio a artigo, além de ilustrações e outros; mas ainda com uma parte pequena sobre a escola que estudamos. Portanto, restava o problema de poucas fontes específicas. A solução foi rever os pontos estruturantes da pesquisa em função do que havia sido obtido de fontes, as quais conjugamos em nome de um olhar mais adequado

Campinas: ed. Unicamp, 1990; BARROS, José D'Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Vozes, 2019; PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009 e PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes históricas*. 3^a ed. São Paulo: Contexto, 2011. Para a produção da fonte oral, recorremos a ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3^a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

as expectativas. Assim, cremos ter sido possível escrever parte da história da instituição escolar referida dentro de limites acadêmicos aceitáveis.

Uma vez classificadas, as fontes lidas e anotadas a um ponto de saturação que permitisse reter conteúdos para associações e (cor)relações à medida que se passava de uma para outra. Feita essa leitura de saturação anotada, foi possível decompor as informações das fontes para organização e classificação em formas tabelas, alíneas, justaposição de blocos de textos, em ordem cronológica e conceitual na medida da necessidade e dos assuntos principais e secundários da pesquisa.

Iniciada nessa de lida, a leitura analítica das fontes seguiu quatro categorias: analfabetismo; expansão escolar; movimentos migratórios; mecanização agrícola; as quais foram derivadas em função de mudanças nos elementos de estruturação da pesquisa. As fontes foram analisadas com atitude de leitura crítica histórico-interpretativa, fundada no diálogo com estudos afins, estudos teórico-conceituais e histórico-contextuais. Foram consideradas em relação à autoria e às intenções de sentido, assim como o contexto de circulação.

Por trás dessa atitude de leitura, esteve a premissa de não se ver, de modo algum, a fonte como uma *verdade dada e acabada*; ao contrário, deve ser vista *a priori* como algo articulado, montado, pensado, calculado, tal qual se faz quando se quer contar uma mentira. Assim, se for uma verdade a ser aceita, então a fonte precisará ser provada, corroborada, ou seja, não será aceita passivamente. *A priori*, a fonte histórica deve ser lida sempre com desconfiança, cuidado, cautela, com perguntas, indagações, questionamentos — interrogações.⁵

A pesquisa cobre o recorte temporal 1955–66, que abrange o ano da gênese do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves e o ano de transição para o prédio próprio; e momento de entrada da entrevistada na “vida” da escola. De fato, o recorte avança uma linha divisória que não se pode ignorar: o golpe civil-militar de abril de 1964. Todavia, entendemos que mudanças substanciais na educação não ocorreram no pós-golpe imediato; a mudança que houve foi a de prédio — esta, sim, mais passível de ter influído na vida diária da instituição escolar com a perspectiva de ampliação do espaço e do público. A rigor, procuramos conter a discussão nos limites cronológicos do regime de governo democrático; por mais que a lembrança do golpe seja inevitável, como

⁵ Le Goff (1990).

quando um horizonte de subvenções maiores do município aos grupos escolares foi apagado pela deposição do governo local, alinhado na política do governo federal, João Goulart — deposto.

Ao mesmo tempo, o período recortado abarca um processo maior que afetaria a escolarização no município de forma intensa: a agricultura do arroz, que se tornou motor da economia na região. Ituiutaba se tornou fronteira agrícola de tal modo, que atraiu os interesses capitalistas, então orientados pela produção monopolista.⁶ Instalado no Brasil dos anos 50 em diante, seu processamento ditaria mudanças não só na economia, mas ainda na educação, em que se destinaria à elite econômica um modelo distinto do que era destinado à classe trabalhadora.

Avanços educacionais foram lentos e fragmentados, pois não havia necessariamente políticas públicas de financiamento/garantia das condições de funcionamento e existência, assim como de formação docente e valorização do trabalho educativo. Não faltava consciência da necessidade de se ampliar o acesso universal à educação elementar e melhorar a qualidade do ensino. O que faltava era que fossem priorizadas de fato e coerentemente com as demandas sociais por escolarização em meio a um processo de urbanização e transformações econômicas como a industrialização dos anos 1950–60. Como diz Bueno, não havia possibilidade de melhorias sem mudanças estruturais nas políticas educacionais; faltavam diretrizes efetivas para garantirem os recursos materiais, o suporte pedagógico e a valorização dos profissionais da educação.⁷

Nesse sentido, o esforço da democratização do ensino se limitava a criar escolas de forma desigual para atender, não às necessidades da população, mas aos interesses ao da política, ora da indústria, ora de ambos e de outros mais. Essa lógica foi marcante no processo que redundou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 4.024/dez. 1961) e na própria lei — com chancelas à escola privada.

Foi nesse contexto que surgiu o Grupo Escolar Senador Camilo Chaves, criado em 30 de abril de 1955 (decreto 4.567), para ser inaugurado em janeiro de 1956 e existir por quase dez anos sem prédio próprio e improvisando seu financiamento e sua manutenção, tanto quanto os demais grupos escolares criados após 1955.

⁶ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5^a ed. São Paulo: Globo, 2005.

⁷ BUENO, José Geraldo Silveira. Função social da escola e organização do trabalho pedagógico. *Educar*. Curitiba, n. 17, p. 101–10, 2001.

A história do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves que aqui apresentamos se desdobra nos três capítulos desta dissertação.

O capítulo 1 situa o surgimento como terceiro grupo escolar de Ituiutaba, ou seja, em relação ao primeiro e ao segundo; nesse sentido, fica claro que se iguala nas necessidades e se distingue no processo de criação: aparentemente, foi o mais submetido a interesses eleitoreiros em sua fundação, algo como notícia a ser dada quando o candidato estivesse visitando Ituiutaba. Da criação ao funcionamento, igualmente ficou claro o limite que o estado se punha na relação com a escola criada: iria pouco além da criação e dos custos de salário (docentes, diretora etc.); o lugar da escola, suas salas de aula, com seu mobiliário e recursos didáticos, tudo ficaria a cargo da ação local, da iniciativa do poder público e da sociedade civil.

O capítulo 2 discorre sobre contexto de surgimento do grupo escolar e de seus desdobramentos como escola pública que surge no momento em que: Ituiutaba se projetava como economia de destaque em Minas Gerais por causa rizicultura; em que o município recebia uma massa de migrantes (cerca de oito a dez mil pessoas) para trabalharem nas lavouras de arroz até o momento em que a mecanização agrícola se impôs e levou a uma nova migração: do campo para a cidade. Com isso, certo estado de coisas mais ou menos equilibrado nos índices da escolarização urbana seria desequilibrado pela integração à urbe da população que migrava do meio rural e era maciçamente analfabeto. Em tal contexto, o grupo escolar estudado entraria na década de 60 na perspectiva de não comportar a demanda por Ensino Primário que se imporia ao poder público desde 1960, ano em que houve equiparação numérica entre população urbana e rural (cerca de 21 mil para cada). Por isso, foi importante mapear a matrícula na cidade para se aventarem entendimentos do quanto os grupos escolares — instituições do estado — contribuíram para acomodar a demanda escolar do município e o quanto puderam fazer para não serem rebaixados os níveis de escolarização da cidade, elevados desde 1950. Em alguma medida, se pode dizer que o poder público de um município rico se preocupou em destinar mais subsídios aos grupos escolares, para os quais o estado não olhava; mas a medida durou não mais que dois anos, pois a força política responsável pela mudança de olhar foi cessada abruptamente em abril de 1964.

O capítulo 3 se volta ao grupo escolar estudado como tentativa de adentrar seu funcionamento minimamente. O ponto de partida é sua inserção na lógica das relações

entre o público e o privado em suas condições de existência, pois foi preciso criar uma interface entre grupo escolar, comunidade escolar intramuros e extramuros e sociedade em geral para se resolverem as carências materiais. Desse modo, o capítulo discorre sobre a formação da caixa escolar como instituição de assistência escolar que fazia mediação necessária para campanhas de arrecadação. O foco eram crianças que vinham de famílias paupérrimas, sem condições até de não alimentarem a prole a contento; a alunos com tal perfil a caixa escolar atendia com a oferta de material escolar, uniforme e calçados, material didático completo e alimentação. Mas, em que pese o sucesso das campanhas, o problema da miséria e do abandono de crianças era muito maior do que as demandas do grupo escolar nesse sentido e, por isso, consumiam muito mais subsídios. Dito de outro modo, eram tais as condições de vida, que mesmo o alunado pobre beneficiado podia ser considerado privilegiado antes outras crianças que não conseguiam entrar na escola e viviam perambulando pelas ruas, sob riscos diversos.

As considerações finais procuram alinhavar uma síntese dos pontos estruturantes da pesquisa, dos achados e das perspectivas de avanço na investigação do objeto: o Grupo Escolar Senador Camilo Chaves e os desafios da massificação do Ensino Primário em meio a processos como migração campo–cidade.

I

GRUPO ESCOLAR SENADOR CAMILO CHAVES: ENTRE ESCOLARIZAÇÃO E POLÍTICA PARTIDÁRIA

“**F**aleceu o escritor e ex-senador Camilo Rodrigues Chaves”. Com essa frase-manchete de capa, o jornal *Folha de Ituiutaba* de 1955 noticiou a morte de um ituiutabano ilustre. O texto que vem após a manchete, obviamente, teve matéria biográfica e, ao mesmo tempo, serviu de “anúncio” fúnebre, haja vista que ele estava em Belo Horizonte quando passou mal do coração. Talvez para destacar a vida dele como mais importante em face da morte o texto tenha apresentado fatos biográficos circundando a nota obituária. Mas pode ter sido, também, para destacar a importância de sua pessoa na cidade e no município, mesmo que isso fosse de conhecimento quase geral, dada sua existência na condição de homem público; aliás, o jornal prometeu expandir “os dados biográficos do saudoso Dr. Camilo Chaves”. A prefeitura “decretou luto oficial, por três dias” e determinou “encerramento do expediente externo” como forma de “reconhecimento pelos inegáveis serviços” que ele tinha prestado a Ituiutaba.⁸

⁸ FOLHA DE ITUIUTABA. *Faleceu o escritor e ex-senador Camilo Rodrigues Chaves*. Ituiutaba, MG, sábado, 5 fev. 1955, n. 700, p. 1. O texto descreve Camilo Chaves assim: “Profundo pesar em Ituiutaba ante o seu inesperado passamento. Ituiutaba foi profundamente abalada na manhã de ontem com a fausta notícia do falecimento do escritor e ex-senador Dr. Camilo Rodrigues Chaves, na noite do dia 3 do corrente, em Belo Horizonte, vítima de colapso cardíaco. Aqui encontravam-se seus três únicos filhos Dr. Camilo Chaves Jr., Hélio e Fábio Chaves, que, tão logo tiveram conhecimento da dolorosa ocorrência, em companhia do Sr. Antonio Sousa Martins, prefeito municipal, cunhado do extinto, rumaram *incontinenti* para Belo Horizonte. [...] Inúmeros telegramas foram daqui endereçados, da parte de pessoas amigas, a

Do que foi dito, destacamos a relação com a educação.

Dr. Camilo Rodrigues Chaves foi militante na política de Ituiutaba e da região. Exerceu cargo de vereador à Câmara Municipal em diversas legislaturas, tendo sido eleito mais tarde deputado e senador ao congresso mineiro, quando teve oportunidade de prestar a este município esses mais assinalados serviços, que ainda aí estão a atestar o seu espírito esclarecido e sua eficiente atuação de homem público, tais como: a construção da ponte “Raul Soares”, do Fórum e do grupo escolar “João Pinheiro”.⁹

Conforme podemos ler, o currículo dele incluía ações em prol da materialização de mais condições à comunicação viária, à ação e presença do Poder Judiciário local e à *escolarização primária pública*. Neste último caso, assegurar um prédio era um feito e tanto, porque, tal qual um argumento central deste estudo, a situação era de *falta* de prédios para as escolas públicas criadas.

Camilo Chaves deixaria herdeiros, em especial o primogênito, Júnior. Este também se alçou na política como prefeito de Ituiutaba e Cachoeira Dourada. Em 1945, a imprensa do Triângulo Mineiro destacou sua presença no Executivo. Os jornais *Correio de Uberlândia* e *Lavoura & Comércio* (Uberaba), em edições de julho de 1945, informaram seus feitos com apenas dois meses à frente da administração municipal, dentre os quais, alguns para a educação.

O *Lavoura & Comércio* foi generoso: dedicou uma página inteira (sete colunas com retrato de Chaves Júnior no centro), onde se referiu ao município em vários aspectos econômicos, em especial o aparato particular da educação: o Instituto Marden, com Ginásio e Normal, e duas escolas religiosas. Supostamente, era suficiente para a demanda urbana porque o prefeito viu o meio rural como mais prioritário.

O ensino rural tem sido a preocupação máxima da administração do dr Camilo Chaves Júnior. Atualmente, mantém a Prefeitura *doze escolas rurais* e uma urbana, sendo propósito do Senhor Prefeito instalar outras ainda no corrente ano. [...] a Prefeitura, devidamente autorizou e contratou a construção de um prédio para funcionamento da escola municipal da Vila de Santa Vitoria, que recebera a denominação de Escola

viúva do extinto D[on]a. Damartina Chaves, testemunhando pesar pelo passamento daquele varão ilustre, a quem Ituiutaba tanto deve. [...] Além de político e parlamentar dos mais brilhantes, o Dr. Camilo foi jornalista, professor e escritor de renome, tendo publicado em linguagem apurada e num estilo elegante e atraente o romance da terra e do homem do Brasil-Central, *Caiapônia*, em cuja obra pôs novamente em destaque o nosso município. Seu segundo livro, *Semyramis*, encontra-se no prelo, devendo ser exposto à venda brevemente”.

⁹ *Folha de Ituiutaba* (1955, p. 1).

“Governador Valadares”, como justa homenagem ao ilustre Governador do Estado (grifo nosso).¹⁰

No meio urbano, a demanda era mais de manutenção e melhoria do aparato educacional público (aliado ao de saúde).

[O] setor de assistência social, conta a cidade com uma Sociedade São Vicente de Paula e com uma *bem organizada Caixa Escolar anexa ao Grupo Escolar “João Pinheiro”*, que está agora concluindo um amplo e confortável *refeitório para a criança pobre*. Ituiutaba conta também com duas aparelhadas casas de saúde (grifo nosso).¹¹

O jornal *Correio de Uberlândia* foi parcimonioso: dedicou um quarto de página (três colunas com fotografia no centro); a ênfase foi na visita que o então recém-eleito prefeito fez ao governo estadual, em Belo Horizonte, e o que havia obtido. De volta a Ituiutaba, ele concedeu entrevista ao correspondente do jornal, que enumerou conquistas do “jovem administrador do município” após conferenciar com o governador Benedito Valadares. Este teria aprovado uma “série de melhoramentos” a serem concretizados no “próspero município”; mas que isso, o prefeito teve resultados imediatos quanto à concessão de subsídios para fins sociais (acertados com Odete Valadares, então presidente da Legião Brasileira de Assistência, “conhecida entidade filantrópica”).¹²

[Foi concedido] um auxílio de Cr.\$ 60.000,00, destinados 50.000 para a instalação de um aparelhamento do Hospital [...] 10.000 para conclusão das obras do Pavilhão “João Martins de Andrade” onde se instalará o *Serviço de assistência médica e alimentar da criança pobre do Grupo Escolar local* (grifo nosso).¹³

Em que pesem as informações relevantes dos textos sobre o ensino rural, destacamos deles pontos afins ao meio urbano.

Um ponto é o elo que une pai e filho na condição de políticos com certa preocupação com a escola pública elementar: a melhoria do grupo escolar com a construção de prédio próprio (obtida pelo pai) e de mais um pavilhão no prédio (obtida pelo filho). É de se espantar, porém, que não tenham cogitado a criação de mais grupos escolares, o que nos leva a reiterar nosso entendimento de que o que havia era visto por

¹⁰ LAVOURA & COMÉRCIO. *Ituiutaba sob os influxos de administração evoluída e secunda*. Uberaba, MG, 9 jul. 1944, n. 10885, p. 25.

¹¹ *Lavoura & Comércio* (9 jul. 1944, p. 25).

¹² CORREIO DE UBERLÂNDIA. *Coroada de pleno êxito a viagem do dr. Camilo Chaves Júnior à capital*. Uberlândia, MG, sábado, 21 jul. 1945, n. 1699, p. 1.

¹³ *Correio de Uberlândia* (21 jul. 1945, p. 1).

eles como bastante (tanto pode ser isso, que o filho mostrava mais preocupação com o ensino rural, vale frisar).

Outro ponto que destacamos — a rigor, quase a mesma coisa do anterior — era o estado da escola pública. O município tinha predicados para ser o quarto em importância econômica no Triângulo Mineiro — conforme descreveu o *Lavoura & Comércio*; mas tinha *um* grupo escolar. Ainda assim, a cidade chegaria a 1950 com taxas de alfabetização elevadas em relação à média nacional (50%): homens com mais de 70%; mulheres, pouco menos que 70%.

Disso inferimos que, por um lado, de fato o aparato escolar público e particular conseguia acomodar a demanda por escolarização; por outro, que uma parte expressiva da população era capaz de arcar com custos da educação privada. Isso porque o grupo escolar em 1944 acomodava menos de 800 matrículas, tal qual apontou o *Lavoura & Comércio*.¹⁴ Quanto à faixa de cerca de 30% restante, seria o caso de se dizer que era de parcela da população sem condições de pagar para estudar e que não encontravam vagas no *único* grupo escolar, além de adultos.

Foi nesse cenário de ênfase na escola pública rural e de carências de/na pública primária urbana que surgiu o terceiro grupo escolar de Ituiutaba: o Senador Camilo Chaves, que abordamos neste capítulo do ponto de vista de seu surgimento tal qual *instituição* escolar em meados dos anos 50. Enfocamos o processo de criação em relação ao que havia e ao que foi; porém, em uma perspectiva mais externa, da observação externa, em que se projeta a visão de terceiros: seja o registro documental legal — a terceira pessoa do Estado; seja o registro da imprensa — a terceira pessoa da sociedade em geral, a opinião pública. Tal compreensão externa se faz importante para adentrarmos a instituição com base nas poucas fontes que registram sua “vida” — a visão do funcionamento, do cotidiano, da comunidade.

Além disso, contextualizamos o *status* do grupo escolar como instituição educacional republicana. Procuramos recompor, com brevidade, o surgimento dos grupos escolares anteriores como medida de compreensão histórica da expansão do Ensino Primário no interior; isso porque, embora os tempos fossem outros (anos 1910 e fim da década de 1940), havia permanências, sobretudo de problemas — o fio condutor. Apresentamos o surgimento do Camilo Chaves tal qual fato de repercussão local —

¹⁴ *Lavoura & Comércio* (9 jul. 1944, p. 1).

mais uma escola pública — e para a campanha à presidência — mais um feito associado a Juscelino Kubitschek. Enfim, situamos o grupo escolar como instituição de ensino em sentido estrito: o ditado pela legislação pós-Constituição de 1946, a da chamada Segunda República.

1.1 O grupo escolar: entre analfabetismo, desejo de progresso e precariedade

Surgido no alvorecer da República no Brasil, o grupo escolar se projetou destinado a difundir valores do novo regime de governo. Visto ter sido instaurado sem que o povo fizesse parte necessariamente da decisão de mudar, o republicanismo dependia de um trabalho intenso de difusão e incutição em meio aos valores e às crenças de muita gente. Era necessário um trabalho na base, da qual a educação elementar é representante; logo, a escola primária pública seria o vetor da República para que, dela, chegasse à família, e desta aos parentes e à vizinhança, e desta à comunidade, e assim por diante.¹⁵

Para tal fim, se inventou o modelo do grupo escolar: instituição que permitiria acompanhar, controlar e ordenar a relação entre República e sociedade, pois seria onde se formaria as primeiras gerações de crianças republicanas: a base intelectual e moral. Tal instituição de Ensino Primário se propunha como pública, gratuita, laica e para todos; era o símbolo da democratização da educação elementar, da República.¹⁶

O grupo escolar surge durante a fase das oligarquias: da política imiscuída com a reflexão intelectual sobre o país e a República. Das elites intelectuais, saíam educadores desejosos de pensar em um projeto civilizador em que a base seria a alfabetização em massa (quase doze milhões de pessoas); e o mecanismo alfabetizador seria a massificação do grupo escolar como modelo de escola primária.¹⁷ Por trás desse ideário, estava a aposta no Ensino Primário tal qual salvador da pátria: bastava elevar os índices de alfabetização e pronto! Estaria o Brasil elevado a patamares típicos de Estados Unidos e países da Europa. Alfabetizada a maior parcela da população, facilitada estaria

¹⁵ MONTEIRO NETO, Aristides. República Brasileira — 120 anos depois, o que comemorar? *Ipea*, ano 7, ed. 61, 2010.

¹⁶ SOUZA, Rosa F. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890–1910)*. São Paulo: ed. Unesp, 1998.

¹⁷ Souza (1998); Monteiro Neto (2010).

a “evolução da sociedade rumo aos avanços econômico, tecnológico, científico, social, moral e político” de outras nações.¹⁸

Nessa perspectiva de criação e expansão do Ensino Primário, São Paulo foi o primeiro estado a construir, em 1891, um grupo escolar (famoso por ser a *escola modelo*) via reforma da instrução.¹⁹ Quase uma década após, a reforma seria “copiada” por Minas Gerais: em 1906, o governo de João Pinheiro reformou a instrução, pela qual se instituiu o grupo escolar mineiro,²⁰ que logo se espalharia pelo interior, especialmente em cidades de projeção política, pois se tratava de benesse a ser negociada com o estado; ou seja, o governo estadual pedia uma contrapartida em forma de apoio político e voto. Nesse caso, podemos dizer que o município de Ituiutaba tinha um corpo político de força e relevância político-regional, pois em 1910 pôde ver ser instalado seu primeiro grupo escolar, mas de criação acertada já em 1908, ao menos.

1.1.1 *O grupo escolar em Ituiutaba: a precariedade no tempo e no espaço*

Nos anos 1910, Ituiutaba era um nome inexistente no vocabulário da região. Sua invenção marcaria o fim de certa lógica para definir o *status* político da cidade no Brasil, em que dado núcleo com algum grau de urbanização evoluía de lugarejo a povoado, então a distrito, enfim à vila — à cidade. Era uma lógica de organização orientada pelas demandas da administração eclesial: suas instâncias e seus estabelecimentos, ou seja, paróquias, capelas, igrejas e matrizes.²¹ Assim, o que era, na segunda metade do século XIX, o distrito de São José do Tejuco evoluiu para a Vila Platina; em 1911, esse nome foi mudado para o atual, de origem linguística evocativa da presença indígena na região — vide *taba*.²²

¹⁸ Souza (1998, p. 27).

¹⁹ Souza (1998).

²⁰ Ver ARAÚJO, José C. S; SOUZA, Sauloéber T. A Escola Primária em Minas Gerais e no Triângulo Mineiro (1891–1930). In: ARAÚJO, José Carlos S; RIBEIRO, Betânia O. L; SOUZA, Sauloéber T. (org.). *Grupos escolares na modernidade mineira: Triângulo e Alto Paranaíba*. Campinas: Alínea, 2012, p. 15–40. O grupo escolar foi criado no Rio de Janeiro em 1897; Pará, 1899; Paraná e Maranhão, 1903; Rio Grande do Norte e Espírito Santos, 1908; Mato Grosso e Piauí, 1910; Santa Catarina e Sergipe, 1911; Bahia, 1913; Acre, 1915; Paraíba, 1916 e Goiás em 1918

²¹ CARVALHO, Luciana B. O. B. *Contribuição à história do município pedagógico no Brasil e em Portugal: estudo comparado dos casos de Uberabinha e Mafra*. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2010.

²² PAIVA, Hélio B. *Memórias, histórias e crônicas tijucanas*. Uberlândia: ed. UFU, 2018.

Mais ou menos em concomitância, políticos locais conseguiram chancela para criar o primeiro grupo escolar, a fim de marcar ainda mais o processo de consolidação da cidade. Entre 1908 e 1911, foi então instalado o Grupo Escolar de Vila Platina, que logo teve o nome mudado para João Pinheiro.²³ As pesquisas reconhecem no Colégio Santo Antônio, iniciado em 1905, a origem do grupo escolar, criado por decreto em 23 de dezembro de 1908. Por dois anos, então, a escola foi só uma ideia. A inauguração, as matrículas e o início efetivo das aulas ocorreram apenas em 1910. Esse começo seria uma marca dos desafios para se evoluir a educação pública na região: os traços da marca eram os problemas de espaço físico e falta de verbas.

Conforme Elizabeth F. Silva e Betânia L. Ribeiro, o grupo escolar foi a materialização de um ““discurso fundador” da então recente criada República brasileira”; ou seja, sua fundação nas ““entranhas de Minas Gerais” era a penetração do ideário republicano nos rincões. Como pensam as autoras, marcava bem “a transição do Brasil monárquico para o Brasil republicano”, talvez difícil de se consolidar no sertão.²⁴

“Com os grupos escolares”, a República tentou “imprimir, via educação, a concepção de Estado moderno — com feições do nominado Estado-Nação” — em meio a uma população ainda imersa em modos de vida típicos do regime monárquico;²⁵ isto é, ainda alheia à parte de “categorias relativamente frágeis para o Brasil” e valiosas à República: “povo, cidadania, divisão de poderes e um ensino laico sob os auspícios de um Estado”.²⁶

Tal qual se lê na argumentação das autoras, o grupo escolar trouxe uma organização administrativa, pragmática e metodológica fundada em concepções de escola e educação tidas por modernas (uma racionalização e economia escolares próprias da Europa e dos Estados Unidos do século XIX e início do XX); as novidades incluíram uma separação do trabalho intraescolar entre docente e administrativo, pois foi introduzida a figura do *diretor escolar* (masculina por muito tempo); e o agrupamento de meninas e meninos na mesma turma e sala de aula — foi o começo da

²³ SILVA, Elizabeth F.; RIBEIRO, Betânia O. L. O Grupo Escolar de Vila Platina e a educação: variações intrínsecas sobre um prédio determinado. In: SOUZA, Sauloéber T.; RIBEIRO, Betânia O. L. (org.). *Do público ao privado, do confessional ao laico: a história da educação em Ituiutaba*. Uberlândia: ed. UFU, 2009, p. 47–72.

²⁴ Silva e Ribeiro (2009, p. 49).

²⁵ Silva e Ribeiro (2009, p. 49).

²⁶ Silva e Ribeiro (2009, p. 56).

turma discente mista. A isso se acrescem a preocupação e o incremento do material didático, que passou a incluir mapas, imagens e jogos.

Evidentemente, havia uma distância enorme entre discurso abstrato e realidade escolar objetiva. O que se projetava era uma possibilidade; não uma concretude desde o primeiro dia de funcionamento; esse ideal de inovação era uma construção à custa de muitos interesses, jogos e sujeições políticas. Com efeito, a dupla autoral referida destaca que o grupo escolar tal qual materialização de um discurso republicano não escapava de contradições e conflitos: distinções e desigualdades sociais multisseculares intrínsecas, intrincadas, impregnadas, imbricadas... na sociedade brasileira e em sua atitude perante outrem — a de escravizar. A República não era rica o bastante para aniquilar a miséria de umas regiões em relação a outras, a exemplo da relação norte-sul quando se trata de desenvolvimento econômico. Era quase lógico que estados como São Paulo e Minas Gerais estivessem entre os primeiros a difundirem o grupo escolar, pois eram os primeiros na sustentação da base da economia: a produção agrícola e pecuária, vale dizer, o café e o leite (e a carne, a manteiga e o couro).

Internamente, a distinção se impunha entre capital e município, e entre município e município: o de recursos e o sem recursos, o de força na política e o ausente da política. Em Ituiutaba, o prédio escolar talvez seja o exemplo mais óbvio da diferenciação entre municípios. Ainda que tenha tido força para ter seu primeiro escolar instalado em 1910, o seu prédio próprio seria um ponto crítico por décadas, à medida que crescia em número de matrículas e demanda por sala de aula. Essa questão é tão perene até fim da década de 1970, que podemos vê-la tal qual fio condutor na trajetória de instalação e difusão do grupo escolar em Ituiutaba. E a ela se acresce outra marca igualmente perene: a necessidade de a sociedade civil intervir na obra pública para ajudar a mantê-la em operação.

Portanto, seria o caso de dizermos que o grupo escolar em Ituiutaba seria, desde sua origem, objeto da relação do público com o privado: “o prédio onde foi instalado e inaugurado o grupo escolar ‘originalmente [...] foi iniciativa de particulares’ que objetivavam instalar um internato e ergueram um edifício para isso, ‘pronto em 1905’”. Ante a possibilidade de se criar um grupo escolar, “negociações com o poder público

local”²⁷ redundaram na mudança de prédio *particular* para *público*, a fim de abrigar a escola primária. “A prefeitura fez as reformas indispensáveis e gastou cerca de 9:000\$000 (nove mil contos de réis), mais de um terço do seu orçamento”.²⁸

A rigor, o grupo escolar foi criado em função de arranjo entre o agente executivo (prefeito) Fernando Alexandre Vilela de Andrade e do presidente (governador) de Minas Gerais, então Wenceslau Brás Pereira Gomes; mas, entre a criação legal (decreto 2.327/dez. 1908) e a inauguração festiva (pré-abertura) se passaram dois anos.²⁹ Haja vista que não consta nos estudos sobre a escola feitos até aqui razões específicas para o intervalo, intuímos que tenha sido em razão da mudança no *status* da posse do prédio (de particular para municipal), nas reformas e na contratação de pessoas para o corpo docente e a direção.

Em todo caso, o primeiro grupo escolar ocupou “um prédio adequado na área central da cidade” — conforme dizem Ana E. Ferreira e Carlos H. Carvalho. Isso implica que o edifício *feito para ser escola*; a escola que, a olhos nus, situava Ituiutaba na “projeção [material] da ordem republicana que se impunha”.³⁰ A inauguração teve elementos de pompa graças à participação de autoridades do estado e do município, do cônego, de médicos e outras pessoas, dentre diretor e professoras. Tudo acompanhado da banda de música.³¹

Pelo que dizem Ferreira e Carvalho, o começo do funcionamento letivo em 1910 foi com “320 crianças matriculadas”, mas com frequência tão incipiente e irregular que obrigou o estado a cogitar o fechamento da escola. Foram postas “em disponibilidade três professores”, enquanto as crianças foram dispensadas da frequência. Esta, aliás, era uma condição do arranjo que destinou o prédio escolar à administração municipal. Se não houvesse aula no prédio, voltaria à posse dos particulares.³²

Não fica claro nos estudos o momento em que a situação se normalizou e o grupo escolar se estabilizou e se consolidou nos serviços urbanos. Seguramente, a

²⁷ Silva e Ribeiro (2009, p. 55)

²⁸ FERREIRA, Ana E. S.; CARVALHO, Carlos H. O grupo escolar João pinheiro: sua gênese e o desenvolvimento no cenário histórico-educacional de Ituiutaba. In: In: SOUZA, Sauloéber T.; RIBEIRO, Betânia O. L. (org.). *Do público ao privado, do confessional ao laico: a história da educação em Ituiutaba*. Uberlândia: ed. UFU, 2009, p. 77 [73–114].

²⁹ Ferreira e Carvalho (2009, p. 80).

³⁰ Ferreira e Carvalho (2009, p. 60).

³¹ Ferreira e Carvalho (2009, p. 78).

³² Ferreira e Carvalho (2009, p. 82).

mesma inspeção que constatou quórum discente tido como baixo deve ter revisto relatórios posteriores para suspender o fechamento; havia vigilância de inspetores, homens de confiança do governo que fiscalizam a escola. Seu controle se fazia de forma intensificada pelas autoridades; e a frequência do alunado era alvo-chave da inspeção. Em relatórios, apresentavam números ascendentes e descendentes da matrícula e da frequência.³³

Ao mesmo tempo, os relatórios deixavam entrever as carências materiais que eram parte da precariedade que a escola enfrentou em suas duas primeiras décadas de atividade. Conforme Ferreira e Carvalho, houve relatório onde se diz que o prédio “necessitava de concertos e limpeza”; ao “ensino de Geografia”, faltavam “mapas” e um “globo terrestre”; o de Aritmética carecia de “contadoras mecânicas e caixa para o ensino intuitivo do sistema métrico e demais aparelhos didáticos”.³⁴ Nesse caso, quando pensamos nas inovações didáticas do grupo escolar, não há como não ver contradição e conflito escolar porque as inovações não existiam de fato; faltavam, não estavam disponíveis.

Como forma de socorro, entrou em cena uma instituição dentro da instituição: a caixa escolar, um tipo de “fundo” e de “suprimento”.

Nessa perspectiva, para que o grupo de Villa Platina mantivesse suas despesas internas com material pedagógico das crianças e outras mais, se fez necessária a existência da caixa escolar, anexa ao grupo escolar e que fornecia vestuário, penas, papel, tintas e livros aos alunos de bom comportamento e também na aplicação e maior frequência. Essa benéfica associação apresentou uma receita de 1:378\$100 e despesa de 167\$900, existindo em caixa a importância de 1:705\$000 para beneficiar as crianças que, por falta de meios, não pudessem receber instrução.³⁵

A solução da caixa escolar estabelecia a interface da escola com a comunidade escolar e a sociedade em geral; era dessas instâncias que podiam provir dinheiro e objetos escolares, além de calçados e vestimenta.

À parte as instabilidades, carências e soluções, o primeiro grupo escolar de Ituiutaba seguiu seus passos, ainda que sob vigilância de inspetores, que informaram ao governo o número de matriculados em janeiro de 1914: “223 alunos de matrícula

³³ Ferreira e Carvalho (2009, p. 87).

³⁴ Ferreira e Carvalho (2009, p. 87).

³⁵ Ferreira e Carvalho (2009, p. 84).

primitiva” e mais “25 inscritos suplementarmente”.³⁶ O ritmo de matrícula deve ter tendido ao aumento, como se pode inferir da construção de um novo prédio para o grupo escolar, defronte ao primeiro. Foi inaugurado em 1927.³⁷

Por mais vinte anos, permaneceu como primeiro e único grupo escolar de Ituiutaba. O segundo surgiria só em 1947, quando foi inaugurado o Grupo Escolar Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva. Devemos notar a discrepância de tempo: dezessete anos entre o primeiro grupo escolar (1891) e o primeiro de Ituiutaba (1908); quase quarenta anos até surgir o segundo. Podemos dizer que poder público de Minas Gerais — estado de projeção econômica no país — era tão relapso com a escola pública quanto estados sem condições financeiras privilegiadas; por extensão, o município de Ituiutaba replicaria o estado.

O quadro era tão drástico que chegava ao governo federal. A carência de escolas públicas no município ecoava o discurso de Eurico Gaspar Dutra em prestação de contas ao Congresso de 1949, quando afirmou que a escola primária não podia mais “ser esquecida ou relegada”; logo, até então o era e ninguém fazia coisa alguma. Além disso, destacava a “cooperação administrativa” dos governos federal e estadual, “posta à prova com tal sucesso pela experiência dos últimos anos, e [que] frutificou tão amplamente”.³⁸ Mas as quase quatro décadas entre o primeiro e o segundo grupos escolares de Ituiutaba dão margem para ver descaso, descuido, desatenção, desdém, esquecimento... da União e do Estado; falhava a ação conjunta dos governos brasileiro e mineiro.

Talvez um tanto alheio a esse contexto político e educacional — para se dedicar à advocacia na cidade —, ituiutabano Hélio Benício de Paiva se viu instando a uma mudança um tanto severa e urgente. Quando aluno de direito no Rio de Janeiro, teve como professor Ildefonso Mascarenhas da Silva, com quem estabeleceu vínculos fortes de amizade. De professor, Mascarenhas da Silva foi a secretário da educação de Minas Gerais e, na hora de montar seu gabinete, convidou o ex-aluno para ser seu oficial. O chamado foi feito mediante telegrama.³⁹ Conforme Paiva relataria depois, a coisa toda o

³⁶ Ferreira e Carvalho (2009, p. 86).

³⁷ Ferreira e Carvalho (2009, p. 91).

³⁸ BRASIL. Congresso Nacional. Mensagem do presidente da República Eurico Gaspar Dutra dirigida ao Congresso Nacional em 1949. Rio de Janeiro: 1949, p. 110. Disponível em: <<http://ddsnex.crl.edu/titles/124>>.

³⁹ RIBEIRO, Betânia O. L.; LIMA, Valéria A.; QUILLICI NETO, Armindo. Escola pública em Minas

deixou hesitante por um momento — “eu não queria ir pra Belo Horizonte”; mas certo apelo local de “muitas pessoas”, que lhes disseram que poderia ser importante a presença dele lá quanto a favorecer Ituiutaba com “alguma coisa”; e essa coisa foi o segundo grupo escolar.⁴⁰

Essa articulação se abre à reflexão de que se diferiu daquela relativa ao primeiro grupo escolar, na medida em que a parte representante de Ituiutaba não compunha o corpo político da cidade; por mais que pudesse se inteirar da política e conhecer e se relacionar com seus agentes. Antes, o que podemos derivar, interpretativamente, é que na decisão de Paiva pesou certo apelo das pessoas; e que, nesse caso, o grupo escolar tenha surgido de certa demanda popular — não de uma manifestação do povo mesmo, mas de representantes, simpatizantes, entusiastas e defensores da escola pública local. Se for acertada essa interpretação, então o segundo grupo escolar seria fruto de intenções legítimas de escolarização, e não de fins eleitoreiros.

Em menos de 45 dias após ser assinado o decreto 2.395 (31 jan. 1947), que criou o segundo grupo escolar, houve solenidade de inauguração e instalação, com presença de autoridades municipais e estaduais, do professorado, da direção escolar e de outras pessoas convidadas;⁴¹ ocorreu em 9 de março. Portanto, vê-se que tudo foi um tanto quanto rápido, em especial se compararmos com os dois anos entre a criação e a inauguração do primeiro grupo escolar. Conforme disse a ex-professora Nagib Bittar (*in memoriam*), citada no estudo de Marina Baduy, foi o oficial de gabinete Paiva quem escolheu o corpo docente — só de mulheres —, com a chancela do prefeito à época, Omar Diniz, que teria sido contra um nome.

Com base no relato da ex-professora, à celeridade na criação e instalação do segundo grupo escolar equivaleu a precariedade. Por não ter prédio próprio, foi instalado em uma casa no bairro Centro (igualmente ao outro primeiro), com aluguel sendo custeado pelo poder público municipal; era um edifício antigo, com entrada central de portal grande e janelas grandes com vista para a rua e da rua para a sala; desgastado pelo uso e pelo tempo (figura 2).

Gerais: gênese do Grupo Escolar Ildefonso Mascarenhas da Silva (anos 1940–50). HISTEDBR [on-line], Campinas, 51, p. 323–40, jun/2013. <https://doi.org/10.20396/rho.v13i51.8640280>

⁴⁰ Paiva (2018, p. 77).

⁴¹ Paiva (2018, p. 77).

FIGURA 1 – Visão externa da fachada frontal do Grupo Escolar Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva retratada em dia de vista da pessoa do professor homenageado no nome da escola, anos 1950⁴²



A visão recortada da rua 20 em primeiro plano e da fachada (panorâmica) em segundo sugere a atenção do fotógrafo ao lugar da escola: a rua tem aspecto de sujeira da terra, como se fosse poeirenta, e tem à mostra as divisas dos blocos de pedra do calçamento; nesse aspecto, a horizontalidade da rua se iguala à verticalidade da parede onde a queda do reboco deixava à mostra as divisas entre os tijolos, o que o fotógrafo parece ter feito questão de mostrar, como se denunciasse o estado da construção, tal qual o denuncia o alto da fachada, onde o nome quase não se lê pelas manchas de limo. Apesar de tudo, ainda era um benfeitoria. As janelas amplas com vista à rua e desta ao interior davam condições para que o vaivém pudesse dispersar a atenção em sala de aula e, inversamente, pessoas no movimento da rua se atentassem ao que se passava dentro da escola, em um jogo do ver e do ser visto, do curioso e da curiosidade, da publicidade e da privacidade. O tempo recortado sugere um dia de sol, que produz sombras indicativas de horário entre o fim da manhã e o começo da tarde. As cerca de vinte crianças (a maioria meninas) e as catorze mulheres adultas parecem sugerir que se tratava ou de fim do turno matutino, ou de começo do vespertino. A imagem fotográfica pode ser vista, então, como indício de que, em dez anos, o prédio só se desfez.

⁴² FONTE: BADUY, Marina. *Grupo Escolar Prof. Ildefonso Mascarenhas da Silva: sua historicidade e o contexto econômico e social de Ituiutaba em sua implantação*. 2020. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020, p. 88. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.3622>. A fotografia do Grupo Escolar aparece também em Ribeiro, Lima e Quilici Neto (2013).

Em estudo sobre o grupo Ildefonso Mascarenhas, se atribui a data de 1947 à fotografia e à ocasião retratada; ou seja, seria da inauguração. Porém, cremos ser incorreta a data. Se fosse acertada, então a imagem da fachada mostraria sinais de prédio reformado, rebocado e pintado — inclusive o nome da escola estaria legível e limpo. Afinal de contas, seria o momento da instalação. Não seria sensato iniciar em prédio alugado sem um mínimo de condições de conservação, integridade das paredes, “limpeza” (sem manchas).

Os estudos não apresentam fontes documentais/orais de que Mascarenhas da Silva tenha estado na inauguração em 1947; mas há registros de que visitava Ituiutaba com regularidade anual.

Ontem, dia 6 de setembro, ocorreu o aniversário natalício do Prof. Ildefonso Mascarenhas, grande benemérito da cidade. O prof. Ildefonso, patrono de um dos nossos Grupos Escolares, que, por sinal, tem o seu nome, vem prestando larga soma de benefícios a Ituiutaba, terra a que muito estima. [...] *anualmente nos honra com a sua visita* [...] (grifo nosso).⁴³

Nesse sentido, é possível que a ocasião da fotografia de visita do benfeitor seja pós-1947 e pré-1956, pois em 1957 se impôs um problema sério: a falta de prédio; o dono do edifício alugado na rua 20 o pediu de volta para abrir um cinema.⁴⁴ Uma solução foi dada; mas não teve aceitação tácita do estado, conforme noticiou um jornal do Rio de Janeiro.

Comenta-se nos bastidores da política local que o Grupo Escolar “Ildefonso Mascarenhas da Silva”, que não tem prédio próprio, esteve ameaçado de ter suas atividades suspensas em 1957 porque o Estado estaria propenso a impedir o seu funcionamento no edifício do Grupo “João Pinheiro”. A propósito, o deputado Omar Diniz chegou a enviar um telegrama ao Secretário da Educação, apelando [...] no sentido de que permita a dupla ocupação do prédio, pelo menos por mais um exercício. E isto é o que vai suceder, tanto no corrente ano como nos próximos, porque o Estado nada constrói em Ituiutaba, que tem três grupos funcionando, mais um criado e somente *um prédio escolar para abrigar a criançada de uma cidade de 21.500 habitantes, sede de um município que rende mais de 30 milhões para os seus cofres* (grifo nosso).⁴⁵

⁴³ FOLHA DE ITUIUTABA. *Aniversariou ontem o professor Ildefonso Mascarenhas*. Ituiutaba, MG, sábado, 7 set. 1957, n. 935, p. 4.

⁴⁴ Baduy (2020).

⁴⁵ DIÁRIO CARIOCA. *O que vai pelos estados*. Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 21 fev. 1957, n. 8776, p. 7.

Conforme se lê, para evitar o fechamento, a solução tinha sido alocar provisoriamente um grupo escolar no prédio de outro, algo não admitido pelo governo estadual, então a autoridade. Porém, o empenho do deputado teve efeito e, com isso, fez cumprir a profecia do jornal: a “dupla ocupação” do prédio iria ao menos até o exercício letivo de 1963, muito além de um ano letivo. Devemos salientar a nota crítica do texto: em 1957, havia quatro grupos escolares na cidade: um com prédio próprio; dois funcionando em prédio impróprio; um de papel. Logo, o governo do estado havia se esquecido do município; mesmo que fosse capaz de gerar renda na casa das dezenas de milhões.

As relações entre dois grupos escolares, como podemos supor, não foram de harmonia o tempo todo. Conflitos e tensões aparecem aqui e ali. Era uma mudança drástica no cotidiano da vida intraescolar, com um superuso das instalações e uma superocupação da escola. Haja vista que o grupo Mascarenhas da Silva tinha iniciado suas atividades, em 1947, com quatrocentas matrículas, tal qual informa Baduy (com base no relato da ex-professora Nagib Bittar), dez anos depois esse número deve ter, ao menos, dobrado.

Esse assunto escapa do escopo deste estudo e o referimos de forma superficial, apenas para destacar elementos da precariedade que marcava a expansão do Ensino Primário público em Ituiutaba. Duas escolas funcionando em um só lugar era fato que punha à mostra a extensão do problema da escolarização em massa; atender à urgência exigia recorrer ao improviso. Os problemas eram anteriores, na manutenção do prédio alugado, prejudicada pela falta de verbas. Sem destinação de verbas suficientes, as demandas e os problemas cresciam. Não só o grupo Mascarenhas da Silva não contava com recursos governamentais, como ainda se via ameaçado de existir justamente pela falta de recursos materiais; e em razão de depredação.⁴⁶

A sobrevivência foi garantida à custa de muito esforço para se fazerem as reformas periódicas que um prédio antigo requeria; esforço envidado, muitas vezes, por iniciativas particulares, da comunidade. Diretora, professorado, alunado e comunidade escolar, todos se envolveram em grau com campanhas de arrecadação de dinheiro. Havia uma mobilização direta para cuidar de tarefas como carregar vasilhas de água

⁴⁶ Baduy (2020).

para a limpeza, dada à carência de infraestrutura básica.⁴⁷ Não por acaso, a caixa escolar vinha cumprir papel central nesse processo, tal qual dissemos sobre o João Pinheiro. Essa carência desvelava a contradição notada pelo jornal do Rio de Janeiro, pois era um município que tinha renda de trinta milhões.⁴⁸

Portanto, a análise histórica do grupo escolar Mascarenhas da Silva revela a contradição entre o desenvolvimento econômico da cidade e o desenvolvimento da educação pública. De tal modo, até 1949 a educação foi marcada pelo ensino privado, o qual contava com três instituições particulares/confessionais: Instituto Marden, Colégio Santa Teresa e Colégio de São José, dentre outras instituições que o quadro a seguir lista.

QUADRO 1 – Escolas públicas e privadas criadas em Ituiutaba, MG (1908–54)⁴⁹

ESCOLAS PRIVADAS/CONFESSONIAIS	ANO	ESCOLAS ESTADUAIS	ANO	ESCOLAS MUNICIPAIS	ANO
Instituto Marden	1933	G. E. João Pinheiro	1908	E. Mun. Machado de Assis	1941
Colégio Santa Teresa	1939	G. E. Prof. Idelfonso Mascarenhas	1947	E. Mun. Francisco Antonio de Lorena	1951
Colégio de São José	1935	—	—	—	—

As informações de data no quadro sugerem as lacunas de tempo no processo de expansão da escola em geral, mas com destaque para pública: foram décadas com apenas duas; e mais uma década para ter mais duas. Logo, até os decênios de 1950, a educação era predominantemente privada. A situação começou a mudar em 1955, com a criação do terceiro grupo escolar, o outro que não tinha prédio próprio, como notou o jornal do Rio de Janeiro.

1.2 Grupo Escolar Senador Camilo Chaves: terceira escola primária pública

O ano de criação do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves, 1955, é indicativo de um contexto nacional de turbulências, detonado pelo suicídio de Getúlio Vargas e alimentado pelas consequências: a posse de João Café Filho como presidente, para ficar até novembro de 1955, quando assumiu o cargo Carlos Coimbra Luz, para ser deposto

⁴⁷ Baduy (2020).

⁴⁸ Para uma compreensão mais completa do grupo Mascarenhas da Silva, convém a leitura dos textos completos de Baduy (2020) e de Ribeiro, Lima e Quilici Neto (2012). Aqui, destacamos o outro grupo escolar dito pelo jornal como sem prédio próprio: era justamente o Senador Camilo Chaves.

⁴⁹ FONTE: Baduy (2020).

logo depois sob acusação de conspirar contra a posse de Juscelino Kubitschek como presidente da República, ocorrida em 1º de janeiro de 1956, quando Kubitschek assume o cargo.⁵⁰ Cerca de um ano antes, ele deixava o governo de Minas Gerais para se candidatar a presidente no pleito de 1955, ou seja, fazer a campanha.

Em Ituiutaba, o apoio à candidatura recebeu apoio amplo da imprensa, o que nos leva a cogitar que era igualmente amplo em meio a outros setores da sociedade local. Essa compreensão ecoa no que diz Lázaro Dâmaso Neto em seu estudo sobre a política em Ituiutaba nos anos 1950–64: “agentes pertencentes ao setor liberal clamavam com vigor, em *impressos periódicos*, pela *liberdade de pensamento* e exercício político. *Pessoas eruditas*, que detinham capital cultural para formar a *opinião pública*, compunham o cenário local sob um discurso nacionalista e ‘humanista’”⁵¹.

Com efeito, o nome Juscelino Kubitschek permearia as páginas da *Folha de Ituiutaba*, sobretudo de 1955 em diante. Antes, foi pouco citado, mas o foi em associação a fatos importantes como o início de uma ponte sobre o rio Tejuco, que contaria com verbas do estado, e de uma praça de esportes na cidade, que contaria com a presença do governador para inauguração da pedra fundamental e ao, mesmo tempo, da ponte.⁵² Aparentemente, essa visita foi adiada; mas a candidatura foi publicizada com destaque na imprensa local, das incertezas iniciais à homologação do nome.⁵³ Acreditamos que o adiamento foi estratégia para que a visita tivesse mais impacto político na condição de candidato a presidente.

Nesse sentido, a ponte iniciada sob seu governo foi inaugurada pelo vice, Clovis Salgado, que assumiu o cargo; mas levou o nome de Juscelino Kubitschek. Assim, mesmo tendo outro nome na inauguração, o feito político — importante à região — seria creditado ao um candidato à presidência.

⁵⁰ BRASIL. Presidentes. Centro de Referência de Acervos Presidenciais, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, s. d. Disponível em: <https://presidentes.an.gov.br/index.php/presidentes>. Acesso em: 31 jul. 2025. Acesso em: 31 jul. 2025.

⁵¹ DÂMASO NETO, Lázaro R. *Diálogos sobre esquerdas*: um exercício de leitura política, sob a lente regional e local, pelo olhar de Elson Costa: Ituiutaba, MG – 1950–1964. 2018. 89 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação em História) — Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2018.

⁵² FOLHA DE ITUIUTABA. *Vai ser iniciada a ponte sobre o rio Tejuco*. Ituiutaba, MG, 28 mar. 1953, n. 586, p. 6; *Breve o início da Praça de Esportes em Ituiutaba*. Ituiutaba, MG, 25 dez. 1954.

⁵³ As edições da *Folha de Ituiutaba* de 15 de janeiro e 12 de fevereiro de 1955 se referem ao processo de definição do nome de Juscelino Kubitschek como candidato à presidente.

Ituiutaba recebeu no dia 4 do corrente a honrosa visita do Governador Clovis Salgado. Participavam da comitiva governamental Dr. Celso Brant, secretário particular do Governador, Cel. Afonso Heleodoro dos Santos, chefe da Casa Militar, Tte. Cel. Watson Mesquita, Deputado Omar Oliveira Diniz, Sr. Sancclair Bernardes, do Serviço de Imprensa do Palácio da Liberdade [...]. Após os cumprimentos de praxe e haver o Governador recebido um buquê de Rosas dos alunos da escola infantil “Anjo da Guarda” [no aeroporto], numeroso cortejo de automóveis acompanhou S. Excia. [...] rumo à ponte “*Governador Juscelino Kubitschek*”, no tijucu na estrada Ituiutaba–Uberlândia. Sob intensos aplausos, o Governador cortou a fita simbólica colocada na margem esquerda, inaugurando assim mais aquela *importante obra do Binômio do ex-governador Juscelino Kubitschek*. [...] Em agradecimento, falou o Governador Clovis Salgado, que ressaltou a *obra administrativa do seu antecessor Sr. Juscelino Kubitschek*, especialmente no plano de energia elétrica, do transporte e da industrialização [...].⁵⁴

Embora Clovis Salgado tenha sido o nome de destaque na notícia da visita, parece explícita a ênfase no nome do ex-governador como merecedor do crédito por uma obra de vulto tal qual a ponte. Estava, então, preparado o terreno para uma visita do candidato. Dentre os oradores do dia, um foi Camilo Chaves Júnior, que falou na condição de representante do Partido Social Democrático.

Cerca de dois meses depois da inauguração, o candidato e seu vice foram a Ituiutaba para um comício, ocorrido em 24 de setembro.

Honrarão hoje Ituiutaba com suas presenças os já vitoriosos candidatos da Resistência Democrática à Presidência e Vice-Presidência da República, Dr. Juscelino Kubitschek e João Goulart, que se dirigirão ao nosso povo no grande comício a realizar-se defronte ao Ituiutaba Clube, às 9 horas da manhã. Além dos dois candidatos, que encarnam, na atual campanha os anseios de liberdade e de progresso do povo brasileiro [...]. Justifica-se, desta forma, a intensa expectativa do povo Ituiutabano, ansioso por ouvir Juscelino e Jango, os dois candidatos que [ilegível] a mais memorável campanha da história republicana do Brasil, detiveram a onda golpista, garantindo a Constituição e as liberdades da gente brasileira. E é precisamente por isto, que Ituiutaba receberá de braços abertos os candidatos da esmagadora maioria dos brasileiros: Juscelino Kubitschek e João Goulart!⁵⁵

Um elo forte entre o candidato diamantino e a cidade triangulina era, justamente, Camilo Chaves Júnior, então dirigente local do Partido Social Democrático, o mesmo de Kubitschek. No dia 19 de fevereiro, este enviou àquele uma mensagem para elogiar o trabalho da base local do partido e que a *Folha de Ituiutaba* publicou.

⁵⁴ FOLHA DE ITUIUTABA. *Dirige-se ao presidente do PSD de Ituiutaba o candidato à Presidência da República o Governador Juscelino Kubitschek*. Ituiutaba, MG, 19 fev. 1955, n. 702, p. 6.

⁵⁵ FOLHA DE ITUIUTABA. *Ituiutaba receberá hoje Juscelino Kubitschek e João Goulart!* Ituiutaba, MG, sábado 24 set. 1955, n. 733, p. 1.

O candidato à Presidência da República pelo Partido Social Democrático, satisfeito com o apoio que Ituiutaba lhe deu na homologação da sua candidatura, dirigiu ao presidente do PSD local, dr. Camilo Chaves Jr., o seguinte radiograma: “Dr. Camilo Chaves Júnior: venho manifestar a esse valoroso Diretório Municipal meus agradecimentos pelo apoio decidido e firme que deu a minha candidatura à Presidência da Republica vg[,] na memorável e histórica Convenção Nacional do PSD pt[.] Com a solidariedade dos bravos correligionários em todo País vg[,] marcharemos para a Vitória final do nosso glorioso Partido pt[.] Cordial abraço[,] Juscelino Kubitschek[,] Governador Estado.⁵⁶

A mensagem sugere uma relação bastante direta entre um político de Ituiutaba e o ex-governador do estado candidato a presidente. Evidentemente, nessa relação podemos inferir que havia um grau de proximidade, de diálogo, que permitia ao ituiutabano articular a satisfação de demandas do município, tais como de mais escolas públicas.

Todavia, o grupo escolar surgiu no meio da campanha de Kubitschek. Com isso, a criação da escola não podia ser ato direto dele naquele momento, como foi a ponte, iniciada em seu governo. Podemos pensar, evidentemente, que tenha influenciado Clovis Salgado a concordar; mas seria no governo deste o ato de criação. Também podemos cogitar que, embora tenha sido formalizado em 1955, o grupo escolar já tivesse sido criado e só aguardasse o momento politicamente mais adequado para ser anunciado, qual seja, a campanha à presidência.

Um fundamento para essa compreensão é justamente a relação do recém-eleito eleito *governador* de Minas Gerais Kubitschek com o jovem advogado e político de Ituiutaba Camilo Chaves Júnior; relação esta que teve encontros registrados pela *Folha de Ituiutaba*, como um de julho de 1951 destacado na capa do jornal com esta manchete: “O governador Juscelino Kubitschek visitará Ituiutaba em Agosto”, segundo teria dito Chaves Júnior ao jornal.

O dr. Camilo Chaves Jr., advogado [...] e presidente do PSB local, regressou de Belo Horizonte militante, [a]onde o levaram assuntos de alto interesse do município e que foram tratados junto ao eminente governador [...]; Convidar o governador a visitar nossa cidade; a elevação de entrância da comarca; a localização definitiva da rodovia Uberlândia–Ituiutaba–São Simão; a localização do Instituto Agronômico do Oeste; a criação da Caixa Econômica Federal; [...] [Jornalista indaga Chaves Júnior:] *Ganharemos o terceiro grupo escolar? Sem dúvida. Ituiutaba bem o merece. O*

⁵⁶ FOLHA DE ITUIUTABA. *Visitou Ituiutaba o Governador Clovis Salgado*. Ituiutaba, MG, sábado, 9 jul. 1955, n. 722, p. 1.

*governador já deu ordens para o sr. secretário para sua a construção. Veja o [jornal] Minas Gerais de 12 deste [mês de julho] (grifo nosso).*⁵⁷

Do que disse o entrevistado, é possível que a criação de mais um grupo escolar já fosse demandada desde o fim dos anos 1940; e até que fosse certa quando da ida de Chaves Júnior a Belo Horizonte. Isso se expressa no verbo *construir*, em vez de criar, fundar etc. Assim, uma vez erguido o prédio, a criação seria formalizada legalmente e com possibilidade de concomitância com a inauguração; o que seria ainda mais valioso como ação política.

Todavia, a certeza aparente de consecução imediata do projeto na fala de Chaves Júnior se dissiparia com o passar do tempo — quase quatro anos. O que houve foi a criação no papel do grupo escolar, para funcionar em lugar incerto, vale dizer, a ser encontrado. É como se o que aparecia como possível condição para se criar a escola — a construção do prédio — tivesse passado a ser secundário em relação aos interesses eleitoreiros estaduais e municipais.

Se for acertada nossa interpretação, então foram adiados a criação do grupo escolar e qualquer movimento de destinação de subvenções, subsídios, materiais etc. O valor político se reduziria a um decreto de criação (o 4.567 de 30 de abril de 1955) e, seguramente, a menções em discursos de Kubitschek. Restaria à ponte sobre o Tejuco, dentre outros pontos, a tarefa de exibir materialmente a importância do candidato aos interesses do município. E devemos ponderar que, do ponto de vista da visibilidade, a ponte era muito mais importante que a escola.

1.2.1 *Matrículas abertas! A inauguração do terceiro grupo escolar ituiutabano*

Em sentido diverso ao de nossa argumentação, a *Folha de Ituiutaba* noticiou a criação do terceiro grupo escolar como um dos “últimos atos do ex-governador Juscelino Kubitschek [...] graças aos ingentes esforços do prefeito Antonio Sousa Martins”.⁵⁸ Se assim tiver sido, então a criação foi decidida, de fato, no segundo semestre, e não em meados de 1951, tal qual o jornal deixou no ar (o dissemos acima).

⁵⁷ FOLHA DE ITUIUTABA. *O governador Juscelino Kubitschek visitará Ituiutaba em Agosto.* Ituiutaba, MG, 18 jul. 1951, n. 436, p. 1.

⁵⁸ FOLHA DE ITUIUTABA. *Vai funcionar o grupo escolar Sen. Camilo Chave.* Ituiutaba, MG, sábado, 9 jul 1955, n. 722, p. 1.

Ainda assim, cremos que não se anule nossa interpretação de que criar o grupo escolar foi gesto político-eleitoreiro (carta na manga); e que ficou ao menos sete meses à espera da hora adequada para ser publicizado. Visto que a documentação é assertiva, tem nomes e datas marcadas, convém termos por mais certo a criação em 1954, e não no segundo semestre de 1951, quando a imprensa noticiava fatos afins a encaminhamentos de construção de prédio. Também cremos fazer pouca diferença a discrepância entre a informação jornalística e interpretação histórica; isso porque gestos de criação foram noticiados igualmente. Parece-nos que não houve encaminhamentos, e a ideia do terceiro grupo escolar foi “engavetada”; ou seja, as demandas de formação escolar ficaram sujeitas aos ventos da política.

Discrepâncias à parte, há a questão do nome. Interpretamos que pudesse soar exagerado demais dar o nome do ex-governador, também, ao grupo escolar recém-criado por gesto final dele.⁵⁹ Por outro lado, visto que o nome Camilo Chaves Júnior estava associado à escola em alguma medida, seja pelas conversas de 1951 ou pela articulação partidária, e com a morte de seu pai poucos meses antes da criação, nada mais justo então que a escola tivesse o nome que teve, com a distinção do “senador”. Para todos os efeitos, tal nome tinha potência para evocar a memória do pai e do filho, por serem quase homônimos e partícipes da história do grupo escolar na cidade.

Contudo, a escolha do nome passaria por aprovação estadual.

Pelo Decreto n.º 4.567, de 30/4/55, publicada no “Minas Gerais”, de 1/5/66, o Governador Clovis Salgado, atendendo a uma indicação do deputado Omar Dinis, deu ao 3.º Grupo Escolar de Ituiutaba a denominação de “Senador Camilo Chaves”, numa homenagem das mais justas ao idoso líder político, que tanto e relevantes serviços prestou ao município e à região. Terá assim, o festejado autor de “Caiapônia”, seu nome imortalizado num educandário, — preito eloquente à sua admirável obra literária e [ilegível; talvez geológica].⁶⁰

Devemos notar o que vemos como certo contrassenso na homenagem: projetar a imortalidade do escritor destacando a posição política mais elevada. Uma vez que sua figura de homem público era mais conhecida do que a de literato, no novo educandário ecoaria mais a associação ao político — ao senador. Nesse sentido, o nome acabava

⁵⁹ Só em 1965 foi dado o nome de Juscelino Kubistchek a um grupo escolar de Ituiutaba (o primeiro com esse nome foi o de Capinópolis, cidade próxima de Ituiutaba).

⁶⁰ FOLHA DE ITUIUTABA. *Grupo Escolar “Senador Camilo Chaves”*. Ituiutaba, MG, sábado, 7 maio 1955, n. 713, p. 1.

funcionando para criar no alunado uma memória com pouca chance de associá-lo à sua importância literária, à importância de seu romance “admirável” para a identificação do povo de Ituiutaba com sua terra, seu lugar.

Seja como for, é nessa perspectiva que surge o Grupo Escolar Senador Camilo Chaves, no ano de 1955, para iniciar seu funcionamento em 1956. Ainda em 1955, autoridades locais se empenharam na materialização.

O Prefeito Municipal, Sr. Antonio de Souza Martins, em sua última estada em Belo Horizonte, apresentou ao Secretário da Educação a planta baixa do prédio a ser edificado para a instalação definitiva do 3º Grupo Escolar desta cidade, recém-criado. Na oportunidade o Sr. Nicota fez ainda a doação ao Estado do terreno destinado à referida construção. Atendendo à insistência do Prefeito, o titular da Educação concordou em que o novo estabelecimento de ensino primário seja instalado imediatamente, tendo sido tomadas todas as providências para a consecução desse objetivo. Antes mesmo do regresso do Prefeito, o Dr. Camilo Chaves Júnior, autorizado por carta, já havia alugado à viúva Antonio Junqueira, o prédio situado na Rua 18 [...].⁶¹

O que houve em 1955 parece ter sido uma repetição do que se passou em 51: a construção do prédio escolar não passaria do desenho da planta em um primeiro momento. Com ou sem prédio, a autoridade educacional exigiu início imediato; o que pôs Camilo Chaves Júnior em nova posição de protagonismo: seria ele quem providenciaria um lugar para ser instalado. Essa solução, tal qual vimos, era antiga e era um elo perene entre os três grupos escolares criados até então (uma marca de nascença); ao mesmo tempo, essa marca pode ser reconhecida na ação do prefeito conjugada com a do advogado, que era uma “parceria” própria da relação público–privado na educação, evidentemente com intenção político-eleitoreira. Nesse caso, Chaves Júnior se punha em posição levemente acima da do prefeito, ou seja, inscrevia cada vez mais seu próprio nome no nome da escola.

Com o prédio escolar decidido, estavam dadas condições mínimas a um segundo passo-chave: abrir a temporada de matrículas.

⁶¹ FOLHA DE ITUIUTABA. *A instalação do 3.º terceiro grupo escolar desta cidade*. Ituiutaba, MG, sábado, 7 maio 1955, n. 713, p. 4.

Em conformidade com o aviso da Prefeitura Municipal, [...] entrará em funcionamento no segundo semestre do corrente ano o terceiro grupo escolar da cidade “Senador Camilo Chaves”. A matrícula já se acha aberta, sendo encarregada a professora técnica, designada pela Secretaria da Educação, D. Irene Mascarenhas, que está atendendo diariamente aos interessados, até o próximo dia 11 do corrente [mês de julho], das 8 às 10 e das 14 às 17 horas, no gabinete da diretora do grupo escolar “João Pinheiro”.⁶²

Contudo, mesmo com a matrícula aberta — em sala “emprestada” —, o grupo escolar não iniciou sua atividade letiva no prazo projetado. Só no ano seguinte é que teve início. Em 8 de janeiro de 1956, houve a inauguração solene, com presença especial do chefe de gabinete do secretário da Educação, em Belo Horizonte, Nely Morais. A rigor, teve papel central no evento.⁶³

Presidiu o ato o Dr. Nely Morais, chefe de gabinete do Secretário da Educação, estando presentes o Prefeito Municipal, Sr. Antonio Souza Martins, o Juiz Municipal, Dr. Zelson Medina, a diretora do estabelecimento, prof. Maria Morais, outras autoridades municipais e pessoas de destaque [...]. Tornada franca a palavra, falou o deputado Omar Oliveira Diniz, que historiou a criação daquele grupo. Falaram a seguir os seguintes oradores: [...] prof. Maria Morais e Dr. Camilo Chaves Jr., que ofereceu à diretora daquele estabelecimento de ensino primário um exemplar de “Caiapônia” e outro de “Semirames” [...] Para encerrar as solenidades, falou o Dr. Nely Morais, que agradeceu as homenagens [...] deu por inaugurado o grupo escolar [...].⁶⁴

Entre as autoridades presentes cita-se a diretora do estabelecimento, professora Maria Morais (figura 2). A menção ao nome de uma diretora indica um quadro relativamente estruturado para o funcionamento inicial do grupo escolar. Maria Morais permaneceu responsável pela direção da instituição no período de 1955 a 1957, sendo sucedida por Maria Terezinha Vilela Carvalho, que assumiu a direção do grupo escolar entre 1957 e 1972.

⁶² *Folha de Ituiutaba* (9 jul 1955, p. 1).

⁶³ FOLHA DE ITUIUTABA *Inaugura-se amanhã o Grupo Escolar “Senador Camilo Chaves”*. Ituiutaba, MG, sábado, 7 jan. 1956, n. 748, p. 1 .

⁶⁴ FOLHA DE ITUIUTABA. *Solenemente inaugurado o grupo escolar “Senador Camilo Chaves”*. Ituiutaba, MG, sábado, 14 jan. 1956, n. 749, p. 1.

FIGURA 2 – Retrato da primeira diretora do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves, Maria Moraes, sem data.⁶⁵



Maria Moraes nasceu em 5 de janeiro de 1912, na cidade da Prata, MG, e faleceu em 23 de julho de 1992, em Ituiutaba. Foi a primeira diretora-técnica (habilitação em Administração Escolar) da cidade de Ituiutaba. Exerceu cargo de professora de Didática, Metodologia e outras matérias pedagógicas no curso Normal no Colégio Santa Tereza e Colégio Instituto Marden.

⁶⁵ ORNELLAS, Helison; VILELA, Luene H.; LOPES, Monalisa; ELIAS, Tânia A. Trabalho de levantamento de fonte: E. E. Senador Camilo Chaves. Ituiutaba, MG, p. 1-106. Fevereiro de 2015.

Parte central dos recursos humanos, a diretora deparou com as condições materiais internas. Enquanto o pessoal foi articulado de forma mais imediata, condições de funcionamento se tornaram um problema persistente.

[...] o início de atividades do corrente exercício do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves trouxe, como é óbvio, grandes benefícios a Ituiutaba, que de há muito se ressentia de unidades escolares em *número capaz de atender às reais necessidades* do lugar. [...] um prédio foi alugado, [...] organizou-se o corpo docente e as aulas foram iniciadas. Acontece, entretanto, que o Estado, até agora, não remeteu o mobiliário do estabelecimento, que funciona, desta forma, por um supremo esforço das professoras, em *condições as mais precárias*, sendo as *crianças* obrigadas a se *assentarem no assoalho*, para assistirem às aulas. Sabe-se que a Municipalidade, [...] já endereçou reiterados pedidos à Secretaria da Educação, [...] os móveis, até agora, não foram recebidos [...] portanto, nos dirigimos às autoridades estaduais, em especial à Secretaria da Educação, apelando para [...] o suprimento de mobiliário ao Grupo Escolar Camilo Chaves, [...] cuja *eficiência* está seriamente *comprometida* pela ausência total desse requisito indispensável (grifo nosso).⁶⁶

O novo grupo escolar funcionava, mas de forma aquém de um ideal de um funcionamento inicial, em que o corpo docente, discente e funcionários podiam se dedicar exclusivamente à atividade escolar de ensino, aprendizagem e administração. Estudar ali exigia um esforço a mais na estada na escola que resultava em desconforto para o corpo, passível de prejudicar a atenção, de redundar em dispersão, em levanta-e-senta. O problema era tal que a própria *Folha de Ituiutaba* se juntou ao coro dos descontentes e demandou — de voz própria (“nos dirigimos às autoridades estaduais”) — a resolução do problema.

A situação parece ter perdurado de fevereiro a setembro, pois em outubro o mobiliário foi providenciado — com o jornal destacando o fim do problema e sua preocupação com o que faltava.

Não há bem que predure [sic], nem mal que nunca se acabe, sentencia o velho brocardo popular. Assim é o caso do grupo escolar “Senador Camilo Chaves”, [...]. As crianças ali matriculadas assistiam às aulas de pé ou assentadas em caixotes. Em várias oportunidades clamamos destas colunas contra essa incúria da Secretaria de Educação, sem que uma providência fosse tomada em tempo hábil pelas autoridades responsáveis. A Prefeitura Municipal, já sacrificada com a reforma do prédio e com a doação de 26 carteiras, não poderia arcar com o ônus de mobiliar o estabelecimento, mesmo porque a solução do problema é da competência do Estado, e não da Municipalidade. Mas, as justas reivindicações da diretoria daquele grupo escolar, bem como nossas críticas, encontraram eco na pessoa do deputado Omar Diniz [...] que [...] tomou todas as

⁶⁶ FOLHA D E ITUIUTABA. *Ainda sem mobiliário o Grupo Escolar Senador Camilo Chaves*. Ituiutaba, MG, sábado, 25 fev. 1956, n. 755, p. 1.

providências [...] para que os móveis fossem enviados quanto antes. Felizmente, [...] numerosas carteiras e algumas escrivaninhas, acabam de chegar [...], estando as professoras e alunos [...] satisfeitíssimos [...]. Espera-se agora que [...] a Secretaria envie também as estantes necessárias [...].⁶⁷

Do que dizia a imprensa, fica claro que a “situação precária” do grupo escolar sem prédio próprio e iniciado a todo custo não era resolvida com uma ação ou outra; era preciso um trabalho incessante de entes distintos em busca de recursos para suprirem a necessidade: imprensa *com* políticos, por exemplo. Visto que era de interesse que a população leitora se tornasse cada vez maior para ser ainda maior seu público consumidor de jornal, no caso da ação do jornal, usar suas colunas para reivindicar era o mínimo que podia fazer em prol do processo de escolarização da cidade; e, visto que era de interesse que a população eleitora se firmasse em certa direção política, os agentes e homens públicos procuravam angariar um mínimo que soava como máximo em um processo de escolarização precário — fundado em três escolas primárias. Quando tinham chance, procuravam obter recursos, conforme fizeram em 1956, quando interpelaram Kubitschek e Bias Fortes em Uberaba, aonde foi uma comitiva de políticos de Ituiutaba. Na mesma demanda, estavam as duas faces do problema do prédio: o aluguel de outrem; a construção do próprio.

Solicitou seja autorizada a Secretaria da Educação a firmar contrato de locação com da. Augusta Cândida de Rezende, do prédio onde funciona o grupo escolar “Senador Camilo Chaves”, autorizando ordem permanente junto à Coletoaria Estadual de Ituiutaba, para o pagamento mensal de seis mil cruzeiros à mesma. [...] 7) Solicitou a construção do prédio do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves”.⁶⁸

⁶⁷ FOLHA DE ITUIUTABA. *Mobiliado o Grupo Escolar “Senador Camilo Chaves”*. Ituiutaba, MG, sábado, 6 out. 1956, n. 787, p. 1.

⁶⁸ FOLHA DE ITUIUTABA. *Atuação dos representantes de Ituiutaba*. Ituiutaba, MG, sábado, 5 maio 1956, n. 765, p. 1.

FIGURA 3 – Visão externa da fachada frontal do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves retratada em dia letivo, 1956⁶⁹



A visão recortada da rua 18 em primeiro plano e da fachada (panorâmica) em segundo sugere a atenção do fotógrafo ao lugar da escola: a rua tem aspecto de limpeza, como se fosse varrida, talvez pelo calçamento mais fácil de ser mantido (blocos de pedra do calçamento). Janelas amplas com vista à rua e desta ao interior da escola criavam campos de visão e condições para que o movimento da rua dispersasse a atenção em sala de aula e, inversamente, gente no movimento da rua ficasse podia ficar curiosa pelo interior da escola e dispersar a atenção interna. O tempo recortado sugere um dia de sol com sombras indicativas de horário entre o meio da manhã ou meio da tarde. O alunado e outras pessoas ajudam a deixar o prédio antigo em segundo plano (seus defeitos e desgastes), como se fossem o mais importante. Também deve parecido ser importante separar meninas de meninos para serem fotografados, o que contrariava a lógica de agrupamento do grupo escolar e, ao mesmo tempo, exibia o resquício da educação católica. A nitidez da fotografia impede uma contagem precisa do total de discente; mas chegam à faixa 180–200, com uma maioria, visível, de meninas.

Como diz Diana Vidal, a infraestrutura moderna que devia ser adotada em todos os grupos escolares não o foi em todas as regiões. Diversos foram criados de forma precária, com ausência de mobiliário e sem prédios próprios, em razão da escassez de investimento público.⁷⁰ Nesse sentido, as condições precárias do prédio do Camilo Chaves chegavam aos jornais que as denunciavam, ou seja, denunciavam o descaso do governo ao não destinar verbas de financiamento para manutenção da instituição.⁷¹

⁶⁹ FONTE: acervo da Escola Estadual Senador Camilo Chaves.

⁷⁰ VIDAL, Diana G. *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893–1971)*. Campinas: Mercado de Letras, 2006, p. 1–148.

⁷¹ CORREIO DO PONTAL. *Grupo Escolar Senador Camilo Chaves*. Ituiutaba, MG, quinta-feira, 9 ago. 1956, p. 1.

Demandas à parte, o funcionamento do grupo escolar passaria por uma década de improviso em prédio alugado e inapropriado. Funcionária com estrutura física incerta e instável, com carências materiais crônicas, condições precárias de operação, pela inadequação, necessidade de improviso e barganha e de dependência de ações não estatais para se manter ativo com algum equilíbrio. Ainda assim, se firmou como instituição. Adentrou o ideário em torno da educação urbana tal qual meio de ascensão social e de ascensão política; e encontrou lugar na trama do tecido urbano como assunto de interesse à sociedade: em 1956, “a inauguração do Grupo Escolar Camilo Chaves” foi objeto de uma retrospectiva feita pela *Folha de Ituiutaba*;⁷² em 1961, a coluna social da mesma folha anotou “o nascimento de uma robusta garota” filha de uma professora do grupo escolar (“Raulice Soares dos Santos”);⁷³ em 1962, o grupo escolar — ainda no endereço da rua 18 — já havia sido incluído no sistema eleitoral como a “17ª SECÇÃO” de votação da cidade, com passava compor o imaginário de uma população adulta, talvez, um pouco alheia à existência da escola e que dela se tornava ciente.⁷⁴

Portanto, o grupo escolar passou a compor a vida diária como instituição *socioescolar*, ou seja, que se tornava parte da vida social em geral: da comunidade escolar, da comunidade no entorno urbano da escola, dos interesses da imprensa, da justiça eleitoral. O que se passava de importante na vida das professoras merecia um mínimo de divulgação pública em geral, a exemplo do fato de uma delas ter se tornado mãe; tal fato chegava ao conhecimento de mães de crianças que seguramente faziam parte do alunado da docente e, com isso, podia aproximar em grau as experiências maternas e uma identificação entre professora e mãe, cada qual uma educadora a seu modo e em seu lugar — a escola; a família.

Para funcionar na condição de instituição escolar estadual em sentido estrito, o Grupo Escolar Senador Camilo Chaves vinha se ajustar, não às vontades, aos desejos e às condições locais, mas sim a determinações da legislação educacional que regulava a instituição primária pública até então: Constituição de 1946; Lei Orgânica do Ensino Primário; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 4.024/dez. 1961). Entendemos que convém discorrer sobre essas normas como subsídio à composição do

⁷² FOLHA DE ITUIUTABA. *Visão retrospectiva de 1956*. Ituiutaba, MG, sábado, 29 dez. 1956, n. 799, p. 1.

⁷³ FOLHA DE ITUIUTABA. *Folha social*. Ituiutaba, MG, sábado, 14 maio 1960, n. 1020, p. 5.

⁷⁴ FOLHA DE ITUIUTABA. *Diga-nos o número do seu título e nos lhe diremos onde votar*. Ituiutaba, MG, sábado, 14 maio 1960, n. 1020, p. 5.

argumento da pesquisa/dissertação; em especial, a ideia de uma escola pública estadual que, quando não ficava alheia às ações e aos interesses do estado, existia e funcionava por força e vontade da comunidade — do município; e que com isso emulava um tipo de autonomia que podia implicar não seguir dada “diretriz” curricular e ajustar as coisas à realidade concreta diária.

1.3 A regulação do ensino no novo grupo escolar

Podemos dizer que até 1970 nenhum governo “ousou” rever a concepção de escola primária pública consolidada pelo grupo escolar. Tal era a solidez do modelo-conceito, que Getúlio Vargas o acomodou, para o bem e para o mal; haja a vista a tendência centralizadora de seu governo, se pode dizer que fez pouco com a União e que fez pouco quanto a ajudar os estados a fazer algo para difundi-los, massificá-los. Com a volta do regime de governo democrático após 1945 — a chamada Segunda República —, era lógico continuar o trabalho de consolidar o modelo e ampliar seu número. Havia um ambiente favorável porque a educação começa a ser ainda mais reconhecida como questão de interesse nacional. A existência de um ministério já era prova cabal dessa relevância; mas era preciso mais: atenção e preocupação com um sistema nacional institucionalizado, ou seja, fundado em uma lei educacional.

Em décadas anteriores, reformas estaduais (de São Paulo e Minas Gerais, por exemplo) haviam criado um repertório de postulados legais — um tipo de jurisprudência. Contudo, o objetivo de “só” enfrentar o analfabetismo nacionalmente pressupunha cada estado por agir conta própria, isolado; visto serem intenções fragmentadas, a legislação era específica de cada um, não se pensava em uma norma federal para se formar e se articular um *sistema educacional*: uma rede escolar pública orientada por uma diretriz comum: curricular, pedagógica, administrativa, arquitetônica...; e com abertura a ajustes e adaptações. Antes, cada unidade federada tinha de lidar com o problema conforme lhe conviesse e pudesse, fosse a construção de escolas ou a tentativa de sistematizar a educação escolar.

1.3.1 Evolução da legislação educacional, 1946–61

Quando Eurico Gaspar Dutra assumiu o cargo de presidente da República, em janeiro de 1946, após eleição direta e democrática, o passo seguinte era instituir uma

nova Constituição, ainda nesse ano. Representou a consolidação do retorno à democracia e a garantia de direitos básicos fundamentais — mas ainda mínimos — como educação. A nova Carta Magna tratou da questão no capítulo 2 — “Da educação e da cultura”. Nesse sentido, o grupo escolar Camilo Chaves surgia tal qual aparato de garantia de um direito constitucional, implicado no artigo 166, onde se lê: “A educação é *direito de todos* e será dada *no lar e na escola*. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”.⁷⁵

No texto da Lei Maior, podemos ler uma garantia do direito, mas sem presunção clara de como se poderia garanti-lo concretamente à população. Não se explicitou a função do Estado de garantir escola pública e gratuita a todos; o que se lê de fato é a indicação de divisão da responsabilidade entre Estado e família, com esta posta em primeiro plano na letra da lei. Na leitura de Luciene Bezerra, a lei expressava ideias parecidas com a Constituição de 1934, influenciada pelos pioneiros da Escola Nova;⁷⁶ e Vieira observa que ambas reconhecem a educação como um direito de todos, porém com uma diferença no texto: a Constituição de 1934 articulou esse direito diretamente ao dever do Estado em um mesmo artigo; a de 1946 separou essas formulações, o que enfraquece a clareza sobre a responsabilidade estatal.⁷⁷ Igualmente, Montalvão diz que a Carta Constitucional de 1946 retomou em vários aspectos a constituinte de 1934, especialmente na ampliação do papel do governo federal, mas sem eliminar a liberdade das instituições privadas.⁷⁸ Conforme se constata no artigo 167, “O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Poderes Públícos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem”.⁷⁹

Diante disso, os princípios estabelecidos na Constituição de 1946 seguiriam o artigo 168.

⁷⁵ BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946. Brasília, DF: Presidência da República, 1946, p. 36.

⁷⁶ SOUZA BEZERRA, Luciene T. *Da sombra da magnólia ao porvir do Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado de 1956 a 1971*. 2016. Dissertação (mestrado em Educação) — Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

⁷⁷ VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 88, n. 219, p. 291–309, 1º ago. 2007.

⁷⁸ MONTALVÃO, Sérgio. A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação. Mosaico, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21–39, 2010.

⁷⁹ Brasil (1946, p. 36).

Art. 168 – A legislação do ensino adotará os seguintes princípios: I – o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional; II – o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sé-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos; III – as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes; IV – as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores; V – o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável; [...].⁸⁰

Como se lê, a Lei Maior frisou a obrigatoriedade do Ensino Primário gratuito a todos e implicou a iniciativa privada na oferta e na gratuidade; ou seja, isentou o governo de assumir responsabilidade total pela oferta. Ao mesmo tempo, podemos pensar que, ao dar liberdade de ensino às empresas da indústria, do comércio e agrícolas, talvez ocorresse algo similar com o ensino facultativo de religião: cada empresa seguiria o “credo” pedagógico do dono, e não dos empregados e sua prole. Vieira faz uma reflexão nesse sentido enfocando a expressão “ensino oficial”.

O registro tem sentido, por colocar um elemento adicional de diferenciação entre o ensino “ministrado pelos Poderes Públicos” e aquele “livre à iniciativa particular”. Há, ainda, outro aspecto a destacar com referência ao termo ensino oficial. Parece colocar-se aqui a possibilidade do ensino oficial não gratuito, pois a Constituição estabelece que a instrução subsequente à primária somente seja gratuita para aqueles que “provarem falta ou insuficiência de recursos”.⁸¹

Contudo, o compartilhamento da oferta da educação entre o Estado e as empresas — incisos III e IV do artigo 168 — gerava uma contradição em que, ao mesmo tempo em que se aumenta a quantidade de vagas, se fragilizava a centralidade do Estado como garantidor do direito à educação (Brasil, 1946). Diante disso, ao encarregar as empresas a formação dos sujeitos, elas tendem a seguir a lógica do mercado e submeterem-na ao capital, que continua reproduzindo as desigualdades educacionais e sociais.

Nota-se que o texto legal marcou a diferença entre o ensino público e privado, reforçando a ideia de que a continuação dos estudos avançados era privilégio que limitava o acesso das camadas populares. Esse ponto gerou embate entre católicos e

⁸⁰ Brasil (1946, p. 36–7).

⁸¹ Vieira (2007, p. 300).

liberais: o grupo religioso se sentiu vitorioso por estar a Igreja de alguma forma presentes nas escolas oficiais, visto que havia uma predominância da prática do catolicismo no Brasil em virtude do contexto histórico de colonização; o grupo dos liberais buscava a laicidade do ensino.⁸²

Uma novidade foi a prescrição de destinação de recursos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, tal qual no artigo 169: “Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino”.⁸³ Isso estabeleceu a obrigatoriedade de os governos investirem renda de impostos na educação para garantir, manter e melhorar a escola pública.

Pela primeira vez de forma mais arrojada, veio à tona a ideia de se organizar um sistema educacional nacional, tal qual diz o artigo 170: “A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios”; ou seja, se estenderia “a todo o País nos estritos limites das deficiências locais” e com “caráter *supletivo*” (Brasil, 1946, p. 37, grifo nosso). O adjetivo importa aqui porque supõe o sentido de complemento, e não de regra, padrão, modelo, matriz, diretriz, parâmetro... Disso se infere um papel de ajuda aos governos estaduais e municipais para estruturarem seus modelos, em vez de substituí-los. Seria uma “responsabilidade compartilhada entre União, Estados e Distrito Federal”, conforme sugere o texto do artigo 171.

Art. 171 – Os Estados e o Distrito Federal organizarão *os seus* sistemas de ensino. Parágrafo único – Para o desenvolvimento desses sistemas a União cooperará com auxílio pecuniário, o qual, em relação ao ensino primário, provirá do respectivo Fundo Nacional (Brasil, 1946, p. 37).

Diante disso, os estados teriam autonomia e contariam com apoio financeiro da União. Na autonomia se inscreveu um elo comum a todos, pelo artigo 172: “serviços de assistência educacional”. Cada sistema teria obrigatoriamente de assegurá-lo a “alunos necessitados”. Com isso, os sistemas estaduais teriam, então, um mínimo (não

⁸² Vieira (2007).

⁸³ Brasil (1946, p. 37).

pedagógico) da organização em rede. À União caberia organizar e legislar as diretrizes e bases da educação nacional, pelo artigo 5º, item XV, letra “d”.⁸⁴

Por essas observações, cremos que a Constituição de 1946 pode ser vista tal qual marco legal para a educação porque (re)afirmou direitos e deu condições para se pensar em um sistema educacional público e uma legislação para regulá-lo. Porém, como Lei Maior, a Constituição demanda leis “menores”, que pudessem especificá-la; ou seja, normativas para se organizar cada nível de ensino, o que era considerado chave.

É nessa perspectiva que as Leis Orgânicas do Ensino se tornaram importantes para cobrir brechas na Constituição. Iniciadas pelo ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, foram completadas pelo seu sucessor, Raul Leitão da Cunha, após o fim do Estado Novo, em 1945.⁸⁵

QUADRO 2 – Leis Orgânicas do Ensino⁸⁶

DECRETOS	MODALIDADE/NÍVEL	ASPECTOS PRINCIPAIS
Lei 8.530 2 jan. 1946	Lei Orgânica do Ensino Normal.	Regulamenta a formação de professores primários por meio do Curso Normal, com foco em prática pedagógica e preparação cívica
Lei 8.529 2 jan. 1946	Lei Orgânica do Ensino Primário.	Estabelece o ensino primário como obrigatório e gratuito, estruturado em duas etapas, com conteúdos básicos e ensino para adultos
Lei 8.621 e 8.622 10 jan. 1946	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.	Cria o serviço para oferecer cursos técnicos voltados ao comércio, financiado por empresas do setor
Lei 9.613 20 ago. 1946	Lei Orgânica do Ensino Agrícola.	Organiza o Ensino Agrícola em níveis (elementar, médio e superior), visando formar profissionais para o campo e integrar o ensino ao desenvolvimento regional

O quadro mostra o modo com que quatro decretos educacionais tentaram organizar o sistema educacional de forma setorial. Repare-se a mesma intenção: formar indivíduos para atuarem na sociedade; no entanto, o que vai diferenciar são o público-alvo, sua finalidade e o espaço de atuação. Podemos aproximar a legislação de nosso objeto, com o decreto 8.529, que orienta a estruturação do ensino primário e, com isso,

⁸⁴ Brasil (1946, p. 37).

⁸⁵ ROMANELLI, Otaíza O. *História da Educação no Brasil: (1930/1973)*. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

⁸⁶ FONTE: Alves (2017).

regularia a organização dos modelos escolares inclusivos do grupo escolar (Camilo Chaves), até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 4.024/dez. 1961), que alterou princípios.

Destacamos aspectos que chamam a atenção na Lei Orgânica do Ensino Primário. Observa-se que o capítulo 1, art. 1º, evidencia as suas finalidades, que são ensinar valores morais e cívicos para formar cidadãos que se dedicam ao nacionalismo, oferecer uma educação que desenvolva o crescimento pessoal das crianças na faixa etária 7–12 anos e prepará-las para conviverem em família, aprenderem sobre a saúde e se inserirem no trabalho.⁸⁷ De acordo com Zotti, esses princípios do Ensino Primário estavam associados à proposta dos escolanovistas, dada a ideia de que o alunado não poderia — não pode — ficar limitado a conhecimentos básicos (ler, escrever e contar); era preciso se preocupar com a formação e o desenvolvimento integral.

Nesse sentido, essa idealização de preparar alunos para a vida e o mundo de trabalho se torna mais complexa e altera a estrutura do ensino. O capítulo II, art. 2º, letras “a)” e “b)” respectivamente, tratam da organização interna do ensino primário, o qual será dividido em duas categorias. A primeira é o Ensino Primário Fundamental para as crianças na faixa etária 7–12 anos e o Ensino Primário Supletivo, destinado aos adolescentes e adultos.⁸⁸ Diante disso, o Fundamental se referia aos grupos escolares, enquanto o outro era para jovens e adultos que não conseguiram concluir na idade escolar.

O artigo 3º dividiu o Ensino Primário Fundamental em dois cursos contínuos, nomeados “elementar” e “complementar”. O primeiro se propunha alfabetizar e ensinar conhecimentos básicos para os indivíduos e o segundo dava sequência aos estudos possibilitando o aprofundamento dos conteúdos na formação. O artigo 4º estabeleceu que o Ensino Primário Supletivo teria um curso; e o 7º, o que deveria ser ensinado no primeiro curso do Ensino Primário Fundamental,⁸⁹ isto é, focava-se em conteúdos básicos para formação do aluno. O texto do artigo 7º é expressivo.

Art. 7º – O curso primário elementar, com quatro anos de estudos, compreenderá: I. Leitura e linguagem oral e escrita. II. Iniciação matemática. III. Geografia e história do

⁸⁷ Brasil (1946).

⁸⁸ Brasil (1946).

⁸⁹ Brasil (1946).

Brasil. IV. Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho. V. Desenho e trabalhos manuais. VI. Canto orfeônico. VII. Educação física.⁹⁰

A essas definições se agrupam prescrições do artigo 8º para o que devia ser ensinado na segunda etapa do curso “complementar” do Ensino Primário Fundamental, no qual se propunha aprofundar conhecimentos preparando o alunado para a vida prática e o trabalho.

Art. 8º – O curso primário complementar, de um ano, terá os seguintes grupos de disciplinas e atividades educativas: I. Leitura e linguagem oral e escrita. II, Aritmética e geometria, III. Geografia e história do Brasil, e noções de geografia geral e história da América; IV. Ciências naturais e higiene. V. Conhecimentos das atividades econômicas da região. VI. Desenho. VII. Trabalhos manuais e práticas educativas referentes às atividades econômicas da região. VIII. Canto orfeônico. IX. Educação física. Parágrafo único. Os alunos do sexo feminino, aprenderão, ainda, noções de economia doméstica e de puericultura.⁹¹

Observa-se que as disciplinas de Aritmética, Geometria, Trabalhos Manuais e Práticas Educativas podem ser lidas como indício da preocupação do governo com a preparação para o mundo do trabalho. Igualmente, cabe destacarmos a diferença de conteúdos no caso das meninas, que têm disciplinas de Economia Doméstica e Puericultura. Aí podemos ver um reforço de papéis sociais e culturais fundados no gênero: se vincula a aluna à mulher: à atribuição de ter de cuidar da casa e dos filhos como valor familiar apregoados pela moral católica. É preciso ressaltar que a organização do currículo está entrelaçada com o contexto socioeconômico-político, o qual o Estado e os grupos dominantes utilizam tal qual instrumento para disseminarem valores, preceitos morais e normas. Mitsue afirma que essa ação ocorre por meio das instituições escolares em uma “sociedade de classes”, em que a escola é usada para se “disseminar a ideologia da classe dominante; os conteúdos e métodos da escola oficial estão direcionados para a manutenção da ordem vigente”.⁹²

Dessa forma, no cenário de consolidação do processo de industrialização e da visão de mundo da classe dominante, os discursos em relação à finalidade da educação — que objetivava à formação integral — acabam sendo neutralizados pelos interesses reais dos dirigentes, que expressavam de forma velada a preparação para vida

⁹⁰ Brasil (1946, p. 2).

⁹¹ Brasil (1946, p. 2).

⁹² MITSUE, M. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 241.

subalterna, para o mundo de trabalho, assumindo função de trabalhos manuais com baixa remuneração. Essa concepção se expressou nos artigos 22 e 23, que autorizavam a oferta do Ensino Primário tanto pelo governo quanto pelas instituições privadas, desde que elas seguissem o mesmo regulamento que as públicas, visto que naquela época educar era considerado responsabilidade importante na sociedade.⁹³ Repare-se que esses artigos estão em conformidade com a Constituição de 1946; dão continuidade ao reconhecimento legal que mantém a oferta da dualidade educacional aprovando o funcionamento do ensino público e privado.

Otaíza Romanelli comenta que essa separação do ensino reforça a diferença entre os grupos sociais: contribui para reproduzir e aprofundar as desigualdades sociais.

Com o manter e acentuar do dualismo que separava a educação escolar das elites da educação escolar das camadas populares, a legislação acabou criando condições para que a demanda social da educação se diversificasse apenas em dois tipos de componentes: os componentes dos estratos médios e altos que continuaram a fazer opção pelas escolas que “classificavam” socialmente, e os componentes dos estratos populares que passaram a fazer opção pelas escolas que preparavam mais rapidamente para o trabalho. Isso, evidentemente, transformava o sistema educacional, de modo geral, em um sistema de discriminação social.⁹⁴

O modelo educacional expressava a valorização e o prestígio do ensino das escolas privadas — onde os estratos médio e alto buscavam matricular sua prole na perspectiva de manter certa posição social ascendente. Aos estratos populares, restava frequentar as escolas públicas, onde os currículos direcionavam a escolarização ao mercado de trabalho.

No entanto, na teoria não era para acontecer essa discrepância de variação entre o ensino estatal e o particular, haja vista que o artigo 24 expressava o desejo de unificação de um só sistema de ensino, fosse privado ou público.⁹⁵ Condições para isso foram prescritas às instituições no artigo 25.

Art. 25. Providenciarão os Estados, os Territórios e o Distrito Federal no sentido da mais perfeita organização do respectivo sistema de ensino primário, atendidos os seguintes pontos: a) planejamento dos serviços de ensino, em cada ano, de tal modo que a rede escolar primária satisfaça às necessidades de todos os núcleos da população; b) organização, para cumprimento progressivo, de um plano de construções e

⁹³ Brasil (1946).

⁹⁴ Romanelli (1987, p. 169).

⁹⁵ Brasil (1946).

aparelhamento escolar; c) preparo do professorado e do pessoal de administração segundo as necessidades do número das unidades escolares e de sua distribuição geográfica; d) organização da carreira do professorado, em que se estabeleçam níveis progressivos de condigna remuneração; e) organização de órgãos técnicos centrais, para direção, orientação e fiscalização das atividades do ensino; f) organização dos serviços de assistência aos escolares; g) execução das normas de obrigatoriedade da matrícula e da frequência escolar; h) organização das instituições complementares da escola; i) coordenação das atividades dos órgãos referidos no item e com os órgãos próprios do Ministério da Educação e Saúde, para mais perfeita articulação dos sistemas regionais, e crescente aperfeiçoamento técnico pedagógico.⁹⁶

Percebe-se no texto legal a descentralização da responsabilidade na organização do Ensino Primário. Parece conter uma tentativa de articular esses aspectos do planejamento de uma instituição entre estados, territórios e Distrito Federal com o Ministério da Educação. O objetivo era garantir um ensino padronizado nacionalmente, mas respeitando os limites de cada região. Na prática, a unificação de um sistema e a descentralização articulada da responsabilidade não eram eficazes, pois apresentavam lacunas, tais como estados com menos recursos financeiros para realizar os requisitos exigidos no decreto. Com limitações e dificuldades de fiscalizar toda a educação no território brasileiro, se gerava a desigualdade educacional.

Ainda de acordo com o decreto 8.529, de 1946, seu artigo 28 determinou que o Ensino Primário mantido pelos poderes públicos teria a estrutura conforme o número de turmas; isto é, escolas isoladas, quando tivessem *uma* turma, ficariam sob responsabilidade de apenas *um* docente; escolas reunidas que contassem com duas ou quatro turmas seriam entregues ao número de professores correspondente.⁹⁷ No caso do grupo escolar, era comum ter cinco turmas de estudantes ou mais, com número de professores igual ou superior.⁹⁸

O artigo 38 do decreto, em parágrafo único, regulou a construção e o aparelhamento escolares segundo o que foi estabelecido pelo Ministério da Educação com estados e o Distrito Federal: se organizar com infraestrutura de qualidade e padronizada.⁹⁹ Observa-se uma preocupação com a descentralização administrativa, pois muitas instituições apresentavam desafios para a sua criação e manutenção: falta de recursos materiais, prédios precários, carência de professores qualificados etc.

⁹⁶ Brasil (1946, p. 4).

⁹⁷ Brasil (1946).

⁹⁸ Brasil (1946).

⁹⁹ Brasil (1946).

Rosa Souza toca nessa questão validando que, mesmo com leis, nem todas as instituições escolares apresentavam uma estrutura adequada ao funcionamento; eram de instalações precárias.

A precariedade dos edifícios estendia-se ao equipamento material — mobiliário e materiais didáticos. Às vezes, os grupos escolares eram criados e instalados sem o mínimo material para o seu regular funcionamento, outras vezes, quando a criação decorria da reunião das escolas isoladas situadas na localidade, o grupo começava a funcionar usando o material deficiente trazido dessas escolas.¹⁰⁰

O caso do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves parece ilustrar bem o que diz a autora: tinha precariedade do edifício; falta de mobiliário; criação e instalação sem o mínimo material para funcionamento regular. Portanto, em que pese a força das leis orgânicas — vigentes até 1960 —, fizeram pouco pelo propósito de estruturar um sistema educacional tal qual se desejava em discurso; e pouco quanto a permitir que estados menos desenvolvidos pudessem instalar grupos escolares. Ainda assim, devemos dizer que a Constituição de 1946 e as leis orgânicas abriram caminho à elaboração e ao debate de uma lei federal que unificasse as coisas; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 4.024/dez. 1961) veio cumprir esse papel.

Se a primeira lei educacional tiver sido uma contribuição, também a entrada do país na era do chamado capitalismo monopolista pode ser vista como causa, talvez a mais forte, da ausência do estado na educação na oferta de escolarização pública e sua presença na manutenção da escolarização particular. Em sua intenção de internacionalizar a economia, Kubitschek abriu ao capital estrangeiro de forma agressiva, tal qual pilar. Esse capital veio em forma de indústria de bens de consumo duráveis — veículos, por exemplo; de eletrodomésticos; de energia e transportes, para viabilizar a produção de empresas multinacionais; enfim, indústria de bens de consumo não duráveis, tais quais têxteis e alimentos.

A abertura econômica catalisou condições para a consolidação do capitalismo monopolista no Brasil. O país que outrora tinha uma economia baseada em bens de consumo simples se tornou lugar da produção de conglomerados empresariais internacionais, que trouxeram tecnologias e escalas de produção impraticáveis à

¹⁰⁰ Souza (1988, p. 152).

incipiente indústria nacional. A consequência foi a concentração de mercado em poucas mãos e em poucos lugares — o monopólio da produção e da geografia.¹⁰¹

Nesse sentido, o meio urbano foi especialmente favorecido pela instalação de indústrias de grande e pequeno porte. Na agricultura, a produção monopolista se traduziu em um processo conhecido como modernização conservadora do campo.¹⁰² Os efeitos se expressaram em subordinação da agricultura à indústria: a produção agrícola entrou em lógica que tinha a industrialização por destino final; foram criados elos de dependência entre meio rural e indústria urbana — capitalismo monopolista. Ao campo chegaram produtos fabricados para a produção rural: de insumos para a terra e o plantio a máquinas de grande porte para a colheita; ou seja, se trata de tratores, fertilizantes e pesticidas que agricultores passaram incorporar em suas fazendas. Em essência, a modernização se instaurou como mudança nos meios de produção, levando da força manual à força mecânica, mecanizada, motorizada, assim como ao uso de produtos químicos em vez de orgânicos tradicionais para incrementar a produção.¹⁰³

A especialização produtiva — a monocultura — impôs a necessidade de produção em larga escala para alimentar mercados externos e gerar divisas com exportações. Ao levar ao aumento da produção visando à exportação, o capitalismo integrou o campo à lógica industrial e financeira, mas sem que isso anulasse a situação de desigualdade social e exclusão marcante na população rural, marcada por latifundiários, produtores de pequeno porte e uma classe trabalhadora.

Ao contrário, a situação piorou porque a mecanização da produção acabou com a demanda por força de trabalho. A introdução de máquinas de preparo da terra, de plantio e colheita deixou uma massa sem trabalho remunerado no campo; de tal modo, a sobrevivência teria de depender de outras fontes de renda, e a indústria nas cidades ofereciam uma possibilidade. Logo, se impôs um processo de migração campo–cidade que desembocaria em um processo de urbanização marcado pelo desordenamento.¹⁰⁴

¹⁰¹ SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

¹⁰² Silva (1982).

¹⁰³ Silva (1982).

¹⁰⁴ Silva (1982).

Tal desordem foi provocada por um aumento da população urbana em uma medida e um ritmo que não podiam ser acompanhados pelo aparato de serviços como saúde, educação, moradia e trabalho. O setor escolar, por exemplo, seria marcado por uma dualidade que tinha na divisão de classes sociais sua lógica: à classe dirigente (a elite econômica e política), a escola secundária e o ensino superior, que formava novas gerações para administrar e pensar; à classe dirigida (a massa trabalhadora), o Ensino Primário e a formação técnica rápida, para se aprender a operar máquinas, as quais supunham a capacidade de leitura e escrita, seja para ler manuais ou registrar o uso com indicação de nomes, datas, horários, tempos de operação etc.

Ituiutaba foi contexto apropriado à penetração dessa lógica capitalista monopolista. De meados do decênio de 50 em diante, a rizicultura se tornou a base central da economia do município, de tal monta que o projetou em nível nacional. Em linhas gerais, o sucesso do cultivo monocultor do arroz situou o município na cadeia de produção destinada à indústria e à exportação; mais que isso, a demanda de produção esgotou a força de trabalho local, a ponto de desencadear um processo de migração ímpar: para o *meio rural* de Ituiutaba. Eram pessoas do meio urbano de estados do Nordeste e do norte de Minas Gerais; a força da produção atraiu as multinacionais, sobretudo a indústria de veículos, máquinas e ferramentas voltadas à modernização das formas de plantar, manejar, colher e transportar. A presença delas se tornou visível na imprensa de Ituiutaba, com anúncios sumptuosos do que se ofertava à elite produtora de arroz. Por força dessa mecanização, a força de trabalho humana se tornava dispensável no campo à medida que os grandes plantadores de arroz incorporavam à tecnologia a seus processos de produção.

Haja vista que nem todos tinham meios de abraçarem a modernização, intuímos que pode ter sido gradual a substituição da força braçal pela mecânica — de homens e mulheres pelas máquinas. Pelo que disse a ex-aluna entrevistada, seu pai pode ser visto tal qual exemplo dos que sucumbiram aos poucos na produção de arroz porque não tinham como mecanizar sua produção.

[...] o meu pai tinha um pequeno sítio pregado ao lado lá do vovô. [...] o meu pai ele ficava assim lá no sítio, como era pequeno, ele mexia com pequena produção. Aí ele vendia, então tinha as plantações de milho, tudo. Ele era um produtor pequeno, muito pequeno, porque ele tinha só oito alqueires, mas só que ele tinha um caminhão, que ali

na região ninguém tinha condução, tinha caminhão, tinha carro, tinha nada, tinha carro de boi, mas no caminhão assim, veículo não tinha.¹⁰⁵

A fala é expressiva do processo de mudanças. O sítio era pequeno, logo era pequena a produção; e assim seria para uma maioria, que ainda dependia de carro de boi, ou seja, era alheia à mecanização da produção. Assim, a pesquisa nos leva a interpretar que proprietários como o pai da entrevistada podem ter sustentado, no meio rural, muitas famílias de migrantes até meados de 1960; ou seja, o esvaziamento populacional do campo teria sido gradual, evidentemente, mas superacentuado de 1965 em diante. Até 1970 chegaria à cidade uma massa de gente em meio à qual estavam os primeiros migrantes e esposas, filhos e filhas, netos e netas, dentre crianças e adolescentes analfabetos em número suficiente para produzir um esgotamento total do aparato escolar público e uma inversão total nas taxas de analfabetismo urbano com a inversão do perfil residencial da população.

No capítulo a seguir, apresentamos uma compreensão desse contexto em que se situou a criação do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves e de que modo este contribuiu para o processo de escolarização na cidade ao lado de outras instituições.

¹⁰⁵ ENTREVISTADA. Ituiutaba, MG, quarta-feira, 29 out. 2025. 1 hora e 45 minutos. Áudio OBD Studio [recurso on-line]. Entrevista realizada via Google Meet, com entrevistada falando de sua residência.

II

GRUPO ESCOLAR, ECONOMIA E ANALFABETISMO: RELAÇÕES DE CONTRADIÇÃO?

“Mudança da Capital Federal”. Com essa frase-manchete de capa, o jornal *Folha de Ituiutaba* de abril de 1947 noticiou a possibilidade de essa cidade se tornar ou fazer parte da região de um novo distrito federal. O subtítulo dizia que foi incluída entre as cidades da “Região B”, uma das oito regiões que foram estudadas pelo Instituto Brasileiro de Estatística para possivelmente ser sede do governo federal. Ao mesmo tempo, a notícia foi ocasião para expressar a voz de um deputado — “Carlos Prates” —, que disse do “abandono do pontal do triângulo”.¹⁰⁶

O texto do jornal dizia de uma visita de autoridades à cidade (e as quais devem ter ido, igualmente, a outras cidades da região), pois a leitura do relatório *A localização da nova capital da República*, de 1948, não cita Ituiutaba nem Uberlândia nem Uberaba. Disso entendemos que o foco da visita era na região; e não em dado município. O sumário do relatório nos diz isso quando inclui assuntos como o “conceito geopolítico do planalto central” e “considerações gerais sobre as bases para [...] planejamento e execução” da nova capital: “1 – População, 2 – Superfície e, 3 – Política territorial, 4 – Financiamento, 5 – Administração”.¹⁰⁷ A rigor, o documento reúne resolução do

¹⁰⁶ FOLHA DE ITUIUTABA. *Mudança da Capital Federal*. Ituiutaba, MG, abr. 1947, s. n., p. 1.

¹⁰⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. *A localização da nova capital da República*. Rio de Janeiro: serviço gráfico do IBGE, 1948, s. p.

Conselho Nacional de Estatística afim ao propósito de se transferir a capital da República para o Planalto Central. Apresenta estudos sobre as qualidades da geografia dessa região favoráveis à instalação da nova capital; eram considerações de base para se planejá-la.

Com efeito, Ituiutaba era só mais uma parte de uma região ampla cogitada para abrigar uma *nova cidade*; e não como lugar da nova capital, como o jornal permitia ser lido com sua manchete. Não houve um plano ou projeto político formal especificamente; antes, foi só uma visita de estudo da viabilidade geográfica regional. Isso fica claro nas menções ao Triângulo Mineiro em carta de 15 de junho de 1946 dirigida a um deputado — João d’Abreu — por certo M. A. Teixeira de Freitas; o autor disse “a transferência se faça, não para o planalto de Formosa, e sim para o Triângulo Mineiro” e que o “deslocamento que se pretende, com a localização da metrópole no Triângulo Mineiro, importaria, de certo modo, em elidir esse objetivo: estaríamos levando o governo da República quase para o centro do Brasil Meridional, não para o centro do Brasil”¹⁰⁸. Assim, é possível que possa ter havido uma leitura desatenta ou ingênuas da notícia; ou então intencional, para desencadear sentimentos de orgulho e ufanismo, entusiasmo e esperança. Afinal de contas, a cidade ganharia mais visibilidade e melhoria nas condições básicas para o desenvolvimento social, com oferta de mais emprego, mais saúde e mais educação, por exemplo.

Seja como for — inclusive com eventuais frustrações —, Ituiutaba se tornaria “capital” cerca de quinze anos depois: a do arroz. O cultivo desse grão mudaria o cenário da produção econômica do município do fim da década de 40 até o fim da década de 60. Foi um novo ciclo produtivo que alteraria positivamente a economia municipal.¹⁰⁹ No período 1945–50 haveria uma transição nos interesses da produção agrícola, de modo que o milho, cultivo mais produtivo em meados dos anos 1940,¹¹⁰ deu lugar ao cultivo de arroz como cultura-base. A partir desse período, o município passou por um processo de desenvolvimento no qual a agricultura ganhou força total, a ponto de mover o setor industrial urbano que se valia da matéria-prima agrícola, fossem

¹⁰⁸ IBGE (1948, p. 34).

¹⁰⁹ CHAVES, Luciana D; VIEIRA NETO, José. (Re)produção do espaço urbano e mercado imobiliário: a oferta de terrenos urbanos e imóveis residenciais em Ituiutaba-MG. In: NEVES, Adriana F.; PAULA, Maria H.; ANJOS, Petrus H. R.; BERNARDO, Jozimar (org.). *Estudos interdisciplinares em ciências ambientais, território e movimentos sociais*. São Paulo: Blucher, 2016, p. 162–73.

¹¹⁰ *Lavoura & Comércio* (9 jul. 1944).

grãos ou derivados da pecuária (carne, leite e couro). Em especial, as beneficiadoras de arroz se destacaram, pois processavam o grão em casca para ser ensacado como grão pronto para consumo.¹¹¹

Essa virada na produção-base da economia situaria Ituiutaba em uma posição singular: as lavouras de arroz motivariam uma migração da cidade para o campo, justamente quando o movimento migratório nacional era o inverso.¹¹² Uma massa de migrantes de estados do Nordeste e de norte de Minas Gerais, dentre outros, chegaria ao município nos anos 1950–60 para servir de força de trabalho nas lavouras da região. Na década seguinte, o fenômeno de mecanização da produção agrícola forçaria a população migrante sem trabalho a se mudar para a cidade, mas não sem consequências severas para a vida urbana, em especial ao aparato escolar. Ao longo dos anos 1960, a população da cidade de Ituiutaba passaria a contar com uma massa de criança em idade escolar sem poder estudar por falta de vagas nas escolas públicas.

De fato, números já elevados nas taxas de alfabetização em 1950 e a tendência de ampliação de 1955 a 1960 com mais cinco grupos escolares abertos, seguramente, podem ter deixado a administração pública em posição confortável. É possível que a alfabetização tenha chegado a um porcentual ainda mais elevado, acima de tudo no caso da população masculina, até então privilegiada no acesso à escola. Essa possibilidade oferece margem para se pôr em discussão o quanto essa ascensão capitalista de Ituiutaba se relacionou com a ascensão educacional. Ou seja, ao mesmo em tempo que a agricultura gerou valores cada vez mais elevados de tributos ao estado, o município se punha em posição de demandar atenção do governo para as mazelas sociais.

Nesse sentido, podemos relacionar as variáveis tempo e data de criação dos grupos escolares: se tiver faltado força política/econômica de 1910 a 1954 para fazer o estado criar mais escolas primárias (havia três grupos escolares), de 1955 a 1964 a força foi total: surgiram, ao menos, seis grupos escolares. Com isso, intuímos que, mesmo se população urbana tiver se alterado demais, é possível que a economia potente do município tenha gerado ações de expansão educacional (e que não tenha passado disso). Como vimos, uma coisa era criar um grupo escolar; fazê-lo funcionar era outra história:

¹¹¹ GIAVARA, Eduardo. A dinâmica da produção do arroz em Ituiutaba (Minas Gerais, 1950–1970). *Patrimônio e Memória*, v. 15, n. 1, p. 182–199, 2019.

¹¹² BEZERRA, Luciene T. S.; RIBEIRO, Betânia O. L.; ARAUJO, José C. S. Expansão educacional no Sudeste e migração em Minas Gerais: impactos na alfabetização da população de Ituiutaba (1956–1971). *HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 17, n. 1, p. 191–213, 2017.

da qual o estado não tomava parte necessariamente e na qual o município assumia papel coadjuvante e, à comunidade, cabia o protagonismo: era a última trincheira de luta para manter os grupos escolares cheios e ativos.

Essas considerações iniciais dão o tom deste capítulo, que aborda as relações entre a educação cheia de carências e a economia de trilhões no município. Elementos de dois processos centrais permeiam o texto: a consolidação da economia de base agrícola via rizicultura; a migração da cidade para o campo — as lavouras de arroz. Dessa ascensão derivaram consequências: os interesses do capitalismo monopolista, que impôs um processo de modernização da produção agrícola (sobretudo mecanização dos modos e meios de plantar, colher, processar, ensacar e transportar) e, com isso, desempregou muita gente no meio rural. Sem posto de trabalho no campo, essa população trabalhadora se viu obrigada a fazer um novo movimento migratório: do campo para a cidade, o que redundou no aumento populacional descontrolado e desordenado; mais de vinte mil pessoas não só passariam a demandar formas e espaços de acomodação, mas ainda sobrecregaria serviços urbanos essenciais como saúde e educação.

Tais processos se ligam diretamente à educação: de um lado, esta exigiu investimento na ampliação do número de escolas rurais para alfabetizarem a massa de migrantes acrescida à massa analfabeta já residente no meio rural. Lembremos que o ensino era dito como a grande preocupação de Camilo Chaves Júnior em meados da década 1940; ou seja, antes da grande migração. Mas não se pode dizer que o investimento na escola pública urbana tenha sido similar em volume, pois o problema do analfabetismo se concentrava no campo.

Assim, no ciclo da rizicultura incluída no rol da produção capitalista monopolista, as pessoas que garantiram a capacidade de produzir mais foram as que *menos* se beneficiaram: de um lado, a população migrante era elementar para materializar a produção (colher, secar e carregar volumes imensos de grãos); de outro lado, a essa população não chegava nem o elementar em troca, a exemplo de escola e serviços de saúde pública. Antes, o que via eram condições de vida cada vez mais difíceis; via a si com cada vez menos lugar no espaço rural, à medida que o capitalismo e a máquina se impunham como forças motrizes.

Quando se trata capitalismo monopolista no Brasil, uma das referências é a obra do sociólogo Florestan Fernandes; desse modo, convém considerarmos suas concepções como medida inicial e compreensiva da questão, ou seja, como fundamento desta compreensão do capitalismo monopolista localizado.¹¹³

2.1 Rizicultura e economia: o capitalismo monopolista em Ituiutaba

O autor postula que o capitalismo monopolista é uma fase avançada e de internacionalização do capitalismo como sistema de produção econômica global. Traduziu-se na integração de economias periféricas ao mercado global sob o controle de uma hegemonia corporativa empresarial-industrial transnacional, ou seja, potências centrais, a maioria dos Estados Unidos. Sua manifestação no Brasil se pode situar no final da década de 1950 — quando irrompe para logo se consolidar, graças em grande medida ao governo de Juscelino Kubitschek, com a indústria automobilística, por exemplo (bens duráveis); após o golpe civil-militar de 1964, se consolidar com o país se abrindo de vez ao capital estrangeiro e às operações financeiras internacionais. Tal qual disse o autor, “O padrão de desenvolvimento capitalista que se impõe, sob o capitalismo monopolista, é o da integração no mercado mundial, o que significa que as decisões fundamentais sobre a economia nacional passam a ser tomadas fora do país, nos centros de poder das grandes corporações transnacionais”.¹¹⁴

Conforme argumenta Fernandes, o capitalismo monopolista se traduziu em dependência de terceiros. Em vez de o país buscar uma autonomia nacional real, o que houve foi certa integração ao capital estrangeiro. Mas não sem que se desconfiasse da capacidade do país de se sustentar como capitalista monopolista, pois o Estado teve de garantir os investimentos das corporações, nem que fosse à custa da soberania nacional e do bem-estar social. Por consequência, foi mantida a lógica de subdesenvolvimento estrutural: embora se modernizasse com novos modelos de produção econômica, o país se portaria de modo colonizado: a riqueza produzida ia para o exterior, enquanto ficavam as desigualdades internas, centrais para garantir força de trabalho barato e controlável. Daí a conclusão de Fernandes: no Brasil, a burguesia não seria do tipo nacionalista; antes, seria do tipo associada, dependente. Para sobreviver e crescer como

¹¹³ Fernandes (2005).

¹¹⁴ Fernandes (2005).

classe dominante, tinha de se articular de modo subordinado ao capital internacional e às potências econômicas/hegemônicas.¹¹⁵

Com efeito, tal subordinação viria à custa de outra: a do povo ao regime militar. A consequência foi nefasta: o encaminhamento da modernização econômica no Brasil funcionou sob o regime *autoritário* de governo. No contexto de um capitalismo “dependente e periférico”, a classe dominante se impõe, mediante uma “autocracia burguesa”, com uma forma política que visa garantir a acumulação cada vez mais acelerada de capital, conter a pressão social das massas e assegurar a ordem que os monopólios internacionais exigem.¹¹⁶

Os interesses privados e estrangeiros prevaleceram como medida após a captura do Estado pelo capitalismo monopolista; ou seja, deixou de regular e representar os interesses da população para se tornar defensor da economia capitalista monopolista. A modernização do Brasil via capitalismo monopolista fez do país uma sociedade moderna de hábitos e condutas arcaicos; foram adotadas padrões de consumo que reforçaram condições de dominação social como a superexploração do trabalho.¹¹⁷

2.1.1 Rizicultura em Ituiutaba: de subsistência à exportação

Estudos da história do cultivo do arroz em Minas Gerais como o de José A. Pereira, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, reconhecem sua presença, ao menos, desde os anos 1810, quando o botânico francês Saint-Hilaire relatou que viu plantações de arroz em toda a província, sobretudo na região de Ouro Preto. Eram duas espécies distinguidas pela cor do grão: branco e vermelho; e eram vantajosos por “não exigirem terrenos alagados”. Acredita-se que “o arroz vermelho fosse o que ainda continuava em uso pelos orizicultores mineiros no século XX e era conhecido pelo nome de ‘Venez’”.¹¹⁸

No século XX, ainda de acordo com o pesquisador, o cultivo passou a ser documentado em volumes estatísticos, tal qual em 1921, quando Minas Gerais teve “safra de 149 mil toneladas”, segundo lugar “em volume de produção de arroz no País

¹¹⁵ FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

¹¹⁶ Fernandes (2005, p. 337–45).

¹¹⁷ Fernandes (2005).

¹¹⁸ PEREIRA, José Almeida. *Cultura do arroz no Brasil: subsídios para a sua história*. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2002, p. 130.

(Sindicato...,1935)", pois o primeiro era São Paulo. Na década de 1940, tais posições se mantiveram. No decênio seguinte, porém, a liderança mudou para Minas Gerais: para o Triângulo Mineiro (Ituiutaba, Canápolis, Tupaciguara, Frutal e Uberaba) e Caratinga (Zona da Mata). Todos "eram os Municípios de arroz do Estado". Nos anos 1950, a região triangulina concentrou a produção; crescendo a cada ano a partir de 1950, chegou "um milhão de toneladas em 1965", para ter produção similar no triênio 1968–9.¹¹⁹

Outro estudo de pesquisa similar descreve dados parecidos, com menos ênfase na produção pré-1950. Foi publicado pela Companhia de Abastecimento Nacional.

No ano de 1947, Minas Gerais tinha uma área plantada inferior a 450 mil hectares, com uma produtividade de aproximadamente 1.200kg/ha. A partir de então, ocorreu uma expansão da cultura quando, entre os anos de 1965 e 1975, a área plantada oscilou em torno de 800 mil hectares, chegando algumas vezes a áreas próximas de 900 mil hectares. A partir desse período, ocorreu uma redução considerável da área cultivada com arroz no estado (EPAMIG, 1989).¹²⁰

Pelo que diz o estudo, foi preciso quase duplicar a área de cultivo de arroz para se chegar a uma produção de *milhão* de toneladas, assim como recorrer a modos de produção que fossem mais eficazes que a força humana e a tração animal. E o período sugere que Ituiutaba contribuiu muito para a dobra da área produtiva, que já era forte no Triângulo Mineiro.

Entretanto, no período 1949–51 a imprensa do Triângulo Mineiro publicou notícias indicativas de cenário um tanto diverso, até de certa descrença na cultura do arroz, de certo desprestígio como investimento de retorno garantido. O jornal *Correio de Uberlândia* foi especialmente alarmante em suas manchetes e seus textos.

[...] os rizicultores de Uberlândia pleiteiam [...] que, para a próxima safra, de 1945–46, haja mais encorajamento, com [...] quota da exportação. [...] pleiteiam [...] a transferência para ao lavrador da quota da exportação. [Até então] vem beneficiar apenas as firmas importadoras e os maquinistas [...].¹²¹

Banco do Brasil [...] reconheceu a necessidade da abertura da Carteira de Redesconto para mobilizar as nossas riquezas inexploradas por falta de numerário. Havendo

¹¹⁹ Pereira (2002 p. 130).

¹²⁰ OLIVEIRA NETO, Aroldo A. *A cultura do arroz*. Brasília: Companhia Nacional de Abastecimento, 2015.

¹²¹ CORREIO DE UBERLÂNDIA. *Encontra apoio na imprensa oficiosa da Capital do Estado, a iniciativa do industrial sr. José Andraus Gassani, para a proteção ao produtor de arroz e esposada pelo "Correio de Uberlândia"*. Uberlândia, MG, quinta-feira, 26 abr. 1945, n. 1.638, p. 1.

dinheiro e mercado externo para a exportação de nossos produtos, acordaremos este gigante [...].¹²²

[...] o deputado Vasconcelos Costa conferenciou com o Presidente Eurico Gaspar Dutra, a quem entregou um memorial referente à situação dos rizicultores [...]. Em resposta, o sr. Presidente da República telegrafou ao ilustre deputado, comunicando-lhe ter encaminhado o assunto ao Banco do Brasil.¹²³

Está fechada a exportação do arroz. [...] O produtor não encontrará compradores para o seu produto, [...] nem sequer encontrará meios para o armazenamento [...], porque os armazéns estão abarrotados com restantes das produções de 1949 e 1950.¹²⁴

[...] ameaçada a rizultura, [sic] devido aos excessos provenientes de safras anteriores e à grande produção prevista para a atual [...] a existência de grandes estoques tem como consequência necessária o desinteresse pelo produto [...] a ruína do produtor [...]. E isso terá grande repercussão no comércio local, visto como este tem, no arroz, uma de suas mercadorias basilares.¹²⁵

Tal qual podemos ler, os recortes da imprensa deixam claro o *status* do arroz como produto não só exportável, mas ainda exportado, dentro de uma cadeia em que o produtor via pouco do lucro gerado pela exportação. Mais que isso, se via ante a restrição às exportações. As consequências seriam excesso de oferta perante a demanda, de tal modo que a redução nos preços seria inevitável, assim como a perda.

Com efeito, o estudo de Eduardo Giavara argumenta que a alimentação passou a compor a agenda do governo Eurico Gaspar Dutra — o plano SALTE, de 1948, voltado ainda a saúde, transporte e energia — e o Plano de Metas, de Juscelino Kubistchek. As atenções se voltaram ao combate à fome mediante a transformação do abastecimento em política de Estado; e as ações de estímulo à produção incluíram financiamento de lavouras, maquinário, sementes, adubos e pesticidas, além de garantia de preços mínimos, estocagem e transporte.¹²⁶

O Governo Federal [...] Reorganizou seu setor público agrícola — criando a [...] Companhia Brasileira de Alimentação e a [...] Companhia Brasileira de Armazenamento [...] Entre 1940 e 1960, nessas políticas de governo, a cultura do arroz encontrou

¹²² CORREIO DE UBERLÂNDIA. *As lavouras de arroz do Triângulo Mineiro estão sendo abandonadas por falta de preço mínimo compensador*. Uberlândia, MG, quarta-feira, 17 maio 1950, n. 2904, p. 1.

¹²³ CORREIO DE UBERLÂNDIA. *Em benefício dos rizicultores do Triângulo Mineiro*. Uberlândia, MG, quarta-feira, 17 maio 1950, n. 2904, p. 1.

¹²⁴ CORREIO DE UBERLÂNDIA. *Muito grave a situação dos produtores de arroz*. Uberlândia, MG, terça-feira, 27 fev. 1951, n. 3102, p. 1.

¹²⁵ CORREIO DE UBERLÂNDIA. *A Associação Comercial de Uberlândia vai agir em favor dos rizicultores*. Uberlândia, MG, quinta-feira, 22 mar. 1951, n. 3119, p. 1.

¹²⁶ Giavara (2019).

acolhimento suficiente na região do Triângulo Mineiro para prosperar. Fatores como a proximidade com o estado de São Paulo, o clima com chuvas regulares e terras férteis à rizicultura foram fundamentais. Várias cidades como [...] Ituiutaba viveram uma relativa riqueza e despontaram como centros econômicos regionais, criando um sentimento positivo na população e melhorando a infraestrutura urbana e a malha rodoviária.¹²⁷

De fato, em Ituiutaba, a rizicultura fez a riqueza de uns à custa do trabalho de outros. Igualmente despontou na economia da região, a ponto de ser chamada de “capital do arroz” pela *Folha de Ituiutaba*, o que pode ser visto como exemplo de sentimento ufanista na população (urbana).

A cidade atraiu milhares de trabalhadores para a agricultura, novos bairros foram abertos e, aos olhos do cidadão comum, [...] se modernizava. Os jornais locais, empolgados com a euforia econômica, passaram a nomear a cidade como “a Capital do Arroz”, epíteto muito bem aceito pela sociedade tijucana, pois criava um sentimento positivo que associava a cidade à modernidade e a um futuro melhor.¹²⁸

Embora a propaganda mascarassem mazelas sociais, como as moradias da classe trabalhadora em bairros com ruas de terra, sem energia elétrica e rede de esgoto, a década de 60 seria o tempo do apogeu da opulência, o ápice do processo de exploração do arroz, o pico do crescimento da economia local, fundamental para ampliação de montantes de crédito, financiamento e prazos de quitação de dívidas; acima de tudo, foi o tempo de “uma declarada política de mecanização do campo”, componente do Plano de Metas. Os efeitos se estenderam ao comércio com a expansão de casas comerciais e lojas variadas, em especial concessionárias de automóveis, caminhões, tratores e maquinário agrícola.¹²⁹

Nessa expansão veloz da lavoura de arroz, estavam intrínsecas as contradições que marcavam o subdesenvolvimento do país subdesenvolvido.

A grande extensão agricultável também implicou na criação de uma moderna indústria de equipamentos como tratores, colheitadeiras e sistemas de irrigação altamente complexos. No entanto, o sucesso técnico e financeiro não foi o mesmo no desenvolvimento social e ambiental.¹³⁰

¹²⁷ Giavara (2019, p. 191).

¹²⁸ Giavara (2019, p. 195).

¹²⁹ Giavara (2019).

¹³⁰ Giavara (2019, p. 197).

Dito de outro modo, a ocupação do município pela agricultura mercantil de arroz não ocorreu sem exploração dos trabalhadores. Ficaram à margem das riquezas produzidas no campo e à margem das benesses geradas pela riqueza na cidade ao migrarem: restou viver em condições indignas em bairros periféricos sem infraestrutura básica. Lucros e benefícios não se refletiam de modo uniforme na cidade, notadamente em áreas povoadas por pessoas que já vinham de um cenário de desigualdade social brutal.¹³¹

Como se vê, a relação mecanização agrícola–capitalismo monopolista é imbricada e complexa. A mecanização se projetou como avanço técnico, mas no fundo foi uma força-chave para criar um ambiente favorável à penetração e difusão de corporações monopolistas no domínio do ciclo de produção agrícola por completo, do plantio à colheita e ao armazenamento.

Em sua análise das relações entre rizicultura, educação e capitalismo monopolista no município de Ituiutaba, José Carlos Araujo argumenta a partir de uma perspectiva segundo a qual o município não foge da lógica de manutenção de certo *status quo*. Ele situa a questão no plano do desenvolvimento econômico regional, pois o cultivo do arroz elevou Ituiutaba à condição de centro econômico em sua região; a riqueza gerada impulsionou a economia e melhorias na infraestrutura urbana e na malha rodoviária que afetaria municípios vizinhos. Segundo esse autor, os fatores de atração do capitalismo monopolista para Ituiutaba incluem a abertura de fronteiras à produção rural, que foram promissoras e férteis na região do Pontal do Triângulo Mineiro, mediante o cultivo do arroz acima de tudo. Ao mesmo tempo, a expansão viria repleta de elementos que logo se imporiam como contradições.¹³²

Do mesmo modo que atraiu investimentos capitalistas estrangeiros, Ituiutaba atraiu milhares de pessoas que desejavam aproveitar as oportunidades geradas pela rizicultura, no campo e na cidade (comércio). Foi inevitável um crescimento demográfico expressivo, de início rural, depois urbano. Em ambos, a lógica que movia o aumento era a necessidade de subsistência mediante emprego/salário. Assim, não só no campo, mas ainda na cidade haveria crescimento do consumo, ou seja, o aumento do comércio local e iniciativas de industrialização, acima da produção animal e voltada à

¹³¹ Giavara (2019, p. 197–8).

¹³² ARAUJO, José Carlos S. Capitalismo Monopolista e Educação no Brasil do século XX. In: CICLO DE ESTUDOS Núcleo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos da Educação, 3º, *Palestra*, 30 set. 2025.

produção rural. Com efeito, além do comércio, a agricultura intensiva demandou serviços diversos, de mecânica e manutenção a formas e meios de transporte, passando pela abertura de áreas para receber habitações, seja no meio rural, onde foi residir a maioria absoluta da população migrante, ou em bairros e/ou loteamentos urbanos, em geral na área periférica e sem energia elétrica, saneamento, água potável corrente, aos quais se destinou a migração do campo para a cidade.¹³³

Nessa perspectiva, aparentemente a razão mais visível era a população migrante; seria esta o que desequilibrava o estado de coisas da sociedade ituiutabana. Mas, evidentemente, o problema era anterior: era a produção máxima, o lucro máximo; mesmo que fosse necessário sujeitar a população trabalhadora a um processo nem um pouco favorável a ela. Foi a rizicultura de exportação que atraiu a Minas Gerais e estados do Nordeste, dentre outros lugares, o fluxo de migrantes para o município de Ituiutaba. Araujo reconhece pontos extras que serviram de fator de “expulsão” de gente do Nordeste para o Sul: a seca perene, a concentração das terras e da riqueza rural nas mãos de poucos, a falta de empregos própria de lugares de economia centrada na produção rural tradicional etc.¹³⁴

Uma vez estabelecida na região receptora da migração, a população migrante passava a contribuir para a consolidação da estrutura do campo como habitat e do ponto de vista demográfico; mas, a modernização da agricultura, em que se destaca o processo de mecanização da produção agrícola a partir dos anos 50, sujeitou a população migrante a outro processo de “expulsão”, que afetaria mesmo a população rural tradicional. De início, foi introduzido o trator como máquina-chave; depois, o maquinário acessório (a ser movimentado por tratores); enfim, novas máquinas independentes como as colhedeiras. Evidentemente, houve uma motorização do transporte com caminhões, jipes e caminhonetes (era a presença da indústria automobilística estimulada por Juscelino Kubitschek).¹³⁵

À mecanização motorizada, se acresceu a introdução dos pesticidas, que, mais do que as ervas daninhas, envenenava os frutos, o solo e a água; era perigoso a quem aplicava; e foi fatal para a força de trabalho braçal em etapas iniciais do cultivo, tais como a capina e o raleio. À massa de gente dispensada do trabalho, restava se deslocar

¹³³ Araujo (2025, s. p.).

¹³⁴ Araujo (2025, s. p.).

¹³⁵ Araujo (2025, s. p.).

para a cidade de Ituiutaba, onde se integraria à população urbana, para diluir um pouco de certa “unidade cultural” com seus modos de vidas, costumes e hábitos, linguajares e falares. Conforme diz Araujo, essa dinâmica de movimentos demográficos “contribuiu para a diversidade social da região”.¹³⁶

Essa perspectiva ecoa ideias de José Graziano da Silva, que situa a relação entre mecanização e capitalismo monopolista no contexto de uma modernização — que chamou de “dolorosa” — centrada na industrialização da agricultura. Nesse sentido, vê a mecanização como algo além de mudanças técnicas; antes, seria uma transformação das relações sociais de produção. Isso porque a presença das máquinas no campo invertia a função do trabalhador rural: uma vez atuante convededor do ciclo manual de produção, ele se torna um guiador, um operador da máquina agrícola. De tal modo, o ritmo do trabalho se subordinaria à força da máquina e ao saber e à experiência do trabalhador afins à lógica da produção mecânica (lógica da indústria).¹³⁷

Silva amplia sua compreensão ao apontar os complexos agroindustriais como fator-chave de avanço do capitalismo no campo. Ele refere uma presença do capital monopolista que atuaria não só na produção no campo diretamente, mas ainda fornecendo insumos (sementes, venenos, adubos), processamento e comercialização da produção, vale dizer, indiretamente.¹³⁸ A esse rol acrescemos o interesse de firmas de capital estrangeiro na exploração do arroz já colhido mediante; a *Folha de Ituiutaba* destacou iniciativas nesse sentido.

De há muito, estamos cientes do interesse de poderoso *grupo financeiro europeu* pela instalação, nesta cidade, de uma grande *indústria* destinada ao beneficiamento, em larga escala, de sub-produtos do arroz. [...] negociações em curso. [...] A poderosa organização [...] reúne homens de negócios alemães, italianos e franceses, dedicando-se, de preferência, ao beneficiamento [extração] de [...] um óleo bruto, que, depois de refinado, tem larga aplicação como comestível ou na indústria (grifo nosso).¹³⁹

Visto à luz da compreensão de Silva, o caso citado seria exemplo de externalização da produção: atividades típicas da fazenda como a extração de derivados de dada matéria-prima passam a ser feitos por empresas industriais integradas à

¹³⁶ Araujo (2025, s. p.).

¹³⁷ Silva (1982).

¹³⁸ Silva (1982).

¹³⁹ FOLHA DE ITUIUTABA. Poderoso grupo financeiro europeu pretende montar indústria nesta cidade. Ituiutaba, MG, quarta-feira, 11 jan. 1961, n. 1076, p. 1

agricultura monopolista. Nesse sentido, a constatação do autor é de uma modernização que manteve a tradição da estrutura de latifúndio, mas sem a presença de trabalhadores — que são dispensados do processo de produção. Em outras palavras, o processo foi enviesado: benefícios aos produtores, donos de máquina e aos agentes da exportação. O número dos que ficaram à margem se projeta no quadro a seguir, relativo à produção e à força de trabalho.

QUADRO 3 – Números de produção agrícola e ocupação laboral por setor, Ituiutaba 1940–55¹⁴⁰

PRODUÇÃO AGRÍCOLA — 1950		
<i>Tipo de cultivo</i>	<i>Tonelada</i>	
	1940	1955
Arroz	2.304	36.000
Feijão	702	3.000
Milho	18.005	24.000
OCUPAÇÃO LABORAL — 1955		
<i>Setor</i>	<i>Ramo de atividade</i>	<i>Total</i>
Primário	Agricultura, pecuária e silvicultura	13.157
Secundário	Indústria extrativista	26
	Indústria de transformação	943
Terciário	Comércio de mercadorias	531
	Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	71
	Prestação de serviços	1.318
	Transporte, comunicação e armazenamento	337
	Profissionais liberais	77
Outros	Atividades sociais	170
	Administração pública, legislativo e justiça	51
	Defesa nacional e segurança pública	16
	Atividade doméstica, não remunerada e atividades escolares estudantes	16.386
	Condições inativas	2.223

Conforme podemos inferir, os dados revelam uma correlação numérica entre aumento da produção agrícola e do trabalho no meio rural. Dados os números, parece correto dizermos que ao aumento da produção de arroz e milho equivaleu o crescimento da massa de trabalhadores no campo, vale dizer, o aumento da população rural. Dadas

¹⁴⁰ FONTE: dados de OLIVEIRA, Hélio C. M. *Urbanização e cidades: análises da microrregião de Ituiutaba (MG)*. 2013. Tese (doutorado em Geografia) — Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

as datas, fica claro que o volume de trabalhadores já incluía um montante de migrantes. Outra situação é a do setor “Outros”, sobretudo o quarto item, em que a população ocupada supera a do setor primário. Isso nos leva a cogitar que se tratava, em grande medida, de número relativo à cidade, pois era no meio urbano que se concentrava a população escolar. Daí nossa constatação secundária: a população trabalhadora no meio rural era maciçamente analfabeta; e era a população que, ao longo da década de 60, se mudaria para a sede municipal em busca de condições de vida mais favoráveis à satisfação de necessidades básicas.

Cabe aqui o fundamento de Antonio Gramsci: esse jogo de aproveitamento e dispensa da força de trabalho compatível com a mecanização da produção agrícola exportável seria medida de um instrumento político do Estado destinado a disseminar ideologias de grupos dominantes mediante a coesão — a utilidade da mão de obra — e a coerção — a utilização de mecanismos de expulsão da massa trabalhadora.¹⁴¹ Indo além: a alteração no modo de produção gerou duas consequências: 1) progresso, prosperidade econômica e acúmulo de riqueza para a classe dominante não só do município; 2) condições precárias de existência em meio à classe trabalhadora. Ao fim e ao cabo, o que era “problema” no meio rural o era, também, na cidade.

Com efeito, quando lemos a palavra *exportações* nas menções aos problemas enfrentados pelos rizicultores do Triângulo Mineiro (de Uberlândia), fica clara a vinculação da produção de arroz voltada ao mercado internacional, ou seja, não destinada ao consumo interno. Com isso, se entende que as regiões produtoras como Ituiutaba haviam entrado no processo (nas engrenagens) do sistema capitalista monopolista; e este penetrou tão fundo, que se traduziria, de forma um tanto metafórica, na compreensão mais crítico-reflexiva do cultivo do arroz, da primazia da rizicultura, do *monopólio do arroz*. Reflexões nesse sentido apareceram em artigos de opinião que a *Folha de Ituiutaba* publicava.

[...] o cultivo do arroz tornou-se empresa básica, constituindo-se na viga mestra da estrutura socioeconômica regional. [...] O processamento agrícola em nosso meio continua sendo o mesmo; tudo é realizado ao sabor da improvisação, sob os cuidados do empirismo. Não há planejamento, não se adota nenhuma medida de proteção do solo contra a erosão, não se cuida da rotação de culturas ou do uso de melhores sementes. Nos últimos tempos os melhoramentos que se verificam no meio agrário são

¹⁴¹ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*: volume 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 4^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

exclusivamente pela introdução da moto-mecanização, [...] indiscutivelmente, grande parcela do componente da agricultura moderna. Entretanto, a *mecanização agrícola*, quando *executada sem conhecimento de causa* seus resultados são perniciosos e contraproducentes, especialmente em se tratando do preparo do solo. [...] Hoje a rizicultura assumiu dimensões tais ao ponto de tornar-se força propulsora do mecanismo econômico regional. Daí resulta que a nossa economia está na razão direta dessa empresa. [...] os efeitos e as ameaças da empresa arrozeira [...] destruição criminosa de nossas reservas florestais, [...] o solo é arrasado tanto pelos instrumentos e máquinas agrícolas como pela erosão bravia, visando exclusivamente, à expansão e perpetuação da monocultura rizícola. [...] o rizicultor, tem que *substituir seus métodos e suas práticas agrícolas* com o aperfeiçoamento de sua empresa para seu *maior rendimento*. [...] a monocultura do arroz terá que ser dominada pela incrementação e diversificação de outras espécies e variedades cultivadas, no sentido de formar uma policultura econômica (grifo nosso).¹⁴²

Apesar de longa, a citação é valiosa aqui como visão de época porque expressa muito do que temos dito até aqui como visão do presente. Assim, conforme se pode ler no texto — de autor que publicou muito nesse sentido —, é clara a referência à mecanização da produção como processo em curso; mas ainda não explorado de forma mais racional, e sim de um modo que mantinha o cultivo do arroz como “empresa básica” e única da economia regional. É como se a mecanização do campo — a modernização — seguisse o improviso — a tradição da empiria. Mais que ser uma forma de modernizar todo o processo da produção, era só um modo de reforçar o capitalista monopolista pelo monopólio do arroz. Faltava o conhecimento científico, faltava método. A consequência da máquina usada sem planejamento era destruir o ambiente. Por outro lado, é notável como o autor não toca na ameaça da mecanização à força de trabalho; o máximo que se tem é uma alusão a um uso da máquina sem conhecimentos necessários para se extrair o máximo da mecanização.

Tal qual pensa Giavara, em Ituiutaba a mecanização da produção agrícola não foi um processo velado, não dito, uma quase abstração. Ao contrário, houve defesa e reflexão impressas e expressas em jornal; e por vários agentes que tinham abertura para recorrer à imprensa local. Tal processo foi apresentado em forma de texto e imagem, foi comentado e foi descrito, até consequências como a substituição total da força braçal pela força mecânica, ou seja, o desemprego.

¹⁴² MONTEIRO, Alberto. A monocultura do arroz ameaça a economia do Triângulo Mineiro. *Folha de Ituiutaba*. Ituiutaba, MG, quarta-feira, 4 set. 1963, n. 1279, p. 2.

2.1.1 Mecanização agrícola: assunto de reflexão e crítica

Desde meados dos anos 50, ecoaram na imprensa de Ituiutaba discursos alusivos à mecanização da produção rural. Em 1956, o assunto foi apresentado em função do que tinha acontecido nos Estados Unidos: a ampliação no uso de tratores, a consequente redução no número de animais de tração e a queda no número da população rural; a tabela a seguir projeta os dados.

TABELA 1. Número de tratores, animais de tração e população rural dos Estados Unidos, 1910–50¹⁴³

	ANIMAIS DE TRAÇÃO	TRATORES	POPULAÇÃO	
			Rural*	Total*
1910	24 milhões	1.000	60%	92,2 milhões
1920	27,5 milhões	246.000	30%	106 milhões
1930	19 milhões	920.000	25%	123 milhões
1940	14,5 milhões	1,5 milhão	23%	132 milhões
1950	9 milhões	3,5 milhões	16,5%	151 milhões
1956	—	4 milhões	13,5%	

* Números e porcentuais arredondados

Os dados da tabela mostram uma correlação direta entre número de tratores e êxodo: a queda mais expressiva na população rural — 30% — ocorreu quando houve aumento exponencial no número desse veículo: de mil a 246 mil, de 1,5 milhão a 3,5 milhões, ou seja, no decênio de 30 (tempo da queda da Bolsa de Nova Iorque e migração interna) e nos anos 50 (tempo da superpotência industrial e bélica que emerge no pós-guerra). Portanto, os tratores e demais maquinários fizeram as pessoas residentes no meio rural se mudarem para as cidades a fim de aproveitar as oportunidades que a indústria oferecia. A mesma fonte apresentou dados sobre o número de tratores no Brasil.

¹⁴³ FONTE: dados de MACHADO NETO, Brasílio. Mecanização agrícola. *Folha de Ituiutaba*. Ituiutaba, MG, sábado, 13 out. 1956, n. 788, p. 4; UNITED STATES CENSUS BUREAU. *Historical Population Change Data (1910–2020)*. “Data. Tables”. Washington, D. C., April 26, 2021.

QUADRO 4. Número de tratores no Brasil (1920–56) e em Ituiutaba, MG (1957)

	RESIDÊNCIAS RURAIS	TRATORES
<i>Brasil¹⁴⁴</i>		
1920	649 mil	Havia em 0,2%
1930	—	Havia 8,4 mil
1950	—	Importados 32 mil
1956		45 mil
<i>Ituiutaba¹⁴⁵</i>		
1958	—	Mais de mil
1960	—	2,5 mil

* Números e porcentuais arredondados

Também aqui cremos que seja cabível a relação entre número de tratores e presença da população rural em seu meio. É questão dada e consensual entre estudiosos da demografia no Brasil que o êxodo campo–cidade ocorreu de forma expressiva da década de 50 em diante; ainda que igualmente movida pelo que a industrialização prometia de novas perspectivas de vida.¹⁴⁶ Dito de outro modo, havia no Brasil poucos tratores em relação aos números dos Estados Unidos porque o trabalho no campo era quase todo manual e a população havia se mantido no meio rural (lembremos que o café, produto agrícola, esteve na base da economia desde a segunda metade do século XIX¹⁴⁷).

Nessa perspectiva de reflexão sobre a mecanização, opiniões favoráveis vinham de gente diretamente interessada no processo, a exemplo da opinião de agrônomos.

Com efeito, a mecanização nasceu do fato de que o número de animais necessários ao cultivo das terras teria de ser tão avultado já no inicio deste século, que grande parte das próprias terras se destinaria exclusivamente ao seu cesteio. [...] Os bons resultados logo se fizeram sentir quando os implementos se tornaram mais leves e aperfeiçoados. A [...] moto mecanização [...] [foi] o grande fator salvador da humanidade, [...] [da] contingência de ter oito de cada dez homens entregues à tarefa da produção de alimentos. Com os métodos modernos a porcentagem já é apenas de dois em dez e tende a descer cada vez mais.¹⁴⁸

¹⁴⁴ FONTE: dados de Machado Neto (13 out. 1956, p. 4); FOLHA DE ITUIUTABA. *Êxito de Ituiutaba no 1º Encontro Regional de Abastecimento*. Ituiutaba, MG, sábado, 1º jul. 1961, n. 1111, p. 1.

¹⁴⁵ FONTE: dados de FOLHA DE ITUIUTABA. *Ituiutaba impressiona pela vertiginosidade de seu desenvolvimento*. Ituiutaba, MG, sábado, 20 set. 1958, n. 913, p. 2; AGOSTINHO, M. A terra e o homem. *Folha de Ituiutaba*. Ituiutaba, MG, sábado, 1º mar. 1960, n. 1013, p. 1.

¹⁴⁶ Ver: RIBEIRO, Betânia O. L.; SILVA, Leila A. A.; QUILLICI NETO, Armindo. Educação rural em Minas Gerais: gênese das escolas municipais de Ituiutaba (anos 1940). *HISTEDBR* On-line, Campinas, SP, v. 12, n. 46, p. 74–93, jun. 2012.

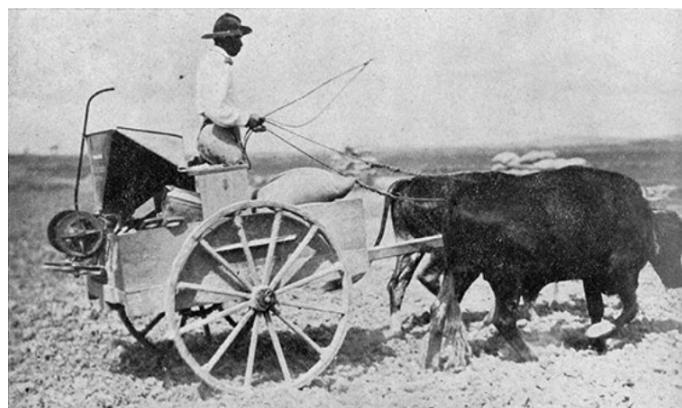
¹⁴⁷ Sobre a cultura do café no Brasil, conferir MARTINS, Ana Luiza. *História do café*. São Paulo: Contexto, 2008.

¹⁴⁸ GEHTT, Rafael. A mecanização da lavoura. *Folha de Ituiutaba*. Ituiutaba, MG, quarta-feira, 18 fev.

Tal qual podemos ler, além de elevar a mecanização em importância, o agrônomo de fato toca no problema da substituição da força braçal pela mecânica; e em perspectiva que via sua redução a zero. Mas sua visão é a de que essa redução foi algo benéfico porque deixava o trabalho a cargo do uso do maquinário, mais eficaz para aumentar a produção. Ficou de fora da reflexão do agrônomo o destino de um contingente maciço que até então havia existido no meio rural à custa do uso de sua inteligência, força e experiência, além da tração animal; e que se viu sem lugar para continuar a existir em seus modos de vida calcados na tradição em meio modernização do campo.

Essa difusão de um ideário de que a máquina deve substituir se expressa de forma inequívoca em outro texto do profissional da agronomia citado antes. Em suas palavras se projeta a relação modernização-tradição na produção agrícola e as consequências para a subsistência do trabalhador rural que ocupava as frentes de elementares: plantio e manejo das plantas, nos quais a força de trabalho manual e a tração animal eram os recursos (figura 4).

FIGURA 4. Plantio tradicional de arroz com uso de uma carroça semeadeira, Rio Grande do Sul, anos 1930¹⁴⁹



A imagem parece ser inequívoca das *camadas de tecnologia* presentes no plantio do arroz e da posição do ser humano no processo: aplicador de recursos tecnológicos e condutor das forças; as sementes ficam em segundo plano. O primeiro plano expressa a *domesticação* de animais para o labor; *a roda e o veículo, o saco, a roupa e o chapéu*; a *plantadeira* mecânica. A força manual parece se resumir a erguer e pôr sacos de sementes na carroça, alimentar a semeadeira e guiar a parelha de animais com rédea curta e castigo, para terem ritmo lento, passadas breves, ficarem cabisbaixos. Haja vista que não são mais as mãos que semeiam, se pode ver indícios de uma mudança nos modos de produção.

1959, n. 938, “Coluna agrícola”, p. 2.

¹⁴⁹ Pereira (2002, p. 118) — fotografia creditada a Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul (recortada para efeitos de diagramação).

Na defesa do engenheiro agrônomo, outro elemento entrou no campo com a modernização: *o pesticida*; e com isso a ameaça ao trabalho de quem laborava na capina a fim de evitar a concorrência por nutrientes entre cultivares e plantas daninhas na lavoura. Capinar era vital à produção.

Até bem pouco tempo não capinar era sinônimo de não colher. Os melhores cultivadores mecânicos muito ajudam, mas de forma nenhuma libertavam o agricultor do pesado e desagradável encargo de capina manual. Hoje, já ousamos falar na capina química. Procuraremos fornecer aos prezados leitores algumas instruções colhidas com *técnicos da Du-Pont que nos induzem* a convidar agricultores a efetuarem experiências. O herbicida ou hervicida é o produto químico capaz de, a ser pulverizado no terreno, eliminar as demais plantas deixando robusta (às vezes adubada) a planta [...]. O Karmex W é um desses produtos. Não é tóxico, nem venenoso, nem corrosivo, nem volátil. Colocado em um pulverizador comum, numa base de 2 (duas) gramas por 5 (cinco) litros d'água, dá muito bom resultado [...] restará ao *indispensável cultivador* o papel de limpar a pequena faixa das entrelinhas ao mesmo tempo que cumprirá sua importante função de escarificador do solo (grifo nosso).¹⁵⁰

As palavras do profissional desvelam uma segunda camada de modernização da produção agrícola: o uso de venenos. Nesse caso, o agrônomo relativiza sua defesa da mecanização porque a vê como falha insuficiente, a exemplo dos cultivadores mecânicos. Por mais úteis que fossem, não dispensavam o trabalho de capina manual, com enxadas. De fato, a capina manual era — é — serviço “pesado e desagradável”; mas apenas para quem o fazia, ou seja, nunca para os donos dos meios de produção rural, nunca para os patrões. O articulista não deixava dúvidas do lado de qual estava como profissional. Suas preocupações eram com “capina química”, ou seja, com outra porta de entrada ao capitalismo monopolista representada por empresas transnacionais e seu corpo técnico. A ressalva de não ser tóxico nem venenoso nem corrosivo, tampouco volátil pode ser lida como afirmação de que outros produtos o eram.

De certo ponto em diante, a mecanização da produção rural se tornou traço do município a ser destacado sempre que era objeto de reflexão escrita, como no caso de “Reivindicações de Ituiutaba no decênio em curso”, ou seja, anos 50. As necessidades eram muitas e diversas: saúde (“Posto de Higiene”), serviços urbanos (“Prédio dos Correios”, “Cadeia pública”, “Praça de esportes”), serviços público-administrativos

¹⁵⁰ GEHTT, Rafael. *Liberte-se das capinas*. Folha de Ituiutaba. Ituiutaba, MG, quarta-feira, 25 dez. n. 1957, p. 10.

(“Comissão de preços”), condições de tráfego de veículos (“rodovias”, “Pontes sobre o rio da Prata”).¹⁵¹

Ao destacar tais demandas como coerentes com a representatividade econômica do município mil força, a imprensa citava a mecanização agrícola.

Em consequência do notável desenvolvimento de suas atividades agro-pecuárias, que estão a lhe conferir uma firme liderança estadual, tanto em dimensão da superfície cultivada como em *índice de mecanização e volume de produção*, bem assim do extraordinário *surto industrial* derivado dessa gigantesca produção, Ituiutaba assume nos dias correntes uma posição de inegável destaque na comunidade montanhosa (grifo nosso).¹⁵²

Datado de 1957, o texto endossa a presença da mecanização como assunto não só recorrente, mas ainda usado como trunfo qualificado; e voltado à produção maior. Ao mesmo tempo, já se dizia de um movimento de industrialização que abria perspectivas de trabalho até para quem vivia no campo e passou a viver na cidade.

É nesse sentido que se expressa outra afirmação da mecanização agrícola como traço distintivo e atrativo de negócios para Ituiutaba. Foi dita em um “Recado aos industriais” de todo o país na edição de natal da *Folha de Ituiutaba*, que vinte páginas a mais que as edições regulares. O texto do recado é anônimo e não se parece com anúncio publicitário; o que sugere ser um tipo de editorial do próprio jornal. Dentre outros atributos, destaca o quão mecanizada estava a lavoura no município.

Situado no centro geográfico das melhores terras do Brasil, abrangendo a faixa triangulina do Paranaíba e o Sudoeste Goiano, contando com o *mais alto índice de mecanização da lavoura no País* e oferecendo anualmente ao mercado nacional safras abundantes de arroz, milho, algodão, feijão e gergelim, [...] o município de ITUIUTABA detém paralelamente destacada posição [...] em Minas Gerais (versal no original; grifo nosso).¹⁵³

Entendemos que o destaque da palavra Ituiutaba com as maiúsculas seja um indicativo do quanto se procurava evidenciar o município por sua mecanização. Ou seja, quando o texto diz que era “o mais alto” índice de mecanização, deve ter sido coerente

¹⁵¹ FOLHA DE ITUIUTABA. *Retrato (sem retoques) de um município esquecido*. Ituiutaba, MG, sábado, 27 out. 1957, n. 790, p. 1.

¹⁵² *Folha de Ituiutaba* (27 out. 1957, p. 11).

¹⁵³ FOLHA DE ITUIUTABA. *Um recado aos industriais de todo o País*. Ituiutaba, MG, sábado, 23 dez. 1951, n. 1142, n. p.

ao autor do texto escrever o nome do município em caixa *alta* (conforme se fiz nos manuais de jornal).

Nessa linha de apresentação, a mecanização agrícola foi celebrada em ocasião bastante coerente com a posição de Ituiutaba naquele momento: a de abastecedor de mercados. A referência foi o primeiro encontro regional de abastecimento, do qual participou o redator-chefe da *Folha de Ituiutaba* apresentando suas teses, realizado na Federação do Comércio, e de que participaram produtores, agentes de prefeituras e de órgãos dos governos estadual e federal, dentre Ministério e Secretaria da Agricultura, a Rede Ferroviária Federal, Serviço Social Rural, órgãos mineiros de abastecimento etc. Um ponto de destaque foi o transporte rodoviário entre o Triângulo Mineiro e São Paulo.

A BR-71, muito bem denominada pelo dr. Alan de Paula Fernandes, diretor do Distrito de São Paulo, do DNER, como “Rodovia da Alimentação”, precisamente porque penetra no coração de uma das zonas mais produtivas do País e a de maior produção do cereais do nosso Estado, tem suas obras de há muito paralisadas no local de sua confluência com a BR-14, ou seja, no Trevo, pouco além de Monte Alegre de Minas. Com isto, a vultosa produção de arroz, milho, feijão, algodão, gergelim, carnes e laticínios, oriunda da zona, talvez do *mais alto índice de mecanização do Brasil* (grifo nosso).¹⁵⁴

Do que se dizia, parece ficar clara a relação da mecanização da produção rural com o desenvolvimento da malha viária para o transporte da produção às áreas de exportação, ou seja, regiões portuárias como São Paulo. Ao mesmo tempo, a malha viária com rodovias de acesso a regiões onde se concentrava a indústria de veículos era fundamental para a vinda de máquinas e acessórios não só à cidade de Ituiutaba, mas ainda às fazendas onde seriam operados. Sem isso, seria difícil elevar o índice de mecanização agrícola no município (no Brasil).

Dois fatores devem ter contribuído para o índice de mecanização dito pelo jornal como elevado. Um deles seria o comércio de maquinário agrícola; outro, a imprensa, em

¹⁵⁴ *Folha de Ituiutaba* (1º jul. 1961, p. 1). Na década de 1950, a BR-71 compreendia o trecho que se iniciava no estado de São Paulo, nas proximidades do município de Uberaba (MG), estendendo-se até a região do Triângulo Mineiro, onde se conectava à BR-14 (atual BR-153), importante eixo rodoviário nacional. Já a BR-14 tinha início em Anápolis (GO) e seguia até o sul do país, constituindo-se como uma das principais rotas de integração territorial. Para o município de Ituiutaba, a articulação entre essas rodovias foi fundamental para o escoamento da produção agrícola — especialmente o arroz —, fortalecendo a economia local e ampliando a inserção do município nas dinâmicas comerciais regionais e nacionais.

que o jornal local não só serviu de veiculador de um ideário de mecanização, mas ainda se beneficiou sobremaneira com a publicidade gerada pela chegada de firmas de grande porte ao município.

2.1.2 Comércio, bancos e imprensa: agentes da mecanização agrícola e do capitalismo monopolista

Com efeito, em meados da década de 1950, a firma revendedora de veículos Cancella já era dita na imprensa como uma das que davam sua “contribuição ao progresso de Ituiutaba”; e só porque prestava “relevantes serviços ao município e à região, nos setores de automobilismo, transportes e mecanização da lavoura”.¹⁵⁵ De fato, a firma se lançou no fornecimento de veículos variados para a produção rural e recorreu a artifícios como se atentar aos incentivos do governo à aquisição e usar a concessão como argumento em seus anúncios.

Aos Srs. fazendeiros e arrendatários — Aproveitem esta oportunidade de ouro que lhes oferece o plano federal de fomento agrícola (decreto n. 4.0260), adquirindo os seus tratores a preços reduzidos e grandes facilidades de pagamento (3 anos de prazo) Se o interessado for proprietário, basta apresentar o talão correspondente ao imposto territorial do último exercício, e se for arrendatário, trazer o contrato de arrendamento. *O resto será fácil, pois a firma revendedora se encarregará de preparar e encaminhar todos os papéis exigidos pelos órgãos competentes, garantindo a entrega das máquinas dentro de curto prazo. Façam quanto antes os seus pedidos ou solicitem as informações desejadas no escritório da SOCIEDADE DE AUTOMÓVEIS MANOEL A. CANCELLA LTDA. Rua 20, nº 1234 – Ituiutaba (grifo nosso).*¹⁵⁶

Sem distinguir cliente, a empresa se posicionava como mediadora entre demanda e oferta, agia em nome do fabricante e do comprador. Ofertava uma assistência que isentava os eventuais compradores da parte burocrática, possivelmente algo importante para pessoas que viviam um modo de vida de pouco contato e costume com a burocracia. Ao depender apenas da comprovação de propriedade ou arrendamento, tudo se projetava como muito fácil para interessados. Assim, com base em informação que era pública, a firma se posicionava como vantajosa para quem pensava em comprar veículos e maquinário para a fazenda; era a lógica de vida urbana influindo nos modos de vida do campo; eram as consequências do capitalismo monopolista como moldador

¹⁵⁵ FOLHA DE ITUIUTABA. *Ecos de um acontecimento marcante*. Ituiutaba, MG, sábado, 31 mar. 1956, n. 760, p. 6.

¹⁵⁶ SOCIEDADE DE AUTOMÓVEIS MANOEL A. CANCELLA. Ao srs. Fazendeiros e arrendatários. *Folha de Ituiutaba*. Ituiutaba, MG, sábado 19 jan. 1958, n. 884, p. 6.

do funcionamento da cadeia de produção agrícola. Nesse sentido, foi um anunciante de peso nas páginas do jornal local.

FIGURA 5. Anúncios da concessionária Cancella, firma de Ituiutaba que vendia veículos e maquinário agrícola, 1954/56¹⁵⁷

A lavoura mecanizada exige máquinas modernas e eficientes

Eis porque oferecemos o melhor em equipamentos agrícolas

Temos para pronta entrega:

TRATORES "ZETOR"
(orgulho da indústria checoslovaca)

Modelos 25 e 25-K, a óleo crú — Arados — Grades — Plantadeiras — Des-torradeiras — Carretas, etc.

Numerosos lavouristas desta região já adquiriram esses conjuntos e puderam comprovar as vantagens sem par que oferecem.

Distribuidores nesta zona :

Sociedade de Automóveis «MANOEL A. CANCELLA» Ltda.
Rua 20 n. 1204 — Fone, 78 — Caixa, 40 — ITUIUTABA-Minas

Dispomos de carro-oficina para prestar assistência, nas fáverdas e lavouras, aos produtos que vendemos.

Sociedade de Automóveis Manoel A. Cancella Ltda.

Revendedora

Automóveis — Caminhões — Tratores — Máquinas Agrícolas — Peças e acessórios em geral — Geradores de energia elétrica — Máquinas para escritório — Refrigeradores elétricos e a querosene — Rádios — Máquinas de Costura — Oficina Mecânica — Completa Secção de Retífica, etc.

Rua 20 n. 1234 - C. Postal, 40 ITUIUTABA Triângulo Mineiro

De fato, mais que agenciar a compra de máquinas agrícolas, era preciso publicizar o que se vendia. Ao se folhear as edições da década de 50 da *Folha de Ituiutaba*, o que se vê na maioria são anúncios de tratores, caminhões, carros pequenos e pneus. Nesse sentido, destacamos na figura a seguir a ilustração de um anúncio de trator recorrente nas páginas do jornal na primeira metade da década.

¹⁵⁷ FOLHA DE ITUIUTABA. [Anúncio]. Ituiutaba, MG, sábado, 19 jun. 1954, n. 667, p. 6; FOLHA DE ITUIUTABA. [Anúncio]. Ituiutaba, MG, segunda, 24 dez. 1956, n.798, p. 5.

FIGURA 6. Desenho de trator sendo guiado como marca-chave da mecanização agrícola em Ituiutaba, MG, 1954¹⁵⁸



Do ponto de vista de seus componentes, a ilustração exibe elementos tecnológicos similares aos mostrados na fotografia de semeadura de arroz no Rio Grande do Sul: rodas e carenagem em primeiro plano; condutor de chapéu e camisa de manga longa para se proteger da luz solar, porque a tecnologia do trator na presumia tal proteção. Vê-se, além do trator, uma nova máquina acoplada, em segundo plano, o que sugere a inclusão de mais recursos de mecanização do campo.

A figura do trator era acompanhada de um texto que endossava o mote de que o trator não rejeitava serviços. Anunciado como útil à “lavoura de algodão, arroz, milho, trigo, etc. e noutras operações”, seria o “melhor auxiliar” do fazendeiro.

Com certeza o sr. quer ter *um trabalhador que sirva para tudo*, em sua fazenda. Adquira, pois, um trator Allis-Chalmers, mod. CA. Na aração, semeação, colheita, transporte, ou para impulsionar equipamentos fixos, o trator Allis-Chalmers, [...] é insuperável e lhe dará *melhores lucros*, com menos trabalho (grifo nosso).¹⁵⁹

Tal qual se pode ler, a mensagem se dirigia diretamente ao fazendeiro: “o sr.”, como se fosse uma resposta a uma fala, algo como a capacidade de produção humana e a recusa de trabalhadores a fazerem certos labores. Para fazer mais sentido a quem

¹⁵⁸ FOLHA DE ITUIUTABA. [Anúncio]. Ituiutaba, MG, sábado 13 nov. 1954, 688, p. 3. (recortado para efeitos de diagramação).

¹⁵⁹ Folha de Ituiutaba (13 nov. 1954, p. 3).

lidava basicamente com gente no trabalho, o anúncio “humanizava” a máquina a tratando de um trabalhador que era pau para toda obra: arar, semear, colher, transportar, mover equipamentos afins. Ao propor o trator como tal trabalhador, é como se o anúncio dissesse que a força de trabalho braçal era suscetível ao tipo de serviço: podia fazer ou não. No apelo do anúncio, então, estava contida a ideia de que a troca da força humana pela força da máquina compensava porque resultava em mais lucro e menos trabalhadores.

Era lucro também para a *Folha de Ituiutaba*. Em seu envolvimento editorial e publicitário com a modernização da agricultura em Ituiutaba agia como um braço ideológico-discursivo do capitalismo monopolista. Traduzia para o dia a dia o que era propagado como avanço e melhoria por quem ocupava os maiores espaços do jornal com anúncios. Assim, enquanto as seções editoriais (de texto) se referiam à mecanização do campo, a publicidade endossava os textos com anúncios ilustrados pelas máquinas que contribuíam para a superprodução de arroz; igualmente, anúncios de página inteira de bancos que não escondiam a abertura aos negócios da lavoura de arroz.

FIGURA 7. Exemplos de anúncios publicitários (meia página e um quarto de página) afins à mecanização do campo publicados nas páginas da *Folha de Ituiutaba*, MG, 1960¹⁶⁰



Colhedeiras de portes e modelos distintos sugerem tentativa de atender às necessidades e ao orçamento de produtores de porte variado entre pequeno e médio, entre grandes lavouras, que demandavam três máquinas, e lavoura que se resolvia com uma máquina de colher e um trator.

¹⁶⁰ FONTE: FOLHA DE ITUIUTABA. [Anúncio]. Ituiutaba, MG, sábado, 15 out. 1960, n. 1060 p. 3; FOLHA DE ITUIUTABA. [Anúncio]. Ituiutaba, MG, sexta-feira 16 set, 1960, n. 1053, p. 3.

Se o trator puder ser visto como máquina do preparo e do plantio, a colheita passou a ser vista como etapa merecedora de máquinas à parte: a colhedeira, em tamanhos variados, a ser acoplada ao trator ou independente. Em ambos os casos, eram máquinas que para funcionarem dependiam das mãos humanas — mas não da força delas necessariamente.

Igualmente, uma vez colhida a produção, era preciso secar os grãos, e o que em outros tempos dependia de área aberta e luz solar passou a contar com a tecnológica dos secadores, patente nas páginas da *Folha de Ituiutaba*.

FIGURA 8. Modelo de secador mecânico para arroz publicizado pela *Folha de Ituiutaba* mediante anúncio de um quarto de página, Ituiutaba, MG, 1958¹⁶¹



No modelo de secagem, o trabalho manual se projeta como o de averiguar a qualidade dos grãos secos: densidade, peso, cor, tamanho. Em vez da força, as mãos oferecem o tato.

¹⁶¹ FOLHA DE ITUIUTABA. [Anúncio]. Ituiutaba, MG, sábado, 15 fev 1958, n. 870, p. 6.

O texto da mensagem é inequívoco do que temos dito: mecanização em nome da economia e da produção somente. Era isso o que prometia “o SECADOR MOREIRA”, então um “sistema moderníssimo” porque conjugava “perfeição, economia e simplicidade”, em outras palavras, “seca rápida e fácil”; porque tinha por resultado a conservação da qualidade dos grãos: “brilho e germinação”, firmeza do grão (“evita sua quebra”): tudo aquilo que o tato das mãos podia sentir e olhos ver.

Essa exploração da publicidade como fonte de lucro foi explicitada pelo próprio jornal em texto breve chamado “Publicidade é coisa séria...”.

ANUNCIAR não é apenas proclamar as excelências do produto ou repetir enfadonhamente lugares comuns: há uma *técnica redacional*, um *estilo*, algo implicando numa *criação* para cada artigo, sobre cada estabelecimento ou tirando proveito de determinadas circunstâncias. O anúncio longo, mal redigido ou contendo expressões vulgares jamais atinge o objetivo do anunciante, que é conquistar fregueses. Pelo contrário, aborrecendo o público, torna-se em verdade contraproducente. A *Folha* possui *departamento especializado em publicidade*, seja ela escrita ou falada (grifo nosso).¹⁶²

Pelo que diz o texto, parece ser bastante plausível nossa interpretação de uma imprensa tão envolvida com o lucro da rizicultura quanto os produtores de arroz. Quanto maior fosse a penetração da modernização do campo em Ituiutaba, maior era o volume de trabalho publicitário e editorial, a ponto de demandar a criação de um setor de publicidade no jornal, com a consequente oferta de “Oportunidade a jovens”, ou seja, a contratação de profissionais/estagiários.

A REDAÇÃO DESTE JORNAL TEM ALGUMAS OPORTUNIDADES PARA JOVENS, DE PREFERÊNCIA BANCÁRIOS OU ESTUDANTES, QUE TENHAM PENDOR PARA O JORNALISMO E QUEIRAM SE SUBMETER A TESTES NOS SETORES DE REPORTAGEM OU PUBLICIDADE. OS INTERESSADOS — OU INTERESSADAS — DEVEM PROCURAR DIRETAMENTE O REDATOR-CHEFE DA FOLHA, GERALDO SÉTIMO MOREIRA, QUE LHES MINISTRARÁ INSTRUÇÕES E ORIENTAÇÃO NO RAMO ESCOLHIDO. É ESCUSADO APRESENTAR-SE QUEM NÃO TENHA UM MÍNIMO ACEITÁVEL DE CAPACIDADE REDACIONAL E DESEMBARAÇO PESSOAL (maiúsculas no original; grifo nosso).¹⁶³

¹⁶² FOLHA DE ITUIUTABA. Publicidade é coisa séria... Ituiutaba, MG, sábado, 13 ago. 1960, n. 1345, p. 1.

¹⁶³ FOLHA DE ITUIUTABA. *Oportunidades a jovens*. Ituiutaba, MG, quarta-feira, 19 maio 1960, n. 1021, p. 1.

A menção à parte reportagem e à de publicidade como destino sugere que o jornal se expandia com a economia da cidade e que era preciso mais gente para ampliar a capacidade de cobertura e o conteúdo do jornal. Supostamente, o pessoal da impressão era suficiente para acomodar a demanda. Parece sintomático desse crescimento da *Folha de Ituiutaba* o anúncio de vagas para o trabalho de vender o jornal na rua.

PARA venda deste jornal, às quartas-feiras e sábados, necessitamos de vários meninos ativos, contando de 10 a 15 anos. Pagamos excelente comissão, possibilitando aos jornaleiros boa renda, para trabalhar apenas algumas horas, duas vezes por semana. Os candidatos devem procurar diretamente JUQUITA, em nossas oficinas, trazendo o nome e a residência de seus pais ou responsáveis.¹⁶⁴

Anúncios assim permearam as edições do jornal de 1961 e 62, o que nos diz de um aumento na tiragem que não cessava; também pode ser que o trabalho atraísse poucos interessados ou que os contratados permanecessem pouco tempo na função; dentre outras possibilidades de entendimento interpretativo. De outro lado, o jornal vinha oferecer trabalho a uma faixa etária na transição da idade escolar para adolescência sem mencionar exigência da capacidade de ler. Em uma compreensão igualmente interpretativa, não exigir alfabetização pode nos dizer para vender jornal na rua não era necessário saber lê-lo; ou então que a taxa de alfabetização de tal faixa etária era tão elevada, que era dispensável informar no anúncio que a função exigia capacidade de leitura. Neste caso último, o entendimento interpretativo dispõe de uma fonte que nos permite pensar que o jornal almejasse justamente alunos do Ensino Primário, que costumavam visitar o jornal (redação e oficina) como atividade pedagógica.

Acompanhados das professoras dn. [dona] Audelina Borges e dn. Jerônima Ribeiro Macedo, recebemos há dias, em nossas oficinas, a visita dos alunos da 4.^a série do grupo escolar “Governador Clóvis Salgado”. Vieram eles, conforme disseram, conhecer como se faz um jornal. Embora não fosse dia de impressão do nosso periódico determinamos fossem as máquinas postas em funcionamento, mostrando o chefe de oficinas os diversos processos de confecção do jornal.¹⁶⁵

¹⁶⁴ FOLHA DE ITUIUTABA. *Vagas para jornaleiros*. Ituiutaba, MG, quarta-feira, 11 jun. 1962, n. 1145, p. 1

¹⁶⁵ FOLHA DE ITUIUTABA. *Uma carta que muito nos sensibiliza*. Ituiutaba, MG, sábado, 5 out. 1963, n. 1285, p. 2.

Conforme lemos, a visita dos alunos à redação era condição importante para o contato entre alunado e jornal evoluísse à participação profissional em seu processo de produção, a exemplo da venda de exemplares nas ruas.

Nessa perspectiva, podemos pensar que o dono do jornal não dispunha de mão de obra formada para o trabalho na produção do jornal, pois apelou a bancários/bancária e estudantes (provavelmente secundaristas). Em certo, essa falta de pessoal espelhava, justamente, o problema do desemprego provocado pela mecanização do campo, em que a operação do maquinário e o uso de pesticidas exigiam profissionais com formação e preparo, de modo a serem não só capazes de ler, mais ainda de compreender, com segurança, manuais e instruções de fabricantes sobre como manusear e usar equipamentos e produtos.

2.2 Mecanização agrícola e ensino profissional

Com efeito, foi justamente um bancário do Banco do Brasil que escreveu sobre o problema na *Folha de Ituiutaba*. Em vários artigos ao longo de 1963, discorreu sobre questões do meio rural: reforma agrária e cultura do arroz (ed. 1263 e 1279), conservação de solos e matas (ed. 1281, 1284), leis do trabalhador rural (ed. 1291), pragas da lavoura (1297 e 98) e outros, dentre os quais dois artigos sobre o que via como problemas da mecanização da produção agrícola. A rigor, ele era entusiasta do processo, mas fazia suas ressalvas. Dizia que mecanizar era mais que comprar tratores e máquinas afins (“implementos”) e deixá-los serem operados por gente sem preparo, improvisada. O preparo do solo — etapa elementar central — estava sendo apenas um revirar de terras na grande parte das propriedades, com a consequência de empobrecer o solo em minerais, deixando árido, sem húmus, com subsolo à mostra, erodindo. Por trás disso, estaria a mecanização “praticada irracionalmente”, sem considerar elementos como as águas e as espécies de plantas, conforme as palavras do bancário articulista.

[...] na agricultura moderna, não se concebendo que uma empresa agrícola, para atingir fins econômicos, seja explorada na base de braços ou tração animal. Entretanto, toda mecanização agrícola só será útil e econômica [...] sob a orientação de competente planejamento técnico [...] Somos pela supermecanização das lavouras, porém, racionalizada, manejada por operadores treinados em instituições especializadas [...] e não [...] por meros chauferes de máquinas, improvisados de uma noite para o dia. [...] sinto-me no dever de alertar os órgãos competentes, inclusive os departamentos

comerciais de máquinas e implementos agrários, a encetarem uma campanha para a criação e funcionamento de uma Escola de Moto Mecanização Agrícola [...].¹⁶⁶

II — Cuidados com as máquinas agrícolas em trabalho: a) — Instruir e aparelhar o operador. Todo operador de máquinas deve ser treinado em instituição com cursos rápidos, com durabilidade de três meses, onde sejam ministrados ensinamentos de mecânica agrícola, noções de solos, e seu preparo, erosões, lubrificantes e lubrificações, conserva e manejo das diversas máquinas agrícolas.¹⁶⁷

Pelo que se lê, são bastante polissêmicos os recortes do que disse o articulista em dois textos; mas destacamos aspectos mais alinhados neste estudo. Assim, lemos a ideia de que modernizar a agricultura, para fins econômicos era dispensar a força de braços humanos e das pernas de bois e cavalos. Se essa força tradicional de produção tinha de ser — e o era — aplicada de forma racional, o mesmo ocorria com a mecanização: em si, não seria vantagem econômica; esta viria da aplicação. Para Monteiro, isso estava explícito no município; o que via não eram *operadores* de máquinas, mas gente que sabia dirigir veículos e se tornou *guiadores*, contratados no fim de um dia para começarem na manhã do dia seguinte. Se assim for, podemos pensar que a mecanização da produção agrícola acabou com oportunidades de trabalho regular para uma massa de operários do campo, enquanto criou oportunidades para uma mão de obra mínima, disponível, mas despreparada para aproveitá-las. A solução era criar escolas de ensino técnico-profissional, que exigiam, evidentemente, alunado apto a ler e a escrever.

Em notícia sobre encontro de lavradores e trabalhadores rurais em Ituiutaba, o texto desautorizava a impressão do articulista.

[N]os produtivos e ubérrimos [férteis] municípios de Canápolis, Capinópolis e Centralina, de policultura próspera, cerealista em alta escala e possuidores de topografia essencialmente plana, de imensuráveis possibilidades, onde a *mecanização convenceu e impulsionou a mentalidade agrícola* do grande e do pequeno proprietário, cuja contribuição para o abastecimento dos mercados de São Paulo, Rio e Minas, faz jus [...] (grifo nosso).¹⁶⁸

Essa impressão de uma mecanização útil e produtiva porque mentalizada parece contrastar com a opinião do bancário porque os municípios referidos como mecanizados

¹⁶⁶ MONTEIRO, Alberto. Máquinas agrícolas manejadas irracionalmente estão arrasando os solos da região (1.º de uma série). *Folha de Ituiutaba*. Ituiutaba, MG, sábado, 14 dez. 1963, n. 1302, p. 1.

¹⁶⁷ MONTEIRO, Alberto. Técnica da motomecanização e conservação das máquinas agrícola (2.º de uma série). *Folha de Ituiutaba*. Ituiutaba, MG, sexta-feira, 24 dez. 1963, n. 1303, p. 1.

¹⁶⁸ FOLHA DE ITUIUTABA. Os primeiros frutos da Conferencia dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Triângulo Mineiro. Ituiutaba, MG, sábado, 2 fev. 1957, n. 804, p. 1.

eram menores do que o de Ituiutaba, em torno do qual gravitavam na produção de arroz. Ou seja, é possível que este último município influísse nos demais com orientações, diretrizes e práticas de produção rizícola, o que leva à ideia de que, nele, a mecanização não era assim tão mal aproveitada. E convém considerarmos que subjacente a essa visão dos municípios estava a opinião de gente com respaldo institucional; se destaque diretor da “29.^a Zona Agrícola” do estado, sediada em Ituiutaba, o engenheiro agrônomo Rafael Gehrt, já citado como entusiasta da modernização da produção rural.

A esse contexto de contato era importante a estatística como parâmetro para tomada de decisões, em que o município entra como fornecedor de informações.

Para conclusão de um levantamento de maior importância para Ituiutaba e Capinópolis, pois que se destina a *verificar a realidade dos índices de mecanização de nossa agricultura*, a Agência de Estatística de Ituiutaba, sediada no 2.^º pavimento da Prefeitura Municipal, está apelando para todos os proprietários de tratores e máquinas combinadas — deste e daquele município — no sentido de que compareçam àquela repartição, entre 12 e 17 horas (de segundas às sextas-feiras) ou de 8 às 11 horas (aos sábados). Trata-se unicamente do fornecimento de dados estatísticos, destituindo-se a pesquisa, por isto mesmo, de quaisquer objetivos fiscais, e não podendo, em hipótese alguma, ser utilizada para outros fins. Na certeza de contar com a colaboração dos senhores proprietários de tratores, a Agência de Estatística de Ituiutaba, antecipadamente, externa seus melhores agradecimentos.¹⁶⁹

Com base na tentativa de quantificação referida, podemos inferir que a necessidade de verificação da mecanização era suscetível de ser confundida com intenções de tributação ou outras intenções contra os proprietários de tratores. Daí a importância de ser feita a ressalva enfática de que as informações não seriam utilizadas para fins que não os de contagem. Pode-se pensar que, de fato, era uma colaboração dos proprietários, pois fornecer informações pressupunha que fossem até a agência, dedicassem tempo a isso, se lembrassem do horário de fazê-lo quando fossem à cidade.

Dado esse elo entre município e estado, devemos ver a mecanização agrícola em Ituiutaba como parte de um processo maior e vertical, em que se pode dizer de um estímulo nacional à modernização da produção rural. Isso fica patente em notícia dada pela *Folha de Ituiutaba*.

¹⁶⁹ FOLHA DE ITUIUTABA. *Aos senhores proprietários de tratores*. Ituiutaba, MG, sábado, 16 nov. 1957, n. 845, p. 2.

Verbas orçamentárias no total de 211 milhões e 800 mil cruzeiros serão aplicadas, este ano, na manutenção dos Postos Agropecuários do Ministério da Agricultura, que funcionam nos mais diversos pontos do país. Esses Postos, em número de 246, prestam assistência direta aos lavradores e criadores, por meio de serviços de *mecanização da lavoura, conservação do solo, inseminação artificial, defesa das culturas contra pragas e doenças do gado, revenda de material agrícola, beneficiamento da produção, treinamento de trabalhadores rurais*, etc. (grifo nosso).¹⁷⁰

Pelo que foi dito, o governo estava preocupado com questões levantadas pelo bancário articulista que refletia sobre a produção rural em Ituiutaba. Os postos de serviço agropecuário do Ministério da Agricultura eram destinados a assistir lavradores, não só com serviços de mecanização, mas ainda de conservação, criação, proteção, comércio e beneficiamento. É clara, igualmente, a defesa de ensino técnico de trabalhadores do meio rural, que se projetava em ações do posto agropecuário de Ituiutaba, então dirigido pelo agrônomo Gehtt, que falou durante a inauguração do prédio da Associação Comercial e Industrial de Ituiutaba.

Finda a primeira parte do programa da inauguração, o dr. Rafael Ghetti, diretor do Posto Agro-Pecuário de Ituiutaba, na qualidade de convidado especial, brindará os presentes com a exibição de filmes da mais palpitante atualidade, versando sobre assuntos de grande interesse para nossa agricultura, como sejam: *Uma Escola Rural nos EE.UU.* — o que aprende e até onde vai o interesse do estudante norte-americano que vive no ambiente rural; *Uma Escola de Agronomia* — algumas fases do estudo da agronomia numa escola norte-americana; e *Fazenda Ipema* — o maior centro-escolar de mecanização da lavoura que o Ministério da Agricultura mantém no Estado de São Paulo (grifo nosso).¹⁷¹

Parece ser inequívoca a relação direta entre mecanização do campo e ensino (técnico-profissional), sempre com a realidade dos Estados Unidos como parâmetro de um olhar sobre o Brasil. Assim, os filmes exibidos podem ser ditos como uma mostra de modelos de escola passíveis de serem comparados com o modelo de escola forma operadores da motomecanização no Brasil. Mais que isso, a exibição pode ser dita como medida de o governo tinha algum grau de preocupação com a qualificação de quem iria operar o maquinário agrícola; se sabia da necessidade de preparar a mão de obra para lidar como a novidade da máquina como força de produção rural.

¹⁷⁰ FOLHA DE ITUIUTABA. *Mais de 200 milhões de cruzeiros para os postos agropecuários*. Ituiutaba, MG, sábado, 26 maio 1956, n. 768, p. 3.

¹⁷¹ FOLHA DE ITUIUTABA. *Hoje inauguração das novas instalações da ACIAPI*. Ituiutaba, MG, sábado, 26 maio 1960, n. 1037, p. 1.

Essa preocupação, entretanto, não era exclusiva do poder público, como aquele representado pelo diretor do Posto Agropecuário de Ituiutaba. Ela foi manifestada no fim da década de 50, por um deputado federal mineiro e não vinculado a Ituiutaba por origem. Disse ele que proporia ao governo federal criar no município estabelecimentos que proporcionassem facilidades maiores para os agricultores produzirem e ganharem mais.

Assim, é que do meu programa faz parte a criação em Ituiutaba de uma escola destinada à formação de técnicos agrícolas. Esta escola proporcionará a toda a nova geração do município, e desta região que está dedicada à produção agrícola, a oportunidade de adquirir conhecimentos técnicos [...] maiores rendimentos, [...] elevação do padrão de vida dos agricultores [...] o município [...] tem mais de mil tratores. [...] eu considero de mais importante [...] no sentido da mecanização da lavoura, é que se proporcione ao agricultor os elementos indispensáveis à manutenção, e reparos de suas máquinas. [...] Então, as duas providências básicas, para que essa mecanização não se transforme num mal para o agricultor, [...] que se crie aqui, no município a escola de tratoristas, [...] já está no final da construção, e uma oficina de reparos [...] corresponde[nte] a um elevado padrão, já criado pelo Ministério da Agricultura, [...] com todo o equipamento necessário [...] mecânicos que conheçam bem a sua profissão, [...] [com] carros-oficinas que possam atender aos chamados nas fazendas [...].¹⁷²

A fala do deputado pode ser lida como indício expressivo de que em 1958 a mecanização já era uma marca das lavouras de Ituiutaba, assim como o eram os problemas desencadeados por sua intensificação: a falta de mão de obra preparada, fosse para o processo de produção mesmo, fosse para o uso do maquinário. De mais destaque na fala de deputado, vemos a referência um público-alvo para tais escolas: “toda a nova geração”. Nesse sentido, quando se pesam as consequências da mecanização como o êxodo campo–cidade, a nova geração parece se referir à prole dos fazendeiros, e não necessariamente à dos trabalhadores braçais pelo uso intenso da máquina na produção. Destes, as novas gerações passariam a viver na cidade, mas sem garantia de que a vida seria melhor.

Com efeito, em meio a estudiosos e pesquisadores, parece ser consensual essa consequência da mecanização agrícola.

De um lado, tudo indica que a grande maioria destes estabelecimentos [rurais] seria inviável como unidade produtiva sustentável [...]. Por isto mesmo, tendem a reforçar o processo de mecanização e de redução da demanda de mão de obra. Isto deixa em

¹⁷² *Folha de Ituiutaba* (20 set. 1958, p. 1-4).

aberto qual serão a inserção e o destino desta população rural que antes sobrevivia, em situação de pobreza e de extrema pobreza, do trabalho agrícola.¹⁷³

Em função da mecanização do campo, as máquinas passaram a substituir o trabalhador rural e, de forma cada vez mais acelerada, a escola do campo foi sendo esvaziada.¹⁷⁴

[Veio] a mecanização do campo e com esta a expulsão dos pequenos proprietários ou ocupantes de terras rurais para as cidades, pois a capital com a sua maquinaria exigia maiores extensões de terras para utilizar o potencial das máquinas.¹⁷⁵

Esse abandono gradual e sucessivo do campo visto no Brasil inteiro, principalmente por famílias que tinham seu sustento pela monocultura agrícola e/ou extrativismo, gerou a concentração populacional nas áreas urbanas [...]. Os municípios situados fora do entorno das capitais sentiram tais reflexos migracionais ao absorverem parte do fluxo de pessoas que deixaram a zona rural. Muitos transformaram-se em pólos da região, não por conta da industrialização, algo que não dispunham, mas pela concentração comercial e de serviços. Em vista disso, o aumento populacional foi maior que a oferta de ocupação, empobrecendo ainda mais essas regiões periféricas [...]. [Houve] crescimento da massa de trabalhadores rurais empobrecidos nos meios urbanos, [...] [com] consequências no comportamento social cotidiano, [...] embate simbólico entre os habitantes tradicionais, provenientes do meio agrícola e instalados nas cidades, e os habitantes que vieram para a região desenvolver. [...] o que pôs em marcha [migratório] milhões de pessoas, além da mecanização do campo, foi o aceno de melhores condições de vida na cidade, principalmente pela expectativa de emprego proporcionada pela industrialização em curso.¹⁷⁶

Esses recortes parecem encadear este enredo: a necessidade de modernização da produção se impõe como modo de se correr o risco de perecimento, de não sustentação da produção agrícola e dos ganhos consequentes; a modernização inclui, em grande medida, a substituição da força braçal (contingentes de trabalhadores) por um conjunto limitado de máquinas, o que reduz a demanda de força de trabalho. A dispensa deixou incerto o futuro dessa massa trabalhadora no meio rural, à qual se imporia uma situação de pobreza e de extrema pobreza. A solução foi abandonar o campo em favor da vida em áreas urbanas, ou seja, cidades pequenas que se viram inundadas por migrantes do meio rural. Esse aumento populacional maior que a capacidade de acomodação e ocupação desequilibraria situações de estabilidade no desenvolvimento econômico e social, com empobrecimento maior, aumento da massa de trabalhadores e conflitos

¹⁷³ GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (org.). *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: Ipea, 2010, p. 151.

¹⁷⁴ MARTINS, Aracy A.; ANTUNES, Maria I. *Educação do campo: desafios para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 70

¹⁷⁵ FERNANDEZ, Fernando Negret. Conceitos, problemática socioambiental, mudanças climáticas e iniciativas de proteção e recuperação do meio ambiente no mundo e na América latina. São Paulo: CRV, 2025, n. p.

¹⁷⁶ SELBACH, Jeferson Francisco (org.). *Vidas que vem e vão*. S. l.: Edição do Autor, s. d.

entre estratos sociais que passaram a concorrer entre si por benesses como o emprego na indústria que se formava.

De fato, a se julgar por anúncios publicados na *Folha de Ituiutaba*, havia emprego para operação de máquinas na indústria da eletricidade.

A Empresa Luz e Força Ituiutabana S. A., avisa, a quem possa interessar, que necessita de três empregados para ajudantes maquinistas. Os candidatos que se apresentarem, além de outros requisitos, devem ser casados, ter até 35 anos de idade, *saber ler e escrever*.¹⁷⁷

Embora seja de 1958, o anúncio expressa uma circunstância suscetível de ocorrer na década de 1960 e se abrir a candidatos egressos do meio rural que se encaixassem no perfil desejado. Faltam estudos estatísticos específicos sobre a população que migrou para o município nos anos 1950 em função da rizicultura: origem, faixa etária, número de homens e mulheres, de adultos e crianças etc., escolarização, Mas, de três estudos sobre o processo migratório, se pode derivar a compreensão de que a dinâmica da migração foi mais ou menos assim: de início, veio uma primeira leva de homens adultos (casados e solteiros, pai e filhos, irmãos); uma vez estabelecidos, vinham os encaminhamentos de vida: casados providenciavam a vinda da esposa e da prole; irmãos mandavam buscar pais, mães e irmãs; já os solteiros constituiriam famílias no meio rural.

Nessa linha de raciocínio, para 1965, se projeta o seguinte perfil de população migrante entre o campo e a cidade: uma leva de casados (faixa etária 35–45 anos), com filhos nascidos na origem (faixa etária 10–15 anos) e no destino (faixa etária 7–12 anos); e de adultos migrados na solteirice (faixa etária 15–20), primeira geração, que se casaram e formaram a segunda geração (faixa etária 5–10). Disso, inferimos uma população em idade escolar expressiva em volume e em analfabetismo, em todas as gerações.¹⁷⁸ De tal modo, é possível que os pais de famílias migrados do campo para a cidade não pudessem aproveitar oportunidades de trabalho como as que foram anunciadas porque o mais provável era que a maioria não soubesse ler nem escrever.¹⁷⁹

¹⁷⁷ FOLHA DE ITUIUTABA. *Empregados para a Usina “Salto do Moraes”*. Ituiutaba, MG, 1957, n. 935, p. 6.

¹⁷⁸ SILVEIRA, Daiane L. S. *Migrantes nordestinas e escolarização no Pontal Mineiro (1950 e 1960): desafios, resistências, embates e conquistas*. 2014. 149 f. Dissertação (mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

¹⁷⁹ Silveira (2014) e SILVA, Dalva M. O. *Memória: lembrança e esquecimento*. Trabalhadores

A probabilidade deriva de informações estatísticas e factuais tais quais a da tabela a seguir.

QUADRO 5. Números da população, de escolas e da alfabetização no meio rural de Ituiutaba, MG, 1950–66

	TOTAL	SABEM LER E ESCREVER*	NÃO SABEM LER NEM ESCREVER*
<i>Homens</i>	18.300	7.100	11.190
<i>Mulheres</i>	16.300	5.200	11.100
Total	34.600	12.300	22.290
FATOS SOBRE ESCOLAS RURAIS			
<i>1944</i>	Havia cerca de 870 matriculados, ¹⁸⁰ ante uma população de 30,7 mil habitantes ¹⁸¹ e 10 escolas		
<i>1950</i>	Havia 10 escolas, ¹⁸² ante uma população de 34,6 mil habitantes		
<i>Anos 50[?]</i>	Uma escola, criada em 1941, diplomou cerca de 55 discentes: quase 15 na faixa na etária 5–7 anos; 9, 13–16; demais: 8–12; meninas somavam em torno de 20–22. ¹⁸³ A distinção de idade seguramente indica diferença de série		
<i>1962</i>	A formatura da escola “de maior eficiência” teve matrícula de 120 discentes e diplomou apenas 12, ante uma população de 42,4 mil habitantes ¹⁸⁴ e 23 escolas		
<i>1966</i>	Havia 36 escolas rurais ¹⁸⁵		

*Números arredondados

Como se pode presumir pelos dados factuais, a população rural aumentou de 1944 a 1950, sem que fossem criadas mais escolas. Caso consideremos o período 1950–62, então a situação parece só ter piorado, pois o aumento no número de escolas e o de habitantes se relacionou de foram: 1 escola (de duas salas de aula) para cada 600 habitantes (nem todos em idade escolar evidentemente). A se julgar pelo número de crianças diplomadas, a média de cada escola era baixa: vinte. Idealmente, em doze anos,

nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro (décadas de 1950 e 1960) Dissertação (mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

¹⁸⁰ FONTE: *Lavoura & Comércio* (9 jul. 1944, p. 4).

¹⁸¹ FONTE: SILVA, Letícia O.; PEREIRA, Mirna L. Reestruturação urbana e caracterização econômica: transformações espaço-temporais de Ituiutaba (MG). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16., 2019, Vitória. *Anais...* Vitória: UFES, 2019, p. 1–20.

¹⁸² FONTE: dados extraídos de: SOUZA, Alciene M. *Tempos vividos, histórias e memórias construídas: as escolas rurais e suas professoras* (Ituiutaba–MG, 1970 a 1990). 2021. 151 f. Dissertação (mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

¹⁸³ FONTE: Ribeiro, Silva e Quillici Neto (2011, p. 17). A contagem de estudantes na formatura foi sobre uma fotografia de um dia de formatura na escola Tiradentes.

¹⁸⁴ FONTE: Silva e Pereira (2019, p. 1–20).

¹⁸⁵ FONTE: Souza (2021).

as treze novas escolas teriam formado não mais que 250 crianças das oito mil pessoas que passaram a habitar o meio rural; as novas matrículas anuais seriam de cem, o que levaria ao ingresso de 1,1 mil crianças na escola primária rural. Daí que uma síntese pode ser a seguinte: o aparato escolar rural formava em torno de 20% da população.

Quando consideramos os dados estatísticos, tal porcentual se mostra mais animador: cerca de 65% era de gente analfabeta, com tendência maior ao analfabetismo entre as mulheres. Isso quer dizer que o aparato escolar rural era mais eficaz: alfabetizou 35%. Acrescido das treze escolas criadas até 1960, é possível que fossem capazes de atender uma parcela expressiva da demanda. Isso porque até 1950 a população rural ainda era a tradicional, “nativa”, “pura”, com suas variações de geração (etárias), natalidade e mortalidade.

Contudo, a década de 50 foi justamente o interregno da migração maciça para o município, e de uma massa não escolarizada em grande parte. Nesse caso, foi preciso que o município ampliasse o número de escolas rurais. Acresceram-se mais 26 unidades; mas que projetavam em uma relação desigual, como na escola de “maior eficiência”: o número de diplomados equivalia a 10% da quantidade de matriculados (120).

Portanto, quando se impôs o fluxo de migração do meio rural para a cidade, a nova população urbana, que representava parte expressiva das taxas elevadas de analfabetismo do município, passaram a compor a taxa de analfabetos da cidade, que até 1960–5 ostentaria índices elevados de alfabetização. Em outras palavras, se diluiria para menos a elevação dos porcentuais de alfabetização.

Tentamos averiguar essa possibilidade levantando e mapeando números relativos a matrículas, formaturas e outras informações afins. Com isso, pudemos fazer uma projeção da relação entre grupo escolar e alfabetização no período 1950–66. Trata-se de uma compreensão bastante frágil porque os dados estatísticos são lacunares, limitados e imprecisos de autor para autor consultado. Em todo caso, cremos que seja uma reflexão válida, em especial porque, em sua importância, os estudos sobre a educação no município de Ituiutaba até então trataram de tal relação de forma circunstancial e superficial, às vezes até repetindo o que foi dado. Para começar, consideremos o quadro populacional a seguir.

QUADRO 6. Números aproximados da população urbana e rural de Ituiutaba, MG (1940–70)

	PERÍODO	URBANO <i>Mil habitantes*</i>	RURAL <i>Mil habitantes</i>	TOTAL <i>Mil habitantes</i>
1	1940 ¹⁸⁶	4,3 mil	30,7	35
2	1950 ¹⁸⁷	8,6 mil/9,1	26/42,5	34,5/51,5
3	1960 ¹⁸⁸	29	27	56
4	1964 ¹⁸⁹	30	—	—
5	1968 ¹⁹⁰	—	—	57,2
6	1970 ¹⁹¹	47	17,5	64

* Números arredondados

Item 2: números de Ituiutaba isolada/Ituiutaba com Capinópolis

Item 3: rural inclui sedes distritais e meio rural

Em trinta anos, a população do município aumentou em trinta mil; nos 1940–50, se sustentou a discrepância entre população urbana menor e rural maior. Em 1960, a discrepancia desaparece, graças ao aumento da população da cidade sem que se alterasse a população do campo. Em 1970, temos uma inversão total do perfil residencial da população se comparado ao de 1940. Além do crescimento da população urbana em função de sua dinâmica mesma de desenvolvimento (aumenta de dezoito mil habitantes de 1960 a 70), podemos notar que, até 1970, houve um decréscimo de dez mil residentes do meio rural que seguramente ajudou a inflar a população da cidade; também nos parece acertado pensar que essa população migrante do campo incluísse duas gerações familiares, em que a segunda estaria em idade escolar, e a primeira — a maior parte analfabeta — em busca de trabalho. Dentre outras marcas do perfil social dessa população, estariam o analfabetismo de uns/umas (pessoas adultas) e a necessidade de escolarização (crianças pequenas).

Dito isso, passemos a outro ponto: o preparo do aparato escolar urbano para acomodar tal demanda escolar. O ponto de partida é o quadro a seguir, com números de

¹⁸⁶ FONTE: VIEIRA, Katia L. S. S. Reestruturação urbana e caracterização econômica: transformações espaço-temporais de Ituiutaba (MG). In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 14º, 2021, Campina Grande. *Anais* [...]. Campina Grande: Realize, 2021.

¹⁸⁷ FONTE: Vieira (2021, n. p.).

¹⁸⁸ FONTE: FOLHA DE ITUIUTABA. *Município de Ituiutaba:* — 56.252 pessoas recenseadas até agora. Ituiutaba, MG, sábado, 21 jan. 1961, n. 1079, p. 1.

¹⁸⁹ FONTE: FOLHA DE ITUIUTABA. *Novo mínimo saiu com Ituiutaba na 1.ª sub-região:* 42 mil Cr\$. Ituiutaba, MG, quarta-feira, 26 fev. 1964, n. 1310, p. 1; COSTA, Ronaldo F. N. Os economistas de hoje. *Folha de Ituiutaba*. Ituiutaba, MG, quarta-feira, 18 jan. 1961, n. 1078, p. 3.

¹⁹⁰ FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Situação demográfica. População estimada, 1968*, p. 45.

¹⁹¹ Ribeiro, Silva e Quillici Neto (2012, p. 82).

pessoas que entraram no grupo escolar, mais ou menos no recorte coberto pela pesquisa que esta dissertação apresenta.

QUADRO 7. Mapeamento da matrícula/formatura nos seis primeiros grupos escolares¹⁹² de Ituiutaba, MG, 1955–66¹⁹³

	ANO	POPULAÇÃO	1º GE 1910	2º GE 1947	3º GE 1955	4º GE 1956	5º GE 1958	6º GE 1963
1	1910	—	205	—	—	—	—	—
2	1912	—	250	—	—	—	—	—
3	1913	—	—	—	—	—	—	—
4	1914	—	248	—	—	—	—	—
5	1940	4.356	530	—	—	—	—	—
6	1947	—	—	460	—	—	—	—
7	1950	8.637	—	—	—	—	—	—
8	1953	—	—	504	—	—	—	—
9	1954	—	—	406	—	—	—	—
10	1956	—	—	—	446	576	—	—
11	1957	21.800	—	—	437	576	—	—
12	1958	—	—	—	406	—	600	—
13	1959	—	—	—	438	—	—	—
14	1960	31.516	—	—	430	—	—	—
15	1963	—	—	—	—	—	—	—
16	1964	—	—	—	—	627	—	391
17	1965	—	—	—	—	642	—	411
18	1966	—	834	—	830	714	—	114
Total		—	2.067	1.370	2.987	3.135	600	916

¹⁹² Grupos escolares: 1º) João Pinheiro, 1908; 2º) Prof. Ildefonso Mascarenhas da Silva, 1947; 3º) Senador Camilo Chaves, 1955; 4º) Gov. Clóvis Salgado, 1956; 5º) Ituiutaba, 1958; 6º) Cônego Ângelo, 1963.

¹⁹³ FONTE: números retirados de trabalhos diversos — ver item “Fontes do quadro 7” nas referências da dissertação.

Em primeiro lugar, devemos fazer uma ressalva sobre a imprecisão dos números do quadro. Foram extraídos de trabalhos acadêmicos que estudaram as escolas referidas e o município e apresentaram dados estatísticos demográficos; mas em alguns casos a mesma referência cronológica apresenta dados numéricos diferentes, ou seja, as cifras não batem. Nesse sentido, devemos afirmar a fragilidade dos números tabulados em razão de lacunas, dispersão e imprecisão. Ainda assim, vemos o levantamento de dados como uma projeção útil do processo de alfabetização escolar durante o período 1950–66. Cremos que a estimativa esboce uma compreensão mínima do processo.

Desse modo, vemos que de 1953 a 1956 houve um acréscimo de mais de treze mil pessoas à população urbana (de 8 mil a 21 mil) e apenas dois grupos escolares. Com a criação de dois, 1955 e 1956, cada qual veio contribuir com média de mil novas matrículas no período. Assim, na comparação entre aumento do número de matrículas com o aumento, a relação de 6,5 pessoas para cada vaga, ou seja, o número de vagas somava 16% do total da nova população urbana.

Em 1960, havia então cinco grupos escolares para uma população urbana de 21 mil habitantes; o acréscimo de matrículas pelos dois novos grupos escolares foi de 1,4 mil. Como se manteve o total de habitantes, compreendemos que uma ampliação substancial da taxa de escolarização primária pública; ou seja, caiu a relação entre número por número pessoas: agora 6,1 por vagas; logo, se ampliou a relação entre número de vagas em relação à população urbana para cerca de 17%.

Na projeção de 1960–3, vemos um acréscimo de dez mil pessoas à população total urbana (31 mil) sem que se alterasse a quantidade de grupos escolares/matrículas. Nesse caso, pela mesma lógica de cálculo, a relação proporcional foi de 9,1 pessoas por vaga, enquanto o total de vagas relativo ao de habitantes foi de 11%

Na projeção de 1964–6, vemos um acréscimo de 4,5 mil novas matrículas; se parecem um número substancial, devemos recordar que é quando se intensifica o êxodo campo–cidade. Vimos que em 1960 houve equiparação entre o número de habitantes do meio rural e da cidade; ou seja, presumimos que já havia se instaurado o processo. Também vimos que em 1970 as estatísticas mostraram uma inversão total de perfil habitacional no município: 40 mil pessoas viviam na cidade.

Nesse caso, o raciocínio quanto ao acréscimo de nove mil pessoas seria este: duas pessoas para cada nova vaga escolar, enquanto o total de matrículas seria de 50%

ao total populacional acrescido de 1960 a 70. Se parece ser uma projeção boa em relação às anteriores, devemos acrescentar à reflexão o fato de que a escolarização urbana para a massa contou com instituições escolares religioso-comunitárias e aquelas mantidas por instituições de assistência social. Igualmente, a reflexão deve presumir a ação dos grupos escolares com dados lacunares.

Portanto, do quadro de matrículas em grupo escolar, entendemos que o processo de escolarização urbana foi irregular, indo da estabilidade à instabilidade em razão do êxodo rural resultante da mecanização agrícola, por sua vez ligada ao capitalismo monopolista como modernização do campo.

O escrutínio da matrícula em grupo escolar não era argumento primário da pesquisa; se impôs *a posteriori*, pela necessidade de fazer avançar o conhecimento produzido até agora sobre os grupos escolares em Ituiutaba. Ainda não tinha sido tentada uma síntese do processo de escolarização com base na relação entre matrículas no grupo escolar (e noutras instituições de ensino). Mas de modo esta reflexão deve ser lida como retrato fiel da paisagem; pelo contrário, se trata de raciocínio com muitas fragilidades, muito questionável. Seu sentido se inscreve, sobretudo, neste trabalho; é artifício que serve aos propósitos desta dissertação, em especial para tentar atender indagações que se impuseram no processo de validação da pesquisa.

Em todo caso, cremos ser possível dizer com segurança que o capitalismo monopolista se instalou na economia do município de Ituiutaba e desencadeou processos que mudariam bastante a feição social dos meios rural e urbano; e em uma perspectiva na qual diferenças entre riqueza e miséria seriam visíveis explicitamente. Dos processos consequentes, a migração da cidade para o campo, a mecanização da produção rural e a migração do meio rural para o urbano podem ser vistas como acentuadoras de distinções socioeconômicas.

Assim, quando considerada a população urbana, podemos dizer que os mecanismos de satisfação da demanda escolar funcionaram em uma medida capaz de comportá-la até 1960, graças aos grupos escolares criados até então e a ajuda das instituições particulares, inclusive as assistenciais. Contudo, de 1960 em diante o perfil residencial da população do município se modificou, de modo que tal aparato escolar ficaria aquém da necessidade de vagas.

Para piorar as coisas, a força econômica local que tinha poder político para demandar do governo do estado a criação de vários grupos escolares em cinco anos não era potente o bastante para assegurar o funcionamento regular dos grupos escolares. A situação era de escassez material, de tal modo que restava à comunidade intraescolar/extraescolar e a sociedade em geral agirem para garantir condições mínimas de funcionamento letivo. Com isso, se impunha na existência da escola pública primária a necessidade de ações e iniciativas que punham lado a lado o público e o privado na educação local, sem contar a ação da assistência social que envereda pela escola primária também. Vemos essa presença do público e do privado na educação de Ituiutaba como outra consequência do capitalismo monopolista manifestada, em especial, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que chancelou a entrada da iniciativa privada representada por empresas que tinham mais que cem empregados e podiam abrir salas de alfabetização em suas sedes. No capítulo a seguir, desenvolvemos tal relação no contexto de existência e funcionamento do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves.

III

GRUPO ESCOLAR (CAMILO CHAVES) E PRECARIEDADE: AÇÕES E REAÇÕES NA RELAÇÃO ESTADO–SOCIEDADE CIVIL NA EDUCAÇÃO

“Concurso ‘Mãe do Ano’ lavrou absoluto sucesso”. Essa frase foi a manchete escolhida pela *Folha de Ituiutaba* de julho de 1963 para anunciar o fim de uma campanha de arrecadação de fundos conduzida pela diretora e por professoras do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves. Em certo sentido, era exemplo dos recursos que a escola recorreram para sustentar seu funcionamento letivo.

Como fora previsto, a festa final do Concurso “Mãe do Ano”, iniciativa da *direção e corpo docente* do Grupo Escolar Camilo Chaves, em *benefício da caixa escolar* do estabelecimento, constituiu um êxito completo. Realizado, como havíamos anunciado, sábado último, na sede campestre do *Ituiutaba Clube*, e animado pelo Conjunto de Rosseti, de Uberaba, constituído de universitários, o baile de encerramento, em que se procedeu à última apuração do concurso e à coroação da “Mãe do Ano” (grifo nosso).

Evidentemente, foi descrito o perfil da mãe vencedora.

A “Mãe do Ano de 1963”, de Ituiutaba, d. Iaponira Teodoro de Carvalho, é casada há 15 anos. [...] Dedicou-se sempre a *trabalhar pelos menos favorecido* com maior entusiasmo, das *campanhas em benefício dos humildes*. Por isso, foi com a maior disposição que, tomando conhecimento dos objetivos do Concurso “Mãe do Ano”, permitiu a inclusão de seu nome entre as candidatas. E, com a ajuda de sua filha Vilma, entrou na luta com decisão, não poupando esforços em conquistar votos, que

significavam expressiva ajuda aos *pequenos escolares* que dependem da caixa escolar do Grupo Camilo Chaves (grifo nosso).¹⁹⁴

As duas passagens oferecem uma visão para o coletivo e o indivíduo, para o geral e particular, para o público e privado. A iniciativa de incrementar os recursos da escola partia das pessoas à frente de sua existência e seu funcionamento diários; mas, por si, pouco podiam fazer. Para resolver o problema, restava apelar à sociedade (supostamente porque ao poder não adiantava). Essa recorrência à ajuda de gente “estranha” à administração da escola se processava mediante a caixa escolar: um tipo instituição dentro de outra que cuidava de fazer a interface da escola com a sociedade extramuros. Supostamente, uma sociedade pronta a ajudar, e da qual a vencedora era modelo da concepção católica de mãe: ser esposa, em casamento sólido, e ter atitude benevolente diante de outrem em necessidade. Seguramente, tinha consciência de suas ações como tal, a ponto de se candidatar e trabalhar em prol da causa.

Com efeito, o contexto do concurso de mãe modelar expressa uma medida da relação entre escola, sociedade civil, imprensa e assistência filantrópica em tempo de capitalismo monopolista. Convém reiterar que criar escolas era o menor dos desafios; tanto é assim que em cinco anos foram criados quatro grupos escolares, quando o registro anterior era de quase quatro décadas para serem criados dois. O problema maior era deixar a escola em condições plenas de funcionar. Assim, o que se tem é a fragilidade das garantias de uma condição fundamental da escola: seu financiamento, em que agentes não ligados à educação institucionalmente se viam obrigados a se juntarem para suprir a ausência do Estado. Nesse caso, duas pontas se atam: o assistencialismo — o que qualificava a mãe eleita modelo — e a relação público-privado — a interface a que o grupo escolar se integrava via caixa escolar.

Essas observações indicam o cerne deste capítulo, onde discorremos sobre o Grupo Escolar Senador Camilo Chaves como sujeitada a tais condições de existência, à dependência da doação, da caridade alheias, porque a necessidade de escolarizar em massa não era grande o bastante para que os governos assumissem a escola pública elementar como prioridade de governo (e não de campanha política). Tal qual temos tentado fazer, procuramos desenvolver o argumento do capítulo de modo a amarrar a

¹⁹⁴ FOLHA DE ITUIUTABA. *Concurso “Mãe do Ano” lavrou absoluto sucesso*. Ituiutaba, MG, sábado, 13 jul. 1963, n. 1266, p. 4.

matéria mais teórico-conceitual com o que dizem as fontes levantadas para escrever a história da escola referida nos limites impostos à pesquisa aqui descrita.

Nesse sentido, apresentamos de antemão como tal argumento se articula com capitalismo monopolista como reflexão teórico-conceitual, para então tentarmos situá-lo no contexto de Ituiutaba tendo em vista a experiência do grupo escolar estudado e os desafios que o sistema lhe impunha.

3.1 O público–privado e o assistencialismo: capitalismo monopolista no cotidiano da escola

Na visão de Florestan Fernandes, a relação entre o público e o privado no capitalismo monopolista no Brasil é marcada por uma ação do Estado brasileiro voltada, não bem(-estar) público comum, mas sim à mediação instrumental, como ferramenta, do privado. Segundo ele, a burguesia do país não junta interesses particulares aos interesses do Estado, que se torna garantidor do lucro e amortecedor dos riscos do capitalismo monopolista. Tende a converter o Estado em um setor de negócios em que o que é público confunde com o que é privado porque o poder político é utilizado para garantir a acumulação capitalista via subsídio estatal.¹⁹⁵

Em outros termos, a estrutura pública — o Estado — vem oferecer suporte aos monopólios, em especial no financiamento de processos como as tentativas de modernização tecnológica; mas o faz apenas para fortalecer os monopólios privados, de modo que à sociedade cabe os custos sociais. A síntese de Fernandes é incisiva: a coisa pública (impostos, recursos naturais, crédito estatal) vai para o fortalecimento do poderio da coisa privada (corporações transnacionais, acionistas, associados).¹⁹⁶

Em sua visão desenvolvida em torno do conceito de “autocracia burguesa”, Fernandes argumenta que a esfera pública deve ser marcada pelo debate e pela participação do povo, mas que tal característica se esvaiu da esfera pública. Assim seria porque a elite emprega o poder privado para sujeitar o Estado e deixá-lo em posição contrária às demandas do povo, a não agir em favor do bem comum — o bem público.¹⁹⁷

¹⁹⁵ Fernandes (2005, p. 115).

¹⁹⁶ Fernandes (2005, p. 219).

¹⁹⁷ Fernandes (2005, p. 363).

Talvez a escola pública primária seja dos exemplos mais didáticos de como o bem comum ficou alheio às preocupações do Estado. Por exemplo, cabia ao estado de Minas Gerais criar grupos escolares, mas sua ação ia pouco além do ato de criar — já o vimos. Desse modo, uma vez instalado, o grupo escolar em seu cotidiano ficava à mercê dos interesses de quem contribuía para que funcionasse; podiam se manifestar, por exemplo, em quem seria beneficiado pela caixa escolar, pois houve discente que não o foi em detrimento de outro. É o caso da ex-aluna entrevistada, tal qual relatou.

[...] [Perante a diretora do Grupo Escolar] Clóvis Salgado, meu pai chegou e falou assim: “Ah, arruma vaga para os meus filhos e tal”. Aí ela arrumou. O meu pai, [...] toda vez que ele fazia colheita, ele dava um tanto de sacos de arroz ou daquilo que ele colhia para a escola. [...] então a gente entrou lá, meu pai doando aquilo, mas a gente era pobre; mas, como ele doava, a gente não era da caixa. O aluno quando era pobre, [...] não tinha condições de comprar nem de comida, nem de caderno, nada.¹⁹⁸

Com base no que disse, fica clara a ideia de seleção na aplicação dos recursos; havia uma hierarquia de prioridades que escapava das vontades da família do alunado. Era uma decisão da escola, mas representativa de outros interesses. E decisão que se embasava nas condições de vida da criança, de modo que um pai que podia doar à escola era um pai apto a bancar os custos de estudo da filha.

Em sua teorização, Fernandes é incisivo quanto a ver a escola pública como campo de batalha explícito das relações do público com o privado no contexto do capitalismo monopolista. Isso porque a educação se torna parte dos mecanismos que reproduzem a desigualdade e institui o *treinamento técnico* como meta da escola visando atender aos grandes monopólios (podemos citar a mecanização da produção agrícola como outro mecanismo que reproduz a lógica de desigualdade). O que vai contra a aposta sociocultural na escolarização como via de emancipação humana e de mudança da realidade.

¹⁹⁸ Entrevistada (2025).

3.1.1 *O público-privado na escola pública*

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 4.024/dez. 1961) veio cumprir a tentativa de unificar a educação no país. Isso após mais de uma década de tramitação.

Clemente Mariani, então Ministro da Educação, formou uma comissão de educadores para elaborar o anteprojeto. Segundo Romanelli, a comissão era composta pelo presidente Lourenço Filho, o qual a subdividiu em três grupos para pensarem separadamente nas normas de cada modelo de ensino, sendo primário, médio e superior. Essa equipe elaborou um projeto inspirado na constituinte de 1946, o qual também reafirma o direito à educação como obrigatória e gratuita para o Ensino Primário e da escola pública, responsabilizava o Estado em promover princípios que expressavam um ideário democrático, sendo liberdade e solidariedade, e determinava a fiscalização dos governos públicos nas escolas privadas.¹⁹⁹

Em outubro de 1948, o texto foi encaminhado ao Congresso para tramitação. Fragilidades críticas do projeto inicial levaram ao seu arquivamento em 1951. O segundo passo foi dado no intervalo 1957–8, após a retomada, em 1955, do debate que culminaria no Substitutivo Carlos Lacerda, defensor dos interesses de proprietários de escolas e da Igreja Católica, da liberdade de ensino e interferência mínima do Estado.²⁰⁰ Disso inferimos: se dependesse de Lacerda, o Grupo Escolar Senador Camilo Chaves não teria sido criado, pois representava o inverso da proposta.

Político de valores conservadores, Lacerda não se deu por vencido e insistiu em seu desejo de querer regular a educação em benefício de quem mais podia arcar com escola paga. Assim, de 1955 a 59, propôs três projetos para Câmara dos Deputados; o derradeiro foi aceito. Nascia o substitutivo homônimo dele, que propunha a liberdade do ensino, reforçava a manutenção das instituições privadas pelo financiamento do Estado como prioridade. Mais que isso, defendeu que a oferta de ensino não devesse ser centralizada pelos governos e que qualquer pessoa pudesse fundar uma instituição privada, porque a educação era um direito da família.²⁰¹

¹⁹⁹ Romanelli (1987).

²⁰⁰ Romanelli (1987).

²⁰¹ Romanelli (1987).

Isso possibilitou a criação e o funcionamento do ensino privado, pois a família tinha que ter o direito de decidir o tipo de educação que desejava oferecer aos filhos. A Igreja Católica imediatamente se associou a Lacerda, pois percebeu a possibilidade da continuação da criação e do funcionamento das igrejas com o uso de verba pública. O embate intenso sobre a proteção das instituições privadas e o destino da escola pública chega a ser cruel quando relacionamos com o contexto histórico geral que o Brasil apresentava, de transição do governo de Kubitschek para o João Goulart, de disseminação dos valores republicanos que expressavam o desejo pelo progresso e pela modernização, o aceleramento da industrialização, o crescimento da população, o aumento dos índices de analfabetismo, a ausência de escolas para todos e condições de vulnerabilidade social, tudo isso já resultava na desigualdade social.

Em sua análise, Romanelli apresenta mudanças principais que ficaram definidas por meio do substitutivo: *permissão* a todos para propagar conhecimentos escolares em uma instituição educativa; *retirada* da responsabilidade do Estado por condições para se cumprir a obrigatoriedade do ensino; *manutenção* da fiscalização do poder público das instituições privadas; preservação da estrutura organizacional; *não alteração* da liberdade de ensino como direito da família; *igualdade* dos direitos entre escola pública e particular para a mesma organização de direção e recursos financeiros. A autora considera um avanço positivo a não rigidez do currículo, pois contribuiu para que as regiões se adaptassem conforme a necessidade.

O problema, no entanto, era as instituições adotarem a flexibilidade, vale dizer, preferirem manter o anterior.²⁰² No plano geral, o problema era a escola pública receber menos investimentos, ou seja, ter agravados e intensificados os problemas das instituições nos curto e longo prazos.

Do outro lado da disputa, estavam os pioneiros do movimento escola nova, desdobrado desde os anos 1930 em torno da defesa da educação pública. Foi formada uma equipe de educadores e intelectuais; nomes mais conhecidos incluíam Lourenço Filho, Florestan Fernandes, Fernando Azevedo, Anísio Teixeira e Roque Spencer Maciel de Barros; menos conhecidos eram Almeida Júnior, Carlos Mascaro, João Villa Lobos, Fernando Henrique Cardoso, Laerte Ramos de Carvalho, Wilson Cantoni, Moisés Brejon, Maria José G. Werebe, Luiz Carranca; e entre outras figuras

²⁰² Romanelli (1987).

importantes. Independentemente da projeção de cada um, o todo formulou um documento para se opor ao substitutivo Lacerda com o mote da sobrevivência da escola pública e da responsabilização do Estado pela educação quanto a assegurar cuidados e funcionamento das instituições com destinação de verbas e impostos.²⁰³

A data e o documento lembram que era o último ano do governo de Juscelino Kubitschek, ou seja, tempo de valores progressistas ainda fortes. Ao mesmo tempo, lembram que tais valores não se mostraram *tão* prioritários no caso do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves: faltou ação de seu governo para concretizar os planos de criação; e, quando foi concorrer à presidência, faltou seu vice assegurar condições de funcionamento, afinal de contas, foi instalado em prédio alugado e providenciado por um advogado-político; não pelo Estado.

Prós e contras à parte, a lei foi sancionada em 20 de dezembro, treze anos após a proposta inicial — ou seja, em mais de uma década de tramitação cheia de vaivens e conflitos ideológicos intensos (em razão da defesa da escola pública, liberais escolanovistas, e da defesa da escola privada, empresários da educação e setores católicos). A sanção ocorreu sob o signo de uma ideologia baseada no conservadorismo liberal, em que família e Estado se responsabilizavam pela educação elementar. Fruto de conciliação, a lei favoreceu a ação do setor privado na educação mediante o repasse de verbas públicas para instituições particulares — possuídas pela elite econômica a fim de se fortalecer ainda mais como capital privado.

O que se desdobrava, então, era um processo de tramitação da lei em que a escola pública de qualidade foi projetada de tal modo, que se tornaria privilégio *da burguesia*, em vez de ser direito de todos; à maioria seria destinada a educação elementar: aprender a ler, assinar o nome e calcular operações básicas — seria uma escola pública primária precária, incapaz de oferecer as perspectivas de transformação social atribuídas a educação escolar. Assim, a escola pública, ao invés de democratizar a sociedade, se converteria em mecanismo de seleção e exclusão; ou seja, no capitalismo monopolista (dependente), o Estado garante à elite o ensino (muitas vezes subsidiando o setor privado), em detrimento da oferta às massas de uma educação que apenas prepara para a subalternidade laboral em um mercado de trabalho onde impera essa elite

²⁰³ Romanelli (1987, p. 176).

beneficiada.²⁰⁴ Com efeito, quando vista no contexto da massa, a educação capitalista monopolista subordina a educação à formação de mão de obra especializada que vai suprir as demandas de uma elite econômica ligada a empresas transnacionais; seria o caso da formação de motorista de trator vislumbrada no município de Ituiutaba: formação vazia de intenções como a desencadear a reflexão crítica sobre o fazer profissional. O capitalismo monopolista exige uma educação que preserve a ordem. Ele quer o técnico dócil, o especialista que domina a máquina, mas é incapaz de questionar as estruturas do poder burguês autocrático. A educação pública é assim colonizada pela mentalidade privada da eficiência técnica e do lucro.²⁰⁵

Dada a premissa de que o papel da educação é incentivar o desenvolvimento integral do sujeito, a viver situações que possam promover experiências significativas, estimular o desenvolvimento cognitivo, sociocultural, moral, afetivo, para se crescer com liberdade e respeito, a escola acaba sendo uma das principais instituições mediadoras capaz de provocar no indivíduo todos esses aspectos.

No entanto, como argumenta Silva Júnior, a educação “não pode ser reduzida ao direito de acesso ao conhecimento” apenas.²⁰⁶ Sem duvidar da importância dessa finalidade, ela é insuficiente para justificar o direito à educação elementar pública, gratuita e qualidade porque a escola não é único lugar onde se pode aprender conhecimentos; vide a biblioteca. Logo, a experiência da escola elementar é uma experiência de vida que vai além da construção de conhecimentos escolares; sua plenitude vai além do ler, escrever e reproduzir, porque supõe isso e muito mais: aprender a conviver, a aceitar e a respeitar, a refletir e ponderar, a sentir e ser de capaz de empatia.

Para Dermeval Saviani, cabe à educação criar mecanismos de combate às desigualdades sociais e de transformação da sociedade. Em parte, a educação une indivíduos em sociedade; em parte, ajuda a moldar comportamentos; ou seja, “A educação emerge aí como um instrumento de correção dessas distorções. Constitui,

²⁰⁴ FERNANDES, Florestan. *A conspiração contra a escola pública*. [Julio Okumura (org.) et al.]. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

²⁰⁵ Fernandes (2020).

²⁰⁶ SILVA JÚNIOR, Celestino A. A escola pública como objeto de estudo. *Pesquisa Qualitativa*, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 17–29, abr. 2016.

pois, uma força homogeneizadora que tem por função reforçar os laços sociais, promover a coesão e garantir a integração de todos os indivíduos no corpo social”.²⁰⁷

Da escola, então, emana um processo que lhe escapa: propor e difundir uma forma de conviver socialmente em que haja a comunidade: aquele lugar os valores, as aspirações, os interesses, as vontades se divergem e se igualam em uma lógica de equilíbrio porque se supõem condutas como o ceder e o respeitar limites expressos. Conforme Saviani, essa função de orientar comportamentos ocorre porque a escola compõe o chamado *aparelho ideológico de estado* (conceito de Louis Althusser), que se vale da persuasão de início, da repressão e da neutralização depois em nome de uma ideologia sobre indivíduos, sobre uma população.²⁰⁸

Assim, a educação se torna arena de disputa de interesses e manifestações ideológicos, de disseminação, incutição e enraizamento de ideias e relações de poder. Saviani afirma que essa ideologia nas instituições escolares parte de uma visão de mundo da classe dominante imposta para garantir e perpetuar seus interesses; ou seja, esses aparelhos são ferramentas fundamentais na sociedade capitalista para a reprodução das relações de produção e a manutenção do poder. Isso acontece da seguinte forma: “em primeiro lugar, a inculcação explícita da ideologia burguesa; em segundo lugar, o recalcamento, a sujeição e o disfarce da ideologia proletária”. Nesse sentido, a burguesia concorda com a participação da classe operária na sociedade, estabelecendo uma “falsa participação”, permitindo a inclusão desse grupo no direito ao voto, à educação, aos espaços públicos e a outras instâncias; mas, delimitam, moldam e criam barreiras para estancar o indivíduo em sua classe explorada, impedi-lo de se emancipar.²⁰⁹

Com isso, escola não constitui um instrumento de equalização social, pois é um serviço a serviço da classe burguesa. Em vista disso, acaba tendo duas funções: “contribui para a formação da força de trabalho e para a inculcação da ideologia burguesa”.²¹⁰

Ainda assim, a escola não consegue esconder suas contradições, que são as do capitalismo monopolista, favorecedor de privilégios à classe dominante.

²⁰⁷ SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*: edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008, p. 4.

²⁰⁸ Saviani (2008).

²⁰⁹ Saviani (2008, p. 222)

²¹⁰ Saviani (2008, p. 21).

A educação é compreendida como prática social contraditória, com disputas hegemônicas de projetos sociais permeados por confrontos entre defensores do ensino público e do ensino privado; e suas demarcações teórico-conceituais vão sendo constituídas ao longo da História da Educação.²¹¹

Dito de outro modo, nas contradições se impõe o desafio: assegurar necessidades básicas de uma sociedade, a exemplo de escola pública gratuita e garantida por lei. Todavia, no momento de garantir a satisfação de tais necessidades básicas, a lógica do mercado capitalista monopolista impunha outra de suas consequências, de seus processos derivados: a assistência socioinstitucional.

3.1.2 *Assistencialismo (à infância): a presença do privado na escola pública*

Com efeito, José Paulo Netto toca na questão assistência social/capitalismo monopolista, argumentando que se trata de uma etapa de contradições como a “questão social”. Nesse contexto, o assistencialismo — o surgimento do serviço social — nada tem que ver como sentimentos de bondade; antes, seria uma necessidade do Estado burguês capitalista monopolista. Era preciso fragmentar e controlar a classe trabalhadora, para o que se valeu de políticas assistenciais; mas não sem influência do assistencialismo religioso e da filantropia; ou seja, influências conservadoras e ideológicas juntadas às científicas, o que confundia limites. Era dada uma “roupagem” técnica às ações, mas no fundo eram guiadas por intenções assistenciais moralizadoras do alvo delas — a população pobre. Portanto, no capitalismo monopolista, as “políticas sociais” (a assistência) funcionam como mecanismo de legitimação política e manutenção de um *status quo* da força de trabalho: sua reprodução ao menor custo possível para o capitalismo monopolista.²¹²

Nessa lógica, o capitalismo monopolista tendeu a criar uma massa de “excluídos” — aqui a população migrante — que se mantinha sem desestabilizarem o sistema porque aceitavam — aceitam — a falta de acesso à cidadania de fato. O assistencialismo aparece, então, como face da dominação monopolista: procura manter

²¹¹ ALVES, Talita Costa. *A gênese do Grupo Escolar Cônego Ângelo no interior de Minas Gerais 1963–1974*. 2017. 145 f. Dissertação (mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

²¹² NETTO, José P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 10^a ed. São Paulo: Cortez, 2015, p. 15–45; 65–85.

o “excluído” na perspectiva de a pobreza não se transformar em consciência de classe. O assistencialismo teria, então, um efeito de inibir revoluções, pois serve à “harmonia” social e laboral nas relações entre classes (dominante e dominada), ou seja, entre patrão e empregado. O *auxílio* pode desencorajar a organização do povo em instâncias institucionais (associações, sindicatos etc.) para chegarem a uma conscientização alimentada pela coletividade e pelo desejo de terem direitos sociais.²¹³

Em Ituiutaba, essa perspectiva se desdobrou de meados da década de 50 em diante. Em 1954, um artigo assinado por Jeronima Machado, publicado na *Folha de Ituiutaba*, referiu não só a necessidade de um “asilo de menores” para “assistência aos desamparados”; mas ainda o “dever que todos os cidadãos têm ou deviam ter de colaborar, de apoiar toda e qualquer iniciativa, *parta de onde partir*” (grifo nosso).²¹⁴ Ela havia lido uma reportagem sobre o desamparo na cidade e a ela reagiu submetendo seu artigo à redação para expor o que pensava.

Todos os ituiutabanos reconhecem que esta situação não pode continuar. Medidas urgentes devem ser tomadas, pois o número de desamparados na cidade e na região é assustador. Falta-lhes, no entanto, um verdadeiro sentimento de compaixão e ânimo que os impulsiona a trabalhar em prol da criança abandonada. Ao deparamos, na rua, com uma criança maltrapilha, seminua, faminta, com sua latinha sórdida, pedindo de porta em porta, sobras de comida, achamos que isso é uma afronta ao gênero humano. [...] No momento, nos condoemos da mísera criatura. Passado o primeiro instante, aquele quadro vivo da dolorosa situação destes pequeninos, privados da assistência moral, intelectual e material, é novamente esquecido, as crianças relegadas a segundo plano. E sabemos que as classes mais favorecidas são responsáveis por elas. Não é por falta de recursos que Ituiutaba não possui ainda um abrigo de menores e sim, por falta de boa vontade e cooperação de todos os cidadãos, neste sentido.

Do que disse a articulista, havia o problema e a indiferença; e uma divisão da sociedade na visão sobre o problema: era de conhecimento geral e todos concordavam que não podia continuar; mas responsáveis por eventuais iniciativas deviam ser as classes abastadas. Era destas que deviam provir a atitude benéfica movida pelo sentimento mais puro de compaixão e a disposição animada para agir. Se julgarmos pela defesa da necessidade de ação, então podemos situar a autora no grupo das “classes mais favorecidas”, de modo que levantava a bandeira da causa para cooptar mulheres e homens favoráveis a ela. E a ela se juntava a imprensa.

²¹³ Fernandes (2005).

²¹⁴ MACHADO, Jeronima A. S. Asilo de menores: um imperativo inadiável. *Folha de Ituiutaba*. Ituiutaba, MG, sábado, 30 out. 1954, n. 686, “Reportagem oportuna”, p. 2.

A manifestação da filantropa fazia referência a fatos relatados pela *Folha de Ituiutaba* dias antes da publicação de seu artigo. Eram notícias envolvendo “menores”, criminalidade e prostituição, de tal modo que resultou em detenção na cadeia.

De há muito a reportagem deste jornal vem recebendo denúncia de uma grave irregularidade observada na Cadeia local, onde diversos menores, acusados de furto, estariam recolhidos a celas, na promiscuidade de delinquentes adultos. [...] Como se avolumassem tais denúncias, a direção e a redação desta Folha decidiram verificar “in loco”, a sua procedência, visitando, a 22 do corrente, as celas da Cadeia de Ituiutaba. [...] nos surpreendemos com a constatação pessoal de que vários menores estavam de fato recolhidos a duas celas, sendo que numa encontra-se um criminoso condenado e, noutra, uma mulher acusada de lenocínio praticado contra sua própria filha. [...] três das crianças por nós encontradas [eram] [...] de 12 anos, [...] de 13 anos, [...] de 14 anos e [...] de 12 anos, devem permanecer nos xadrezes, onde já estão mofando há quase um mês.²¹⁵

Em seu acompanhamento do problema, o jornal opinava que o aumento era “alarmante” e trazia um clima de “intranquilidade geral”. Documentos da Delegacia Regional consultados davam base a notícias de “mocinhas, variando dos 12 aos 15 anos, resvalando pelo plano inclinado da prostituição, ou meninos e adolescentes” envolvidos em “toda sorte de transgressões”.²¹⁶

Ao jornal restava fazer a crítica.

Reportarmos a *discrepância*, cada vez mais larga, entre o luxo ostensivo e o tormento da fome, ou perlustrarmos a escala que vai da aflição, visitadora assídua e implacável dos lares desafortunados, ao ócio, que indentifica [sic] o próprio vício em sua essência, [...] toda a questão social se resume num caso de polícia. [...] cidadãos cônscios da responsabilidade [...], só nos cabe alertar as nossas autoridades, instituições de classe e de caridade e o povo em geral [...] Acima de princípios políticos, à margem de cogitações de fundo religioso, e visando, tão somente, resolver [...] a situação dos menores abandonados de Ituiutaba, apelamos para os homens de boa vontade [...] (grifo nosso).²¹⁷

O jornal argumentava na ilegalidade da detenção citando artigos de leis, “ela é ilegal e fere profundamente os nossos foros de civilização”.²¹⁸ Mas, no processo que envolvia detenção, denúncias e a reportagem do jornal, o saldo era a constatação da infância desamparada em cidade (e ainda alheia aos efeitos da migração campo–cidade,

²¹⁵ FOLHA DE ITUIUTABA. Vários menores recolhidos às celas da Cadeia de Ituiutaba., sábado, 24 jul. 1954, n. 672, p. 1.

²¹⁶ FOLHA DE ITUIUTABA. Multiplicam-se fatos policiais envolvendo menores. Ituiutaba, MG, sábado, 23 out. 1954, n. 695, p. 1.

²¹⁷ Folha de Ituiutaba (23 out. 1954, p. 1).

²¹⁸ Folha de Ituiutaba (24 jul. 1954, p. 1).

que seguramente implicaria aumento de ocorrências e públicos afins). Além disso, restava um dilema: “A situação real é esta: ou o menor iniciado em práticas criminosas vai para a cadeia, nas condições descritas anteriormente, ou é deixado à solta, aperfeiçoando suas tendências para o vício e para o crime”.²¹⁹

Quando não era a detenção de crianças por “transgressões” a consequência da vida urbana para crianças desamparadas, os riscos que corriam ao viverem “à solta” pelas ruas era o de se machucarem, se lesionarem. Em sua incumbência de usar as colunas do jornal para denunciar o que via de “errado” na cidade, a *Folha de Ituiutaba* foi incisiva quanto a destacar os problemas da queima da palha de arroz próximo das beneficiadoras, acima de tudo em bairros afastados do Centro. Entre janeiro e agosto de 1961 publicou manchetes com o seguinte teor: “Brazeiros de casca de arroz estão aleijando crianças”; “Crime revoltante: mais crianças estropiadas pela queima de casca de arroz!”; “Mais uma vítima de casca de arroz incendiada”; “Casca em brasa: mais outra vítima”. O que se seguia eram descrições de crianças que, brincando, se queimavam de forma severa.

[...] pessoas incumbidas pelos proprietários das máquinas de arroz de atirar fora carroças e caminhões de cascas [...] adotam o princípio do menor esforço e [...] jogam as cascas é na primeira rua mais deserta que encontram [...] [é] incendiada uma camada de cascas, outra camada é atirada por cima, ocultando o brazeiro. As crianças — calçadas ou descalças — sentindo essa atração infantil muito normal de pisar em solo fofo, tentam passar por cima, ignorando o perigo.²²⁰

[...] pequenas vítimas: 1. [...] filho de [...] auxiliar da Delegacia de Polícia, contando 7 anos, [...] queimadura no pé direito. 2. [...] queimaduras de 2.º grau [...] 3. [...] Queimaduras em 1.º e 2.º graus, nos dois pés e nas duas mãos [...] ficará provavelmente aleijado [...] criancinhas indefesas, tão dignas de uma vida sem sofrimentos e amarguras.²²¹

A última vítima, [...] aluno do Grupo Escolar Clóvis Salgado; contando 9 anos, filho da viúva [...] afundou-se num brazeiro.²²²

As duas mais recentes vítimas [...] garoto de 14 anos, [...] Sábado último, 19 do corrente, afundou-se num brazeiro, queimaduras, de 2.º grau, [...] [outro] contando 13

²¹⁹ FOLHA DE ITUIUTABA. *Um repórter em sinuca*. Ituiutaba, MG, sábado, 16 out. 1954, n. 684, p. 1.

²²⁰ FOLHA DE ITUIUTABA. *Brazeiros de casca de arroz estão aleijando crianças*. Ituiutaba, MG, quarta-feira, 25 jan. 1961, n. 1080, p. 1.

²²¹ FOLHA DE ITUIUTABA. *Crime revoltante: mais crianças estropiadas pela queima de casca de arroz!* Ituiutaba, MG, sábado, 29 jul. 1961, n. 1115, p. 1.

²²² FOLHA DE ITUIUTABA. *Mais uma vítima de casca de arroz incendiada*. Ituiutaba, MG, sábado, 12 ago. 1961, n. 1118, p. 1.

anos, queimou-se também no mesmo dia, [...] queimaduras também de 2.º grau. Seus pais asseguram que vários outros meninos têm se queimado naquele local.²²³

Do que dizem os recortes da imprensa, fica indicada uma situação em que não se pode afirmar que eram crianças abandonadas à sorte; antes, quase todas tiveram o nome de mãe e pai ditos pelo jornal (omitimos por concisão), além disso, um era filho de pessoa ligada à polícia. Por um lado, quando se diz que, dentre *todas* que se feriram, *uma* criança era discente de grupo escolar, entendemos interpretativamente que as demais, talvez, não estivessem na escola e, por isso mesmo, gozavam de tempo livre para deambular pelos bairros atrás de diversão. De fato, em um caso, há referência ao sábado como de acidente em dois lugares, um dia não letivo, de folga para o alunado; mas a ausência de dados cronológicos para os demais casos impede uma compreensão mais satisfatória, que apontasse a origem familiar além de se reconhecer que alguns pais e mães estavam cientes do que ocorria.

Nesse cenário em que crianças se viam em desamparo e expostas ao aliciamento, à corrupção moral, à perversão, à agressão: à maldade; também eram vistas, mas com indiferença e desatenção, descaso e descuido, estavam alheias à preocupação do poder público de um município de economia em ascensão. E, por consequência mesma dessa economia (do lucro ao custo mínimo), várias crianças corriam risco de se machucarem de forma severa, com sequelas graves para a vida adulta.

Em tal cenário, conforme disse a *Folha de Ituiutaba*, comemorações como a *semana da criança* talvez fossem um acontecimento sem sentido para muitas crianças e suas famílias.

Ainda há poucos dias vimos comemorada a “Semana da Criança”, [...] belos cartazes, dísticos pomposos e reuniões eivadas duma espécie de *civismo teórico e inoperante*, nada de prático se orientou na busca das soluções inadiáveis. [...] cremos que nada sucedeu na referida semana. Pelo menos, não tomamos conhecimento de qualquer comemoração. E como desejamos encaminhar a questão exatamente para o seu lado prático, única fórmula capaz de conter a avalanche de corrupção que abala os alicerces morais de toda uma comunidade, minada em sua base, que é a criança, temos a certeza de que o nosso povo há de concorrer para minorar a situação, motivo porque franqueamos nossas colunas a todos os pronunciamentos em torno do momento assunto.²²⁴

²²³ FOLHA DE ITUIUTABA. *O drama continua: Mais duas crianças queimadas na casca de arroz*. Ituiutaba, MG, sábado, 23 ago. 1961, n. 1120, p. 1.

²²⁴ *Folha de Ituiutaba* (23 out. 1954, p. 1).

De fato, o jornal defendeu, como “imperativo inadiável”, uma instituição para acolher crianças desamparadas — “parta de onde partir a iniciativa” —, ou seja, da “Sociedade de Senhoras do Amparo à Infância”, do “Rotaty Clube de Ituiutaba”, de todos que pudessem alimentar e ajudar a concretizar tal propósito.²²⁵

Todavia, existia um problema: a adesão de todos, mesmo que gente da classe mais favorecida assumisse a responsabilidade pela ação.

Todos os ituiutabanos gritam pela necessidade premente deste abrigo de menores. No entanto, uma sociedade bem organizada já existe em nossa cidade para tal fim, mas que não merece o devido apoio da população. Esta instituição é a Sociedade de Senhoras de Amparo à Infância. Se a reconhecem como iniciativa louvável e que a concretização de seu objetivo trará benefícios incalculáveis à coletividade, por que então não colaboram com esta organização? [...] E em nome da Sociedade [...], faço um veemente apelo aos corações generosos deste progressista município de, com uma firme boa vontade, colaborarem moral e financeiramente, sem *distinção de credos religiosos*, para que se possa edificar brevemente, em Ituiutaba, a Casa da Criança (grifo nosso).²²⁶

Pelo que disse a autora do texto, a causa do problema era de ordem religiosa: as impressões, percepções e intenções convergiam, mas o credo religioso era empecilho; ou seja, o ponto de partida de ação não era benquisto pela sociedade ituiutabana. Assim, o que se tinha como de pano de fundo era o embate entre católicos e espíritas, pois a sociedade de mulheres se vinculava ao grupo espírita da cidade, em especial a União de Moços Espíritas. Era tal o grau de envolvimento que a sociedade de senhoras que, em 1960, ela conseguiu que a prefeitura aceitasse que um terreno doado por esta àquela fosse rediado a um centro espírita.²²⁷

Por outro lado, a doação de terreno à sociedade de senhoras indica que haviam penetrado, ao menos, em corações e mentes do poder público. A ajuda veio igualmente em formas de subvenções, como mostra o quadro a seguir.

²²⁵ *Folha de Ituiutaba* (16 out. 1954, p. 1).

²²⁶ Machado (30 out. 1954, p. 2).

²²⁷ FOLHA DE ITUIUTABA. *Prefeitura municipal de Ituiutaba*. Ituiutaba, MG, sábado, 3 set. 1960, p. 2.

QUADRO 8. Subvenções públicas a instituições de assistência social a pessoais em situação de vulnerabilidade psicológica, física (fisiológica) e material, Ituiutaba, MG, 1959–64²²⁸

	INSTITUIÇÃO/SERVIÇO	CIFRAS EM CR\$				TOTAL
		1959	1961	1962	1964	
1	<i>Dispensário infantil</i>	150.000	—	250.000	—	400.000,00
2	<i>Asilo de dementes</i>	250.000	—	400.000	1.000.000	1.650.000
3	<i>Assistência a hansenianos</i>	5.000	—	—	—	5.000
4	<i>Amparo à infância</i>	—	800.000	—	—	800.000
5	<i>Proteção à maternidade e infância</i>	—	50.000	—	—	50.000
6	<i>Casa dos Velhos</i>	—	—	—	600.000	600.000
Total por instituição		405.000	550.000	650.000	1.600.000	
Total geral						3.505.000

Os dados mostram uma preocupação louvável de amparo porque voltado à infância e à velhice. Ou seja, a assistência enfocava o ser humano em seus momentos naturalmente de mais fragilidade em vários sentidos, inclusive material. Exceto a assistência a pessoas hansenianas.

A destinação de subsídios que incluíram a sociedade de senhoras chegava, também, às instituições escolares, inclusive aos grupos escolares — às caixas escolares.

QUADRO 9. Subvenções públicas a grupos escolares de Ituiutaba, MG, 1957–64²²⁹

	ANO	CIFRAS EM CR\$						
		1º GE 1910	2º GE 1947	3º GE 1955	4º GE 1956	5º GE 1958	6º GE 1959	7º GE 1960
1	1957	20.000	20.000	20.000	—	—	—	—
Maio — emenda do deputado Omar Diniz, maio								
2	1958	20.000	—	20.000	20.000	20.000	—	—
Dezembro de 1957 — orçamento municipal								
3	1961	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	—	10.000
Dezembro de 1960 — orçamento municipal								
4	1962	35.000	25.000	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000
Dezembro de 1961 — orçamento municipal								
5	1964	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000
Dezembro de 1963 — orçamento municipal								
Total		185.000	155.000	185.000	165.000	165.000	135.000	145.000
Total geral								
		1.135.000						

²²⁸ FONTE: dados de 1959: FOLHA DE ITUIUTABA. *Prefeitura Municipal de Ituiutaba*. Lei n. 470, de 2 de dezembr de 1958. Ituiutaba, MG, quarta-feira, 4 fev. 1959, n. 985, p. 3; dados de 1961: FOLHA DE ITUIUTABA. *Quase dezesseis milhões de verbas orçamentárias para Ituiutaba e toda a região*. Ituiutaba, MG, sábado 23 dez. 1960, n. 1142, p. 4; dados de 1962: FOLHA DE ITUIUTABA. Prefeitura de Ituiutaba. Ituiutaba, MG, sábado 13 jan. 1962, n. 1147, p. 4; dados de 1964: FOLHA DE ITUIUTABA. Prefeitura de Ituiutaba. Ituiutaba, MG, sábado 24 dez. 1963, n. 1303, p. 7.

²²⁹ FONTE: vide nota anterior.

Os dados mostram muita instabilidade na destinação de verbas aos grupos escolares. Foi irregular no tempo (1957–61), nos destinos (nem todos os grupos escolares) e nas cifras (decréscimos e acréscimo volumoso de um ano para outro) e nas cifras (10 a 100). Quando se comparam as cifras totais com as unitárias do quadro anterior, vemos que um grupo recebia em cinco anos o que o dispensário recebia em um ano. A razão para isso nos parece clara: as outras instituições eram *municipais* necessariamente; dependiam do município. A caixa escolar era coisa do estado. Nesse caso, o município não podia assumir o custeio dos grupos escolares porque não eram de sua alcada; sua participação era complementar, suprindo a ausência do estado no que se refere a financiar o todo da escola primária pública.

Em todo caso, devemos ponderar o aumento expressivo no orçamento de 1963 para o ano de 1964. De imediato fica clara uma atenção maior do poder público aos grupos escolares, como se assumisse uma responsabilidade maior do que a que assumiu administrações anteriores. Se fizer sentido essa inferência, então devemos considerar que não só na prefeitura estava um governo alinhado partidariamente na política do governo federal — João Goulart —, mas que ainda havia conquistado maioria na Câmara de Vereadores, com o Partido Trabalhista do Brasil, que elegera o vereador o mais votado, Germano Laterza,²³⁰ que tinha se projetado no movimento espírita local e suas ações de educação e assistência social.²³¹

Portanto, podemos refletir que estava à frente do governo do município um grupo político que tinha compromisso com as causas populares, as demandas do povo, tal qual o governo federal. Logo, o mais lógico era que a educação escolar pública se projetasse com destaque na agenda de governo, seria a demanda central a ser suprida o quanto antes. Essa compreensão pode se inferida do quadro a seguir, que expõe as subvenções — das mesmas fontes referidas antes — para outras escolas de Ituiutaba que não os grupos escolares, dentre particulares, municipais, assistenciais e religiosas. Fica

²³⁰: RIBEIRO, Betânia O. L. *Puxando fios da memória: a invenção de uma professora pesquisadora*. 2022. 269 f. Memorial acadêmico (concurso para professor titular classe E) — Instituto de Ciências Humanas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2022.

²³¹ Ver: FRATTARI NETO, Nicola José. *Educandário Espírita Ituiutabano: caminhos cruzados entre a ação inovadora e sua organização conservadora*. Ituiutaba, Minas Gerais (1954–1973). 2009. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

clara a preferência política na destinação de verbas quando se pensa na mudança de governo que se processa de 1960 para 1961.

QUADRO 10. Subvenções públicas a instituições escolares de Ituiutaba, MG, 1957–64²³²

	INSTITUIÇÃO	1957	1959	1961	1962	1964	TOTAL/ INSTITUIÇÃO
<i>Assistencial — público-privada</i>							
1	Escola Rotary	40.000	7.000	—	25.000	100.000	172.000
2	Educandário Ituiutabano	—	40.000	100.000	250.000	1.000.000	1.390.000
<i>Escolas particulares</i>							
3	Escola Rui Barbosa	20.000	6.000	10.000	—	—	36.000
4	Escola Anjo da Guarda	20.000	8.000	—	—	—	28.000
5	Ginásio São José	60.000	20.000	120.000	—	—	200.000
6	Escola Santa Teresa	60.000	20.000	150.000	—	—	2.630.000
7	Instituto Marden	60.000	—	280.000	—	—	340.000
8	Escola Santa Terezinha	—	6.000	—	—	—	6.000
<i>Assistencial — público-privada</i>							
9	A Escola "Lions Clube"	—	—	—	—	100.000	100.000
<i>Religiosas — público-confessional</i>							
10	Escola do Centro Espírita Eurípedes Barsanulfo	—	7.000	—	30.000	100.000	137.000
11	União Estudantil Ituiutabana	—	—	80.000	—	200.000	280.000
12	Escola Padre Vitorio	—	7.000	—	20.000	100.000	127.000
13	Escola São João Batista	20.000	10.000	—	35.000	100.000	165.000
14	Escola da Igreja Presbiteriana	—	—	—	25.000	100.000	125.000
15	Escola da Tenda João Batista	—	—	—	20.000	100.000	120.000
16	Escola Antoninho da Rocha Marmo	—	—	—	20.000	100.000	120.000
17	Escola Igreja Evangélica Assembléia de Deus	—	—	—	—	100.000	100.000
18	Escola Igreja Evangélica Adventista	—	—	—	—	100.000	100.000
19	Escola Igreja Evangélica Congregação Cristã do Brasil	—	—	—	—	100.000	100.000

²³² FONTE: vide referência do quadro 8.

Pelos dados se vê que até o orçamento do governo derrotado no pleito de 1960, a massa de subvenções era destinada a escolas particulares. De 1962 a 64, receberam nenhuma subvenção do poder público, enquanto as demais modalidades foram beneficiadas, em especial as religiosas, que pareciam passar longe das preocupações do poder público. Além disso, houve uma inversão completa de prioridades, em que o rol não incluía financiar o ensino particular a troco de bolsas de estudo; nem financiar as instituições de assistência — das quais apenas o dispensário, o asilo de dementes e a casa de idosos receberam verbas em 1962 e 64.

Portanto, os dados dão margem para sustentarmos a afirmação de uma atenção maior do prefeito e da vereança à educação em Ituiutaba em sentido lato, e não de forma seletiva, como aparentam ter sido os governos até 1960. Mas, entre 1962 e 1964, seria o caso de dizermos de um município gerador de riquezas que começou a aplicá-la mais na melhoria das condições de vida da população, em especial da classe trabalhadora.

Ainda assim, era preciso que os grupos escolares se juntassem à sociedade que deles dependia para agirem de modo a suprir carências não cobertas pelas subvenções públicas. Era preciso que se formasse um todo, em que aos subsídios se acrescesssem recursos de outras fontes. Aqui, a caixa escolar exerceria função central: seria a instituição administradoras dos recursos juntados mediante iniciativas várias.

3.2 Caixa escolar: comunidade educacional e sociedade civil na manutenção da escola primária pública

Conforme Carvalho e Bernardo, o surgimento da caixa escolar²³³ no Brasil se situa no século XIX, por influência do que se fazia na França. A rigor, foi o regulamento n. 84, de 1879, que a pôs em prática como dispositivo para “captar recursos e direcioná-los aos meninos pobres para que eles pudessem aprender”, ou seja, estudar.²³⁴ A ideia inicial do ministro à época, Leônicio de Carvalho, era escolarizar a classe popular em massa; mas, como Estado estava passando por dificuldades financeiras e não conseguia manter o funcionamento da escola para toda a população, se

²³³ Em nossas leituras de fontes da imprensa, leis e outros, pudemos notar o uso corrente de caixa escolar com o artigo masculino, ou seja, *o caixa* escolar. Por uma questão de coerência com a tendência contemporânea deste estudo, adotamos a forma feminina.

²³⁴ BERNARDO, Fabiana de Oliveira. Frequência escolar e políticas de escolarização em Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas (1892–1911). 2020. Tese (doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020, p. 146.

pensou em uma estratégia para incluir e dividir essa responsabilidade com a sociedade.²³⁵ Dito de outro modo, o Estado parecia se preocupar com a formação da massa e se articular para lhe oferecer educação; mas a história mostra sua necessidade de partilhar com outrem sua responsabilidade — e a mostra no tempo em que este estudo se concentra: anos 50–60.

Se fosse então clara a necessidade de a massa ter acesso à educação, a clareza pouco podia fazer ante os motivos que prejudicavam a frequência escolar: as condições de pobreza como falta de vestimenta, de material escolar, de alimentação, sem contar que havia crianças que ajudavam na renda de casa mediante o trabalho infantil.²³⁶ Nesse sentido, o governo mineiro lançaria mão do recurso da caixa escolar instância para ajudar a resolver o problema da frequência escolar.

Bernardo descreve que seu regulamento autorizava compra de produtos e mercadorias como alimentos e uniforme para assegurar a crianças pobres a ida e permanência na escola, assim como mobiliário para haver funcionamento apropriado. Com isso, a caixa escolar se revelava uma instituição de função dupla: de amparo à escolarização de crianças pobres e de garantia de condições materiais de funcionamento escolar.²³⁷ O regulamento de 1872 determinava que *cada província* desse ter sua própria caixa escolar e um conselho administrativo composto pelo inspetor da época, função semelhante à de um diretor na contemporaneidade.²³⁸ O conselho seria responsável por arrecadar doações com o objetivo de formar um fundo de recursos financeiros para a educação. Na República, essa posição da caixa escolar provincial transita para os estados, que criam, cada qual, sua normativa para uso desse instrumento.

Contudo, se for acertado dizer que o Estado republicano pensou taticamente quando reinseriu o uso das caixas escolares, fazendo um convite a toda a sociedade a participar contribuindo financeiramente para a organização das próprias instituições escolares, isso não anula sua omissão por não se responsabilizar, também, pelo financiamento global dos grupos escolares.

²³⁵ CARVALHO, Rosana A.; BERNARDO, Fabiana O. Caixa escolar: instituto inestimável para execução do projeto da educação primária. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 16, n. 3, p. 141–158, set. 2011/fev. 2012.

²³⁶ Bernardo (2020).

²³⁷ Bernardo (2020, p. 146–7).

²³⁸ Carvalho e Bernardo (2012).

Em Minas Gerais, a caixa escolar foi instituída logo após a reforma de João Pinheiro — lei 439 de 1906. Essa lei e o decreto 1.960/1906 abordam a instrução pública, mas não mencionaram a caixa escolar. Encontraremos o uso desse termo apenas no decreto 1.969, de 1907, que a reintegrou ao *corpus legislativo*, e no decreto 3.191, de 1911, que a reafirmou e consolidou algumas diretrizes de funcionamento do instrumento.²³⁹ Para Carvalho e Bernardo, o decreto 3.191 se assemelhava ao do império ao destinar aos alunos pobres oferta de alimentos, vestuário, calçados, assistência médica, livros, papel, pena (caneta), tinta, itens para museu/biblioteca, manutenção do material escolar, jardim, prédio etc.²⁴⁰ A novidade destinava-se a um prêmio pelo mérito escolar, ou seja, caso não houvesse falta na frequência escolar do aluno pobre, a equipe responsável pela caixa escolar poderia usá-lo na compra de “livros, estojos, medalhas, brinquedos etc., a serem distribuídos, como prêmio, aos alunos mais assíduos”.²⁴¹ Daí se ver como estratégia do governo republicano mineiro em estimular os estudos, o amor à nação e a responsabilidade pela prática rumo ao progresso.

Bernardo cita que o decreto previa os seguintes cargos para compor a equipe gestora administrativa da caixa escolar: secretário — destinado sempre para o diretor ou professor do grupo; presidente; tesoureiro; e três fiscais. Essas demais funções eram ocupadas por sócios, por meio de eleições internas; e o trabalho era voluntário, com prestação de conta a comunidade.²⁴² Essa norma se refletiu no Grupo Escolar Senador Camilo Chaves, como podemos ver na figura 9, que apresenta ata de reunião de 2 de junho de 1960, em uma sala do Grupo Escolar. Ali se elegeu a nova diretoria da caixa escolar, com a presença do corpo docente.

²³⁹ Bernardo (2020).

²⁴⁰ Carvalho e Bernardo (2012).

²⁴¹ Carvalho e Bernardo (2012, p. 147).

²⁴² Bernardo (2020).

FIGURA 9. Ata da eleição da nova diretoria do Caixa Escolar Senador Camilo Chaves 1960²⁴³

Aos vinte e seis dias do mês de junho
do ano de mil novecentos e sessenta em
uma das salas do Grupo Escolar "Senador
Camilo Chaves", à sua dezoito, realizou-se
a reunião para a eleição da nova dire-
toria da Caixa Escolar do referido esta-
belecimento, com a presença do corpo docente.
Ao declarar aberta a sessão a Sra. Diretora
Dirtora leu o capítulo III do Código do Ensino
Primário que trata das caixas escolares.
Achavam-se presentes Dr. Rodolfo Leite de
Oliveira, Dr. João Bittar, Dr. Jamil Janis,
Vice-Prefeito da cidade de São Paulo, Dr. José
Maria de Castro e Sita. Esteir Majadas Araújo e
Dando inicio a sessão a Sra. Diretora
convocou o Dr. Rodolfo Leite de Oliveira a
presidir a mesa.
Procedeu-se a eleição do Conselho que ficou
assim constituído: Dr. Geraldo Tavares, Dr. Ro-
dolfo Leite de Oliveira, Dr. João Bittar,
Dr. José Maria de Castro, Dr. Jamil Janis e
Sita. Esteir Majadas Araújo, Dr. José Carvalho
de Aquino, Fausto Carvalho e Dr. João de
Almeida Lima.
Logo após, o Conselho procedeu a eleição do

Presidente que recaia sobre a pessoa do Sr.
Geraldo Tavares.
2º membro efetivo: Dr. Rodolfo Lelte de Oliveira
3º " " " Sra. Olívia Rozadas Araújo.
Secretaria: Maria Eugênia Filha (Dileta)
Tesouraria: Lucy Braga de Aquino.
4º membro suplente: Dr. Samir Janis
5º " " " Dr. José Maria de Castro
6º " " " Dr. João Settar
7º " " " Dr. José de Oliveira Lima
8º " " " Dr. José de Carvalho Aquino.

Em seguida foi discutido a merenda escolar tendo o Dr. Samir Janis sugerido que se procurasse o Sr. Prefeito Municipal para que este entrasse em entendimento com o Serviço dezena Campanha Nacional de Merenda Escolar do Estado de Minas Gerais com sede em Belo Horizonte.

Eleou da palavra a Sra. Olívia M. Araújo que se prontificou a trabalhar com iniciativas em benefício da criança pobre.

O Dr. Samir Janis apresentou a ideia de ainda sugerir ao Dr. Rodolfo Lelte de Oliveira que apresentasse um projeto na Câmara Municipal para limpeza do prédio do Jardim Grilos.

Dr. Rodolfo Lelte de Oliveira tratou do assunto para aquisição de terreno para a construção do prédio do jardim Escolar "Senador Camilo Chaves". Ficou discutido e debatido o assunto e chegou-se a conclusão de que o Dr. Rodolfo procuraria o Serviço de Obras da Prefeitura afim de verificar se existe na

cidade um turno com a área proporcional
dig., com valor equivalente ao de José
María de Castro, aquém mas próximo, para
de jogar a permitir.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se
a presente ata que vai assinada pelo
Sr. Presidente, demais membros da Diretoria
todas as pessoas presentes e por mim,
nouvelle Secretária que a subscrevo e assino.

Quando

Adelpho
José M. de Castro
José Bittar
Fábio Almeida
José Carvalho de Figueira
Luisa Andrade Carvalho
Alicia Alice de Oliveira

Domingos Marques Bittar
Luisa Andrade Carvalho
Joaquim Bittar
Jaguar Andrade
Maria Mendes
Fernanda Braga de Figueira
Bathia Felina Bittar
Maria de Lourdes Góes
Ana Paula Tereza Villa
All Guimaraes Jr.
Dona Dilia de Andrade

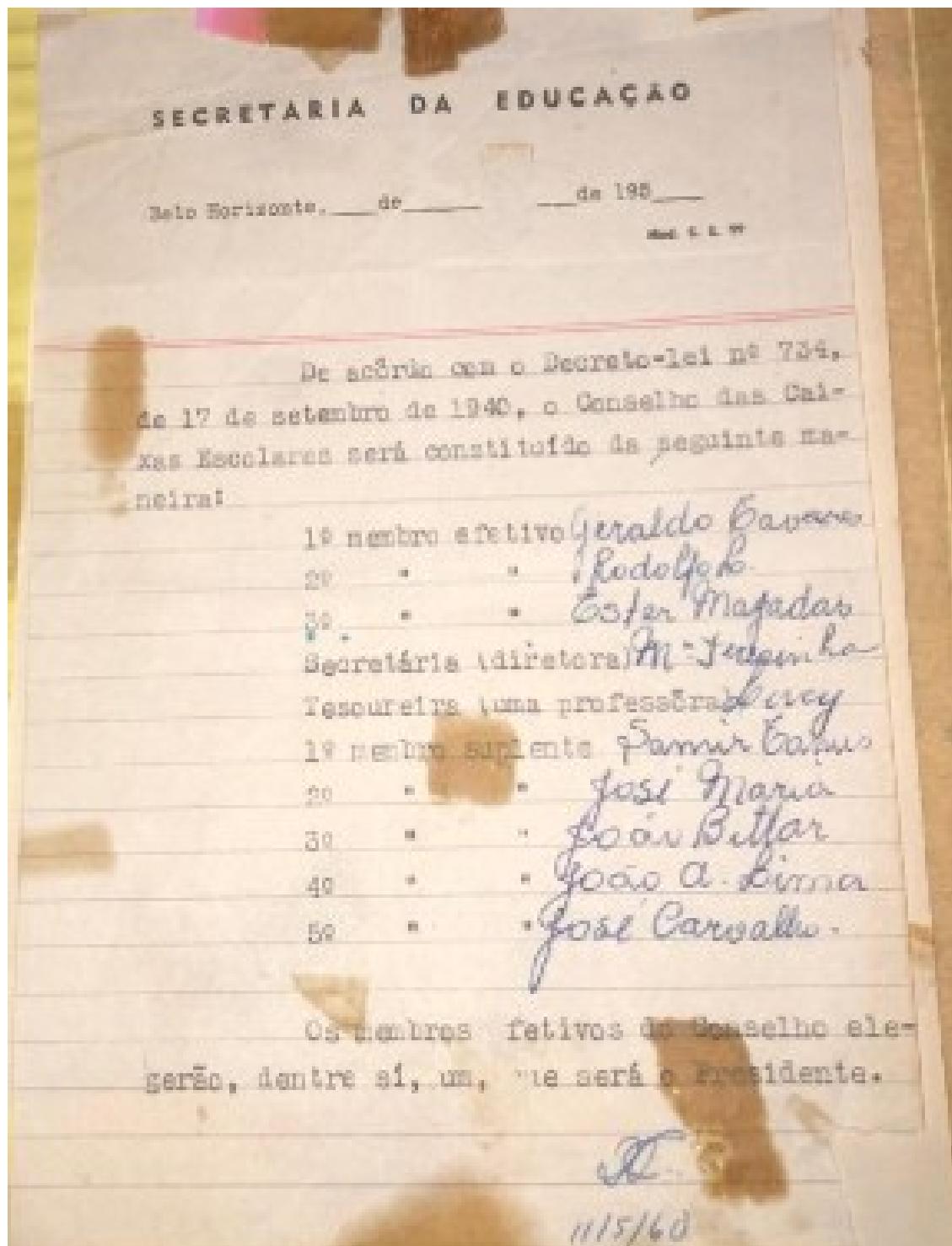
²⁴³ FONTE: acervo da Escola Estadual Senador Camilo Chaves.

Pelo documento, é possível entender que, em 1960, foi definida uma nova comissão para compor o conselho da caixa escolar, porque houve mudança no cargo de diretora. Nesse sentido, a primeira diretora, Maria Moraes, encerrava sua gestão e Maria Terezinha Vilela Carvalho assumiria o cargo. Igualmente, informa sobre os presentes na reunião: a diretora, Maria Terezinha, que leu o capítulo do Código do Ensino Primário que tratava das caixas escolares; autoridades, inclusive vice-prefeito. Como encaminhamento, foi votada e decidida a composição do conselho da caixa escolar, assim como nomes da composição final da equipe, escolhidos para serem membros efetivos e suplentes; também houve indicação da professora como secretária (diretora) e de outra docente para tesoureira. A discussão passou pela merenda escolar, em que se sugeriu a recorrência ao prefeito para que se comunicasse com a Campanha Nacional de Merenda Escolar do Estado de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte. Visto que uma senhora presente se prontificou a trabalhar com entusiasmo em benefício da criança pobre, entendemos que a solicitação de alimentos era para as crianças pobres. Além disso, a ocasião da escolha de membros da equipe da caixa escolar serviu para se pensar na resolução de questões prediais como a limpeza mediante envio de projeto à Câmara Municipal para. Mais que isso, se discutiu a aquisição de terreno para construção do prédio do grupo Camilo Chaves; ficou acertado que se faria uma sondagem, mediante o serviço de obras da prefeitura, a fim de verificar se existia na cidade um terreno com viabilidade de compra ou permuta.²⁴⁴

Como podemos inferir da ata, na caixa escolar se encontravam agentes distintos da sociedade Ituiutaba a fim de agirem em prol do grupo escolar. A presença do vice-prefeito dava a medida do envolvimento do poder público municipal na escola estadual, como assistência mais que auxiliar, mais que complementar, pois se interessava por problemas maiores como a falta de prédio próprio. Por outro lado, ao menos em aparência a demanda mais urgente era suprir a falta de alimentos para “crianças pobres”, ou seja, que moravam com famílias que não conseguiam não tinha como garantir o alimento básico.

²⁴⁴ GRUPO ESCOLAR SENADOR CAMILO CHAVES. *Ata de reunião da caixa escolar*. Ituiutaba, MG, 1960.

FIGURA 10. Documento de registro oficial da composição do conselho da caixa escolar do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves, Ituiutaba, MG, 1960²⁴⁵



²⁴⁵ FONTE: acervo da Escola Estadual Senador Camilo Chaves

Em certo sentido, a presença de políticos atuantes no Executivo — vice-prefeito — era só parte do envolvimento de assistência do grupo escolar. Mais que darem peso político à composição, eram gente destacada na sociedade e, por isso, com potencial de influenciar outras pessoas — a iniciativa privada. Com isso, representavam o público e o privado na caixa escolar. Como agentes públicos, faziam promessas de ação em prol grupo escolar; como cidadãos, podiam fazer algum tipo de “lobby” para ampliar as contribuições.

Com efeito, de acordo com Carvalho e Bernardo, era comum que as câmaras municipais distribuíssem verbas públicas para caixas escolares.²⁴⁶ Mas essa distribuição não era exclusiva do município, pois outros agentes agiram para destinar verbas aos grupos escolares e demais escolas de Ituiutaba.

É nessa perspectiva que a caixa escolar aparecia como protagonista, ajudando a resolver o problema em lugar do estado, que não se assumia como responsável pelos custos da escola estadual. Com a chancela da escola, distribuía a responsabilidade na comunidade escolar (alunado, famílias, funcionários) e pessoas importantes e de poder aquisitivo (políticos, fazendeiros, donos de comércio...). Assim, a caixa escolar era um tipo de catalisadora de demandas, interesses e intenções, a organizadora de um processo contínuo de arrecadar doações diversas para manter a escola funcionando e assegurar a frequência do aluno pobre. Portanto, é nesse contexto que a educação pública transparece ser privada, porque dependia deles para sua sobrevivência; portanto, é esse contexto que releva a importância de se discutir a relação público–privado nas instituições escolares.

De fato, essa questão importa porque os agentes públicos incumbidos de exercerem cargos na caixa escolar ocupavam, também, posições sociais que os alinhavam na esfera do privado igualmente, em que o assistencialismo marcava a existência da caixa escolar. Talvez por isso Carvalho e Bernardo a situem no contexto de um movimento filantrópico, que abrigava, dentre outras, a sociedade de amparo à criança. Tanto o é que eventuais católicos descontentes com o grupo escolar — a escola tida por laica, que não consideravam com modelo de instituição qualificado para receber seus filhos — eram favoráveis à caixa escolar, justamente, pelo caráter filantrópico. Era “fator determinante para a aceitação social das escolas republicanas, que viam neste

²⁴⁶ Carvalho e Bernardo (2012).

instituto valores inerentes às tradições religiosas já consolidadas”.²⁴⁷ Os valores expressados seriam: caridade, bondade, solidariedade, humildade.²⁴⁸

Segundo Carvalho e Bernardo, os sócios da caixa escolar tinham uma função fundamental nesse sentido: proporcionar algum tipo de ajuda financeira, fosse com doações de joias ou subvenções.²⁴⁹ O decreto de 3.191 os dividia em três tipos baseados na condição, nas funções e no *status* na organização da instituição. O primeiro tipo eram os *fundadores* — ajudavam na organização; o segundo, os *beneméritos* — doavam recurso financeiro maior ou igual a um conto de réis; o terceiro, os *contribuintes* — ajudavam com valores menores ou prestação de serviço voluntário.²⁵⁰ Além disso, era estabelecido o valor da cobrança, “fixada em 5\$000 a joia que deverá ser paga pelos sócios contribuintes, e em 1\$000 a mensalidade”.²⁵¹

Outras formas de arrecadação de dinheiro amparadas pelo decreto eram “donativos espontâneos e legados; gratificações às quais não fariam jus os professores licenciados ou faltosos, que deviam ser solicitados pelo diretor à Coleitoria local; e finalmente, com o produto líquido das multas do art. 414 n.10”.²⁵² Ou seja, eram contribuição dependente da vontade de doadores quanto ao tempo da doação, que podia não coincidir com a urgência das demandas escolares.

Nos casos de problemas urgentes, a escola se via obrigada a inventar mais formas de arrecadar fundos. Visto que ocorre certa intensificação na difusão dos grupos escolares dos anos 50 e 60 — vide o caso de Ituiutaba —, é nesse momento que ganha corpo a recorrência a eventos festivos, de entretenimento, de atividades lúdicas destinados à participação da comunidade escolar e da sociedade em geral. Incluem as quermesses, as peças de teatros, as sessões de cinemas, as festas, os chás benéficos, os concursos de personalidade e beleza, dentre outros.²⁵³ Evidentemente, a intenção era gerar caixa para a caixa escolar.

Um exemplo dessa forma de arrecadar pode ser derivado da *Folha Ituiutaba*, em edição de 1959 que noticiou, com manchete, uma campanha em prol da criança pobre

²⁴⁷ Carvalho e Bernardo (2012 p. 149).

²⁴⁸ Bernardo (2020).

²⁴⁹ Bernardo (2020).

²⁵⁰ Bernardo (2020).

²⁵¹ Bernardo (2020, p. 162).

²⁵² Carvalho e Bernardo (2012).

²⁵³ Bernardo (2020).

traduzida em um concurso para eleger a Rainha do Comércio. O título é inequívoco do envolvimento da sociedade civil na causa, ou seja, de agentes do comércio, por sinal, um ramo de atividade forte na cidade em função de sua ascensão como sede de um município de economia pujante. O texto não deixa dúvidas.

Sob o patrocínio de estabelecimentos comerciais da cidade, meritória campanha financeira vem desenvolvendo a diretoria e professoras do grupo escolar local “Senador Camilo Chaves” destinado a angariar fundos para assistência aos alunos pobres filiados à Caixa Escolar daquele educandário. Compreende-se a aludida campanha de um concurso para eleição da Rainha do Comércio, cuja renda será destinada à referida Caixa Escolar.²⁵⁴

O patrocínio de cada casa comercial se associava a uma candidata, de tal modo que a vitória da patrocinada elevava o nome do comércio. Assim, cada candidata teve sua patrocinadora. Por outro lado, a ação publicizadora do jornal se associava ao todo da campanha-concurso, de modo que se projetava como “amiga” do grupo escolar e duas causas, à qual se podia recorrer e da qual se podia contar com declarações de elogio e valorização úteis para cooptar a opinião pública. Em meio aos agentes do processo, o jornal era explícito em seu posicionamento.

Sempre prontos a colaborar com todos os movimentos filantrópicos que surgem na cidade, merecem aplausos os estabelecimentos comerciais acima mencionados que mais uma vez apoiam útil e oportuna iniciativa destinada a socorrer com alimentos e agasalhos os estudantes pobres.²⁵⁵

E assim seria a ação da *Folha de Ituiutaba* em outros casos de eventos de socialização e sociabilidade em prol da caixa escolar do grupo Camilo Chaves. Fosse o que fosse, tinha um lugar nas colunas do jornal.

O Cine Ituiutaba vai exibir hoje, em duas sessões, às 18.40 e 20.50 horas, em benefício da Caixa Escolar do Grupo Camilo Chaves, a magnífica película “Doce Aurora da Vida”, com David Ladd e Chill Wills. Portanto além de assistirem a um bom filme, os espectadores estarão contribuindo para minorar as agruras dos alunos pobres daquele estabelecimento de ensino primário.²⁵⁶

²⁵⁴ FOLHA DE ITUIUTABA. *Campanha em prol da criança pobre*. Ituiutaba, MG, quarta-feira, 20 maio 1959, n. 961, p. 2.

²⁵⁵ *Folha de Ituiutaba* (20 maio 1959, p. 2).

²⁵⁶ FOLHA DE ITUIUTABA. *Folha social*. Ituiutaba, MG, sábado, 25 jun. 1960, n. 1031, p. 4.

Fica claro que a *Folha de Ituiutaba* frisava a finalidade assistencial da ação em prol da caixa escolar, de modo que o texto funcionava como um tipo de apelo à sensibilidade do leitorado. Se fossem lotadas as sessões de cinemas, mais se beneficiariam as crianças pobres que dependiam de ajuda para se manterem na escola, pois a renda da bilheteria seria revertida em prol delas. Nesse caso, se impõe um elemento de ponderação: a necessidade de mais pagantes pelo ingresso deixava pouca margem para ingressos gratuitos, vale dizer, cadeiras na sala de cinema. Com isso, é provável que estudantes que não pudessem pagar não assistissem ao filme, grupo em que se enquadrariam os “alunos pobres”. Nessa lógica, as sessões de cinema eram em prol deste alunado último, mas talvez o benefício de ir ao cinema lhes fosse negado.

Outra ocasião de iniciativa de cunho filantrópico foi divulgada por outro jornal, o *Correio do Pontal*, de 1957. O objetivo era arrecadar dinheiro em benefício dos estudantes pobres por meio de um evento chamado “Chá bola de Neve”.

Senhoras e senhoritas [...] Será iniciada amanhã a campanha do “Chá Bola de Neve”, em benefício das crianças pobres do G. E. Senador Camilo Chaves. Aguardem a sua vez e não deixem de dar sua cooperação; pensem bem, o seu donativo [...]²⁵⁷

O evento, pelo que disse o jornal, revela como o envolvimento e mobilização da sociedade civil se especificava como atividade social e dirigia em grande às mulheres; quando não eram as mães, eram as moças — as filhas. Disso inferimos que a caixa escolar, ao chancelar eventos em nome dos alunos pobres do grupo escolar, seguia uma tendência que punha sob a batuta das mulheres o trabalho assistencial na cidade (vide a sociedade de senhoras). É como se as mulheres fossem muito mais eficientes no trabalho de cooptar a cooperação, o apoio, o auxílio, a ajuda, a doação, ou seja, valores de solidariedade diante da necessidade de outrem; logo, a elas eram atribuídas as ações de assistência social.

Não nos foi possível levantar montantes arrecadados com iniciativas tais quais a relatada acima; mas devemos mencionar o caso do concurso de mãe do ano, referido no início deste capítulo. Foi um dos eventos mais noticiados pela *Folha de*

²⁵⁷ CORREIO DO PONTAL. *Chá bola de neve*. Ituiutaba, MG, quinta-feira, 6 jun. 1957.

Ituiutaba, que o acompanhou em seis edições, cobrindo do lançamento do concurso ao baile de encerramento, quase sempre com destaque de manchete em topo de página. Dessas informações destacamos a arrecadação.

[...] a promoção das professoras e diretora do Grupo Camilo Chaves rendeu a quantia de Cr\$ 814.650,00, da qual deduzidas as despesas, restou uma renda líquida de Cr\$ 666.410,00, sem dúvida um resultado magnífico, que premia, merecidamente, o esforço exigido pela iniciativa.²⁵⁸

Pelo que se lê, a equipe da escola se punha na linha de frente na hora de promover meios de arrecadação como concurso de mães; e o que se arrecadava justificava o empenho, conforme podemos ver comparando com o montante das subvenções públicas: 660 mil pela escola, 185 mil públicos.

Além disso, nota-se que a diretora e as professoras desempenhavam funções que extrapolavam suas atribuições pedagógicas e administrativas formais. Além do trabalho docente, assumiam responsabilidades relacionadas à organização de eventos, mobilização da comunidade e arrecadação de recursos financeiros, configurando um acúmulo de funções no interior da instituição escolar. Tal dinâmica revela as contradições do financiamento da educação pública no período, uma vez que a manutenção do funcionamento escolar dependia, em grande medida, da ampliação do trabalho da equipe escolar.

Dessa forma, podemos dizer que, na cidade de Ituiutaba em tempo de capitalismo monopolista agrícola, a relação entre o público e o privado na educação pública se mantinha viva, ativa e em meandros diversos e intrincados. Fazia-se presente, acima de tudo, no cotidiano: nas carências internas ao Grupo Escolar Senador Camilo Chaves que espelhavam as necessidades externas, em especial a relação com a presença da miséria assolando muitas crianças e suas famílias — das quais muitas carregavam ainda o peso da migração da roça para a cidade e de uma nova vida de dificuldades e abandono.

Nesse contexto, as ações que o Grupo Escola Senador Camilo Chaves desenvolveu para arrecadar recursos e ajudar as pessoas pobres não podem ser vistas como coisas isoladas, pois fazem parte de um contexto social mais amplo, que tem muitas desigualdades. Esses fatos divulgados pela imprensa mostram que o Estado tinha

²⁵⁸ *Folha de Ituiutaba* (13 jul. 1963, p. 3).

limites ao tratar do financiamento de verbas públicas como investimento para educação. Isso sugere o quanto era significativa a participação da sociedade civil, quando se mobilizava para ajudar a resolver um problema que era estrutural e de responsabilidade do governo. Dessa forma, a união da comunidade escolar com grupos da sociedade civil é exemplo do improviso a que se via — se vê — na educação pública do país: governos que procuram atender de fato às necessidades. A escola pública configurou — configura — um espaço privilegiado de manifestação das contradições entre o público e o privado, nas quais se entrecruzavam — se entrecruzam — interesses, necessidades e estratégias de sobrevivência escolar no cenário do capitalismo (monopolista agrícola) vigente (em Ituiutaba).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando posta na perspectiva da história de Ituiutaba, a história do terceiro Grupo Escolar Senador Camilo Chaves desvela uma instituição com algumas ambiguidades que a singularizam e igualam ao primeiro e ao segundo e aos subsequentes.

Em 1955, quando foi criado o grupo escolar, o município de Ituiutaba, MG, entrava em um novo ciclo econômico: o da rizicultura. Até então, havia dois grupos escolares, criados em momentos distintos, esparsos e pouco relacionáveis com a força política de uma economia pujante. A força que levou à criação deles foi de ordem político-partidária, vale dizer, resultante de arranjos entre poder público municipal e estadual. Curiosamente, essa força não foi bastante para evitar um período de quase quatro décadas entre o primeiro grupo escolar (1908–10) e o segundo (1947). Pela pesquisa, argumentamos que a demora pode ter sido consequência de um *status quo* da educação que não pedia mudanças além de reformas e incrementos.

Todavia, o ciclo da economia do arroz traduziria um turbilhão de processos que modificariam de forma expressiva o modo de vida no município: a migração e a urbanização, a riqueza e a miséria, a política partidária. De fato, na conjugação da política com a economia do município e a renda gerada ao estado, a criação de grupo escolar se tornou um tipo de moeda de troca do governo estadual. O Grupo Escolar

Senador Camilo Chaves abriu caminho: foi discutido e aprovado em 1951, com menção em documento oficial; mas se tornou realidade de fato no ano em que Juscelino Kubitschek visitava Ituiutaba em prol de sua campanha a presidente; até 1960, seriam criados mais três. A cidade que passou quase cinquenta anos dispondo de três grupos escolares se tornou um tipo de “filão” ao jogo político; de um ano para outro passou a contar com uma nova escola primária pública, entre 1955 e 1960 (aliás, a pesquisa impôs uma dúvida: se alguma outra cidade com o perfil de Ituiutaba teve quatro grupos escolares criados em cinco anos durante a década de 50).

Se a economia de Ituiutaba tiver de fato levado a esse interesse político no município, onde se trocavam votos por escolas, por trás da ascensão econômica esteve uma força maior: o capitalismo monopolista, que se instaurou em Ituiutaba e região graças à projeção nacional como nova fronteira agrícola propensa à indústria voltada à produção rural: veículos, máquinas diversas, produtos químicos, sementes selecionadas, assistência técnica; tudo em nome da produção crescente como mote.

Em um primeiro momento dessa superprodução de arroz, foi necessária força de trabalho braçal que o município não tinha para suprir a demanda; a solução foi “importar” gente trabalhadora de outros lugares a fim de sustentar a demanda por produção cada vez maior. Em um segundo momento, a massa de braços que ajudaram a projetar o município na produção de arroz foi ficando obsoleta diante da penetração de um conjunto de máquinas agrícolas que fazia o serviço de muitos homens. Dispensada do labor no campo, essa população migrante (e a tradicional) se viu sem condições de permanecerem no meio e viu na cidade um destino viável.

Em 1960, quando o grupo Camilo Chaves formava a primeira turma de Ensino Primário, a população urbana já se igualava à rural em volume; ou seja, a cidade já lidava com uma primeira leva de migração que implicava aumento na demanda por serviços urbanos como a educação. Mal era criada a escola, e já se tornava insuficiente para acomodar a demanda.

Mais que isso, nesse contexto de município rico, o grupo escolar, por ser da alçada estadual, não contaria com subvenções municipais, ao menos não na mesma frequência e proporção daquelas destinadas, por exemplo, às escolas particulares. Nesse sentido, o estado cuidava da folha de pagamento, mas lavava as mãos quanto a outras demandas de financiamento. De tal modo, restava à escola e à sociedade agirem para

garantir a existência material e funcional da escola. Nesse caso, o grupo Camilo Chaves se igualava aos demais: se tornava uma escola onde o público e privado se imbricavam; em especial na seara da assistência social a crianças de famílias sem condição de custear a permanência da prole na escola. Central para isso foi a caixa escolar, instituição dentro da instituição escolar que cuidava da interface escola–sociedade no tocante; e dela fazia parte gente de *status* social elevado na hierarquia urbana de poderes, em especial políticos. Era um tipo de chancela e de fator de influência para cooptar corações e mentes em prol do grupo escolar.

Portanto, as circunstâncias históricas de Ituiutaba quando surgiu o grupo escolar aqui estudado foi um município que se viu sua economia ascender pela agricultura em meio a um processo de industrialização e urbanização, assim como de perspectiva de desenvolvimento nacional. Em seu cerne, a educação elementar se tornou fator central ao desenvolvimento porque viria formar força de trabalho fabril; mas em Ituiutaba o foco das atenções foi a produção agrícola, que dispensava a alfabetização. Assim, enquanto foi mantida no meio rural, a população não demandava escola primária pública; uma vez na cidade, se imporia como público para os grupos escolares, ainda em número inferior ao da necessidade. Por consequência, o aparato escolar da cidade que em dado seria expressivo para elevar a escolarização a níveis máximos se viu na relação desproporcional de sempre: não ter vagas escolares para todos.

Nessa perspectiva, o grupo Camilo Chaves começou sua história de forma improvisada e dependente de ações assistenciais filantrópicas para se fazer útil como instituição escolar operante, ativa, funcional, formadora. Como tal, se fez importante para aplacar o problema do analfabetismo que insistia em se tornar maior, por mais que se alfabetizassem crianças. Fez-se funcional no momento mesmo em que a população começava a se ampliar pela migração do campo. Podemos dizer de avanços educacionais lentos e fragmentados, dada a falta de políticas de financiamento/garantia das condições de funcionamento e existência regulares. Faltava priorizar de fato e coerentemente as demandas sociais por escolarização em consonância com a urbanização e industrialização.

De 1955 a 1966, foram instaladas catorze instituições escolares públicas urbanas, dentre estaduais e municipais, as quais compuseram o aparato com que o poder público receberia população migrante até 1970, quando se pode dizer de um

esvaziamento da população rural. Esses dois se impuseram como argumentos de reflexão mais aprofundada e fundamentada em uma medida que este estudo não comportava. Por isso, só pudemos aludir às relações entre ensino rural e urbano pelo viés da atenção dada ao meio rural e pelas consequências da migração. Especular essa questão exigiria um trabalho de adensamento da informação estatística para se entender o crescimento populacional urbano de 1950 a 60, sobretudo da faixa em idade escolar; mesma exigência se aplicaria a um levantamento do montante de matrículas o mais completo e abrangente possível para se dizer com mais exatidão qual escola fez mais e menos, dentre a primária pública estadual e a municipal, a particular assistencial e religiosa e a confessional paga. Por outro lado, seria preciso adensar a compreensão do processo educacional no meio rural, sobretudo das formaturas: seus números, suas datas. Isso porque não formados pela escola rural iriam compor a demanda da escola urbana tanto quanto crianças na idade de iniciar o Ensino Primário. São questões que se apresentam à ponderação sobre pesquisas futuras

A despeito das dificuldades impostas ao decorrer deste estudo, a ausência de documentos no acervo particular do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves, no recorte temporal de 1955 a 1966, configurou-se como um dos principais desafios enfrentados, em razão da escassez de registros preservados. Nesse contexto, além da legislação vigente à época, os jornais locais constituíram-se como fonte fundamental, possibilitando a compreensão da gênese, do funcionamento escolar e das relações estabelecidas entre escola, Estado e sociedade.

Todavia, cremos ter produzido uma compreensão mais aprofundada de alguns elementos recorrentes na historiografia acadêmica da educação em Ituiutaba, em especial quanto a agrupar dados para uma visão mais holística. Igualmente, cremos ter dado mais exatidão histórica a afirmações fatuais ditas e repetidas com imprecisão; o que vemos como função mesma da pesquisa e, sobretudo, da pesquisa histórica. Até então, os esforços foram de abertura e consolidação, dos quais nos valemos sobremaneira para tentar ir além; são o ponto de partida da tentativa, a guia, o farol, o parâmetro — a serem revistos como exercício de ciência.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3^a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ALVES, Talita Costa. *A gênese do Grupo Escolar Cônego Ângelo no interior de Minas Gerais 1963–1974*. 2017. 145 f. Dissertação (mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.
- ARAPORÃ. Os próximos cinco anos. *Folha de Ituiutaba*. Ituiutaba, MG, sábado 15 out. 1960, n. 1059.
- ARAÚJO, José C. S; SOUZA, Sauloéber T. A Escola Primária em Minas Gerais e no Triângulo Mineiro (1891–1930). In: ARAÚJO, José Carlos S; RIBEIRO, Betânia O. L.; SOUZA, Sauloéber T. (org.). *Grupos escolares na modernidade mineira: Triângulo e Alto Paranaíba*. Campinas: Alínea, 2012, p. 15–40.
- ARAUJO, José Carlos S. Capitalismo monopolista e educação no Brasil do século XX. In: CICLO DE ESTUDOS Núcleo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos da Educação, 3º, Palestra, 30 set. 2025.
https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=OOxjOiHz5_Q
- BADUY, Marina. *Grupo Escolar Prof. Ildefonso Mascarenhas da Silva*: sua historicidade e o contexto econômico e social de Ituiutaba em sua implantação. 2020. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.3622>.
- BARROS, José D'Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- BERNARDO, Fabiana O. *Frequência escolar e políticas de escolarização em Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas (1892–1911)*. 2020. 1.62 MB. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. <https://repositorio.ufmg.br/items/de7112a3-bceb-4552-9189-84abe37af1f0>.
- BEZERRA, Luciene T. S.; RIBEIRO, Betânia O. L.; ARAUJO, José C. S. Expansão educacional no Sudeste e migração em Minas Gerais: impactos na alfabetização da população de Ituiutaba (1956–1971). *HISTEDBR* On-line, Campinas, v. 17, n. 1, p. 191–213, 2017. DOI: 10.20396/rho.v17i71.8645283. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8645283>. Acesso em: 8 jan. 2026.
- BEZERRA, Luciene T. S.; RIBEIRO, Betânia O. L.; ARAUJO, José C. S. Expansão educacional no Sudeste e migração em Minas Gerais: impactos na alfabetização da população de Ituiutaba (1956–1971). *HISTEDBR* On-line, Campinas, v. 17, n. 1, p. 191–213, 2017. DOI: 10.20396/rho.v17i71.8645283. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v17i71.8645283>.

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8645283>. Acesso em: 31 jul. 2025. 31 jul. 2025.

BRASIL. Congresso Nacional. *Mensagem do presidente da República Eurico Gaspar Dutra dirigida ao Congresso Nacional em 1949*. Rio de Janeiro: 1949.
<http://ddsnnext.crl.edu/titles/124>.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil* (de 18 de setembro de 1946). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946. Brasília, DF: Presidência da República, 1946.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. *Presidentes*. Centro de Referência de Acervos Presidenciais, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, s. d. <https://presidentes.an.gov.br/index.php/presidentes>. Acesso em: 31 jul. 2025. 31 jul. 2025.

BUENO, José Geraldo Silveira. Função social da escola e organização do trabalho pedagógico. *Educar*. Curitiba, n. 17, p. 101–10, 2001. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.222>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/er/a/mxNpBCnthBt3Wt6GxDf3qPd/?lang=pt>. Acesso em: 31 jul. 2025. 31 jul. 2025.

CARVALHO, Luciana B. O. B. *Contribuição à história do município pedagógico no Brasil e em Portugal: estudo comparado dos casos de Uberabinha e Mafra*. Tese (doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2010.

CARVALHO, Rosana A.; BERNARDO, Fabiana O. Caixa escolar: instituto inestimável para execução do projeto da educação primária. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 16, n. 3, p. 141–158, set. 2011/fev. 2012.
<https://d1wqxts1xzle7.cloudfront.net/79490408/Texto-061-libre.pdf?1643043714>.

CHAVES, Luciana D; VIEIRA NETO, José. (Re)produção do espaço urbano e mercado imobiliário: a oferta de terrenos urbanos e imóveis residenciais em Ituiutaba-MG. In: NEVES, Adriana F.; PAULA, Maria H.; ANJOS, Petrus H. R.; BERNARDO, Jozimar (org.). *Estudos interdisciplinares em ciências ambientais, território e movimentos sociais*. São Paulo: Blucher, 2016, p. 162–73. ISBN 978-85-8039-159-6. Disponível em: https://www.blucher.com.br/estudos-interdisciplinares-em-ciencias-ambientais-territorio-e-movimentos-sociais_9788580391596. Acesso em: 31 mai. 2025.

DÂMASO NETO, Lázaro R. *Diálogos sobre esquerdas: um exercício de leitura política, sob a lente regional e local, pelo olhar de Elson Costa: Ituiutaba, MG – 1950–1964*. 2018. 89 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação em História) — Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2018.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5^a ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A conspiração contra a escola pública*. [Julio Okumura (org.) et al.]. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

FERNANDEZ, Fernando N. *Conceitos, problemática socioambiental, mudanças climáticas e iniciativas de proteção e recuperação do meio ambiente no mundo e na América latina*. São Paulo: CRV, 2025, n. p.

FERREIRA, Ana E. S.; CARVALHO, Carlos H. O grupo escolar João pinheiro: sua gênese e o desenvolvimento no cenário histórico-educacional de Ituiutaba. In: In: SOUZA, Sauloéber T.; RIBEIRO, Betânia O. L. (org.). *Do público ao privado, do confessional ao laico: a história da educação em Ituiutaba*. Uberlândia: ed. UFU, 2009, p. 73–114.

FRATTARI NETO, Nicola José. *Educandário Espírita Ituiutabano: caminhos cruzados entre a ação inovadora e sua organização conservadora*. Ituiutaba, Minas Gerais (1954–1973). 2009. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (org.). *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: Ipea, 2010.

GIAVARA, Eduardo. A dinâmica da produção do arroz em Ituiutaba (Minas Gerais, 1950–1970). *Patrimônio e Memória*, v. 15, n. 1, p. 182–199, 2019.
<https://doi.org/10.5016/pem.v15i1.3243>

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*: volume 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 4^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: ed. Unicamp, 1990.

MARTINS, Ana Luiza. *História do café*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Aracy A.; ANTUNES, Maria I. *Educação do campo: desafios para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

IMITSUE, M. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MONTALVÃO, Sérgio. A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação. *Mosaico*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21–39, 2010.
<https://doi.org/10.12660/rm.v2n3.2010.62786>. Disponível em:
<https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/62786>. Acesso em: 21 jul. 2025

MONTEIRO NETO, Aristides. República Brasileira — 120 anos depois, o que comemorar? *Ipea*, ano 7, ed. 61, 2010.

NETTO, José P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 10^a ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. 4^a ed. Campinas: Alínea, 2013.

OLIVEIRA, Hélio C. M. *Urbanização e cidades: análises da microrregião de Ituiutaba (MG)*. 2013. Tese (doutorado em Geografia) — Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

OLIVEIRA NETO, Aroldo A. *A cultura do arroz*. Brasília: Companhia Nacional de Abastecimento, 2015.

ORNELLAS, Helison; VILELA, Luene H.; LOPES, Monalisa; ELIAS, Tânia A. Trabalho de levantamento de fonte: E. E. Senador Camilo Chaves. Ituiutaba, MG, p. 1–106. Fevereiro de 2015.

PAIVA, Hélio B. *Memórias, histórias e crônicas tijucanas*. Uberlândia: ed. UFU, 2018. PEREIRA, José Almeida. *Cultura do arroz no Brasil: subsídios para a sua história*. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2002. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-470-4>.

PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes históricas*. 3^a ed. São Paulo: Contexto, 2011.

RIBEIRO, Betânia O. L.; SILVA, Leila A. A.; QUILLICI NETO, Armindo. Educação rural em Minas Gerais: gênese das escolas municipais de Ituiutaba (anos 1940). *HISTEDBR* On-line, Campinas, SP, v. 12, n. 46, p. 74–93, jun. 2012. <https://doi.org/10.20396/rho.v12i46.8640072>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640072>.

RIBEIRO, Betânia O. L.; LIMA, Valéria A.; QUILLICI NETO, Armindo. Escola pública em Minas Gerais: gênese do Grupo Escolar Ildefonso Mascarenhas da Silva (anos 1940–50). *HISTEDBR* [on-line], Campinas, 51, p. 323–40, jun/2013. <https://doi.org/10.20396/rho.v13i51.8640280>

RIBEIRO, Betânia O. L. *Puxando fios da memória: a invenção de uma professora pesquisadora*. 2022. 269 f. Memorial acadêmico (concurso para professor titular classe E) — Instituto de Ciências Humanas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2022. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21163>.

ROMANELLI, Otaíza O. *História da Educação no Brasil: (1930/1973)*. 9^a ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: edição comemorativa*. Campinas: Autores Associados, 2008.

SELBACH, Jeferson Francisco (org.). *Vidas que vem e vão*. S. l.: Edição do Autor, s. d.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, Dalva M. O. *Memória: lembrança e esquecimento*. Trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro (décadas de 1950 e 1960) Dissertação (mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

SILVA, Elizabeth F.; RIBEIRO, Betânia O. L. O Grupo Escolar de Vila Platina e a educação: variações intrínsecas sobre um prédio determinado. In: SOUZA, Sauloéber T.; RIBEIRO, Betânia O. L. (org.). *Do público ao privado, do confessional ao laico: a história da educação em Ituiutaba*. Uberlândia: ed. UFU, 2009, p. 47–72.

SILVA, Letícia O.; PEREIRA, Mirna L. Reestruturação urbana e caracterização econômica: transformações espaço-temporais de Ituiutaba (MG). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16., 2019, Vitória. *Anais...* Vitória: UFES, 2019, p. 1–20.

SILVA JÚNIOR, Celestino A. A escola pública como objeto de estudo. *Pesquisa Qualitativa*, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 17–29, abr. 2016. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/32>. Acesso em: 21 jul. 2025.

SILVEIRA, Daiane L. S. *Migrantes nordestinas e escolarização no Pontal Mineiro (1950 e 1960): desafios, resistências, embates e conquistas*. 2014. 149 f. Dissertação (mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. DOI <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2014.174>

SOUZA BEZERRA, Luciene T. *Da sombra da magnólia ao porvir do Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado de 1956 a 1971*. 2016. Dissertação (mestrado em Educação) — Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2016.81>. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/17739>. Acesso em: 31 jul. 2025.

SOUZA, Rosa F. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890–1910)*. São Paulo: ed. Unesp, 1998.

SOUZA, Alciene M. *Tempos vividos, histórias e memórias construídas: as escolas rurais e suas professoras (Ituiutaba–MG, 1970 a 1990)*. 2021. 151 f. Dissertação (mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.571>.

VIDAL, Diana G. *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893–1971)*. Campinas. Mercado de Letras, 2006, p. 1–148.

VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 88, n. 219, p. 291–309, 1º ago. 2007. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rtep.88i219.749>.

VIEIRA, Katia L. S. S. Reestruturação urbana e caracterização econômica: transformações espaço-temporais de Ituiutaba (MG). In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 14º, 2021, Campina Grande. *Anais* [...]. Campina Grande: Realize, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78659>. Acesso em: 8 jan. 2026. https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA169_ID359016112021234855.pdf

Fontes dos dados do quadro 7

POPULAÇÃO

1910–1911–1940–1950

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de. *Urbanização e cidades: análise da microrregião geográfica de Ituiutaba (MG)*. 2013. 431 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15977/1/UrbanizacaoCidadesAnalise.pdf>

1957

FOLHA DE ITUIUTABA. Cidade de Ituiutaba: 21.636 habitantes. Ituiutaba, MG, sábado, 1º jul. 1957, n. 821

1960

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas do Século XX: População – Resultados preliminares do recenseamento geral de 1º-IX-1960*. Rio de Janeiro: IBGE, 1961. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1961/populacao_m_1961aeb_01a24.pdf. Acesso em: 08 jan. 2026

MATRÍCULA DOS GRUPOS ESCOLARES

João Pinheiro e Ildefonso Mascarenhas

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. *Da centralidade da infância na modernidade e sua escolarização: a Escola Estadual João Pinheiro Ituiutaba (MG), 1908-1988*. 2007. 209 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/14082>.

Prof. Ildefonso Mascarenhas da Silva

BADUY, Marina. *Grupo Escolar Prof. Ildefonso Mascarenhas da Silva: sua historicidade e o contexto econômico e social de Ituiutaba em sua implantação*. 2020. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.3622>. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/29313?locale=pt_BR.

Clovis Salgado

BEZERRA, Luciene Teresinha de Souza. *Da sombra da magnólia ao porvir do Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado de 1956 a 1971*. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2016.81> Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/17739>.

CUNHA, Tânia Rezende Silvestre. *História da alfabetização de Ituiutaba: vivências no Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado-1957-1971*. 2011. 164 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13665>. Acesso em: 08 jan. 2026.

Camilo Chaves

GRUPO ESCOLAR SENADOR CAMILO CHAVES. Livro de promoção dos alunos. 1956. Acervo da escola. Ituiutaba, MG.

GRUPO ESCOLAR SENADOR CAMILO CHAVES. Livro de promoção dos alunos. 1957. Acervo da escola. Ituiutaba, MG.

GRUPO ESCOLAR SENADOR CAMILO CHAVES. Livro de promoção dos alunos. 1958. Acervo da escola. Ituiutaba, MG.

GRUPO ESCOLAR SENADOR CAMILO CHAVES. Livro de promoção dos alunos. 1959. Acervo da escola. Ituiutaba, MG.

GRUPO ESCOLAR SENADOR CAMILO CHAVES. Livro de promoção dos alunos. 1960. Acervo da escola. Ituiutaba, MG.

GRUPO ESCOLAR SENADOR CAMILO CHAVES. Livro de promoção dos alunos. 1966. Acervo da escola. Ituiutaba, MG.

Ituiutaba

LIMA, Jaqueline Martins de. *Ensino público no interior de Minas Gerais: o grupo escolar Ituiutaba (1958-1968)*. 2023. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/38484>.

Cônego Ângelo

ALVES, Talita Costa. *A gênese do Grupo Escolar Cônego Ângelo no interior de Minas Gerais 1963–1974*. 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21163>.

SOUZA, Sauloéber Társio de; COSTA, Talita Alves. *O Grupo Escolar Cônego Ângelo: de volta aos pardieiros? (Ituiutaba-MG: 1964-1985)*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 15, n. 66, p. 73–90, 2016. DOI: 10.20396/rho.v15i66.8643703. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8643703>.

Fontes documentais escolares

GRUPO ESCOLAR SENADOR CAMILO CHAVES. *Ata de reunião da caixa escolar.* Ituiutaba, MG, 1960.

Fontes jornalísticas

AGOSTINHO, M. A terra e o homem. *Folha de Ituiutaba.* Ituiutaba, MG, sábado, 1º mar. 1960, n. 1013.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. *Encontra apoio na imprensa oficiosa da Capital do Estado, a iniciativa do industrial sr. José Andraus Gassani, para a proteção ao produtor de arroz e esposada pelo “Correio de Uberlândia”.* Uberlândia, MG, quinta-feira, 26 abr. 1945, n. 1638.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. *Coroada de pleno êxito a viagem do dr. Camilo Chaves Júnior à capital.* Uberlândia, MG, sábado, 21 jul. 1945, n. 1699.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. *As lavouras de arroz do Triângulo Mineiro estão sendo abandonadas por falta de preço mínimo compensador.* Uberlândia, MG, quarta-feira, 17 maio 1950, n. 2904.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. *Em benefício dos rizicultores do Triângulo Mineiro.* Uberlândia, MG, quarta-feira, 17 maio 1950, n. 2904.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. *Muito grave a situação dos produtores de arroz.* Uberlândia, MG, terça-feira, 27 fev. 1951, n. 3102.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. *A Associação Comercial de Uberlândia vai agir em favor dos rizicultores.* Uberlândia, MG, quinta-feira, 22 mar. 1951, n. 3119.

CORREIO DO PONTAL. *Grupo Escolar Senador Camilo Chaves.* Ituiutaba, MG, quinta-feira, 9 ago. 1956.

CORREIO DO PONTAL. *Chá bola de neve.* Ituiutaba, MG, quinta-feira, 6 jun. 1957.

COSTA, Ronaldo F. N. Os economistas de hoje. *Folha de Ituiutaba.* Ituiutaba, MG, quarta-feira, 18 jan. 1961, n. 1078.

DIÁRIO CARIOCA. *O que vai pelos estados.* Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 21 fev. 1957, n. 8776.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Mudança da Capital Federal.* Ituiutaba, MG, abr. 1947, s. n.

FOLHA DE ITUIUTABA. *O governador Juscelino Kubitschek visitará Ituiutaba em Agosto.* Ituiutaba, MG, 18 jul. 1951, n. 436.

FOLHA DE ITUIUTABA. [Anúncio]. Ituiutaba, MG, sábado, 19 jun. 1954, n. 667.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Vai ser iniciada a ponte sobre o rio Tejuco.* Ituiutaba, MG, 28 mar. 1953, n. 586.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Breve o início da Praça de Esportes em Ituiutaba.* Ituiutaba, MG, 25 dez. 1954.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Vários menores recolhidos às celas da Cadeia de Ituiutaba.,* sábado, 24 jul. 1954, n. 672.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Um repórter em sinuca.* Ituiutaba, MG, sábado, 16 out. 1954, n. 684.

FOLHA DE ITUIUTABA. [Anúncio]. Ituiutaba, MG, sábado 13 nov. 1954, 688.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Multiplicam-se fatos policiais envolvendo menores.* Ituiutaba, MG, sábado, 23 out. 1954, n. 695.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Faleceu o escritor e ex-senador Camilo Rodrigues Chaves.* Ituiutaba, MG, sábado, 5 fev. 1955, n. 700.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Dirige-se ao presidente do PSD de Ituiutaba o candidato à Presidência da República o Governador Juscelino Kubitschek.* Ituiutaba, MG, 19 fev. 1955, n. 702.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Grupo Escolar "Senador Camilo Chaves".* Ituiutaba, MG, sábado, 7 maio 1955, n. 713.

FOLHA DE ITUIUTABA. *A instalação do 3.º terceiro grupo escolar desta cidade.* Ituiutaba, MG, sábado, 7 maio 1955, n. 713.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Visitou Ituiutaba o Governador Clovis Salgado.* Ituiutaba, MG, sábado, 9 jul. 1955, n. 721.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Vai funcionar o grupo escolar Sen. Camilo Chave.* Ituiutaba, MG, sábado, 9 jul 1955, n. 722.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Ituiutaba receberá hoje Juscelino Kubitschek e João Goulart!* Ituiutaba, MG, sábado 24 set. 1955, n. 733.

FOLHA DE ITUIUTABA *Inaugura-se amanhã o Grupo Escolar "Senador Camilo Chaves".* Ituiutaba, MG, sábado, 7 jan. 1956, n. 748.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Solenemente inaugurado o grupo escolar "Senador Camilo Chaves".* Ituiutaba, MG, sábado, 14 jan. 1956, n. 749.

FOLHA D E ITUIUTABA. *Ainda sem mobiliário o Grupo Escolar Senador Camilo Chaves.* Ituiutaba, MG, sábado, 25 fev. 1956, n. 755.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Ecos de um acontecimento marcante*. Ituiutaba, MG, sábado, 31 mar. 1956, n. 760.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Atuação dos representantes de Ituiutaba*. Ituiutaba, MG, sábado, 5 maio 1956, n. 765.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Mais de 200 milhões de cruzeiros para os postos agropecuários*. Ituiutaba, MG, sábado, 26 maio 1956, n. 768.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Mobiliado o Grupo Escolar “Senador Camilo Chaves”*. Ituiutaba, MG, sábado, 6 out. 1956, n. 787.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Retrato (sem retoques) de um município esquecido*. Ituiutaba, MG, sábado, 27 out. 1957, n. 790.

FOLHA DE ITUIUTABA. [Anúncio]. Ituiutaba, MG, segunda, 24 dez. 1956, n. 798.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Visão retrospectiva de 1956*. Ituiutaba, MG, sábado, 29 dez. 1956, n. 799.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Os primeiros frutos da Conferencia dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Triângulo Mineiro*. Ituiutaba, MG, sábado, 2 fev. 1957.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Aos senhores proprietários de tratores*. Ituiutaba, MG, sábado, 16 nov. 1957, n. 845.

FOLHA DE ITUIUTABA. [Anúncio]. Ituiutaba, MG, sábado, 15 fev 1958, n. 870.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Ituiutaba impressiona pela vertiginosidade de seu desenvolvimento*. Ituiutaba, MG, sábado, 20 set. 1958, n. 913.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Empregados para a Usina “Salto do Morais”*. Ituiutaba, MG, 1957, n. 935.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Aniversariou ontem o professor Ildefonso Mascarenhas*. Ituiutaba, MG, sábado, 7 set. 1957, n. 935.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Prefeitura Municipal de Ituiutaba*. Lei n. 470, de 2 de dezembr de 1958. Ituiutaba, MG, quarta-feira, 4 fev. 1959, n. 985.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Diga-nos o número do seu título e nos lhe diremos onde votar*. Ituiutaba, MG, sábado, 14 maio 1960, n. 1020.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Folha social*. Ituiutaba, MG, sábado, 14 maio 1960, n. 1020.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Brazeiros de casca de arroz estão aleijando crianças*. Ituiutaba, MG, quarta-feira, 25 jan. 1961, n. 1080, p. 1.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Campanha em pról da criança pobre*. Ituiutaba, MG, quarta-feira, 20 maio 1959, n. 961, p. 2.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Folha social*. Ituiutaba, MG, sábado, 25 jun. 1960, n. 1031.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Prefeitura municipal de Ituiutaba*. Ituiutaba, MG, sábado, 3 set. 1960.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Hoje inauguração das novas instalações da ACIAPI*. Ituiutaba, MG, sábado, 26 maio 1960, n. 1037.

FOLHA DE ITUIUTABA. [Anúncio]. Ituiutaba, MG, sexta-feira, 16 set, 1960, n. 1053.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Oportunidades a jovens*. Ituiutaba, MG, quarta-feira, 19 maio 1960, n. 1021.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Poderoso grupo financeiro europeu pretende montar indústria nesta cidade*. Ituiutaba, MG, quarta-feira, 11 jan. 1961, n. 1076.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Município de Ituiutaba*: — 56.252 pessoas recenseadas até agora. Ituiutaba, MG, sábado, 21 jan. 1961, n. 1079.

FOLHA DE ITUIUTABA. [Anúncio]. Ituiutaba, MG, sábado, 15 out. 1960, n. 1060.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Êxito de Ituiutaba no 1º Encontro Regional de Abastecimento*. Ituiutaba, MG, sábado, 1º jul. 1961, n. 1111.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Crime revoltante*: mais crianças estropiadas pela queima de casca de arroz! Ituiutaba, MG, sábado, 29 jul. 1961, n. 1115.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Mais uma vítima de casca de arroz incendiada*. Ituiutaba, MG, sábado, 12 ago. 1961, n. 1118.

FOLHA DE ITUIUTABA. *O drama continua: Mais duas crianças queimadas na casca de arroz*. Ituiutaba, MG, sábado, 23 ago. 1961, n. 1120.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Um recado aos industriais de todo o País*. Ituiutaba, MG, sábado, 23 dez. 1951, n. 1142, n. p.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Quase dezesseis milhões de verbas orçamentárias para Ituiutaba e toda a região*. Ituiutaba, MG, sábado 23 dez. 1960, n. 1142.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Prefeitura de Ituiutaba*. Ituiutaba, MG, sábado 13 jan. 1962, n. 1147.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Vagas para jornaleiros*. Ituiutaba, MG, quarta-feira, 11 jun. 1962, n. 1145.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Concurso “Mãe do Ano” lavrou absoluto sucesso.* Ituiutaba, MG, sábado, 13 jul. 1963, n. 1266.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Uma carta que muito nos sensibiliza.* Ituiutaba, MG, sábado, 5 out. 1963, n. 1285.

FOLHA DE ITUIUTABA. Prefeitura de Ituiutaba. Ituiutaba, MG, sábado 24 dez. 1963, n. 1303.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Novo mínimo saiu com Ituiutaba na 1.ª sub-região: 42 mil Cr\$.* Ituiutaba, MG, quarta-feira, 26 fev. 1964, n. 1310.

FOLHA DE ITUIUTABA. Publicidade é coisa séria... Ituiutaba, MG, sábado, 13 ago. 1960, n. 1345.

GEHTT, Rafael. A mecanização da lavoura. *Folha de Ituiutaba.* Ituiutaba, MG, quarta-feira, 18 fev. 1959, n. 938, “Coluna agrícola”.

GEHTT, Rafael. *Liberte-se das capinas.* *Folha de Ituiutaba.* Ituiutaba, MG, quarta-feira, 25 dez. n. 1957.

LAVOURA & COMÉRCIO. Ituiutaba sob os influxos de administração evoluída e fecunda. Uberaba, MG, 9 jul. 1945, n. 10885.

MACHADO, Jeronima A. S. Asilo de menores: um imperativo inadiável. *Folha de Ituiutaba.* Ituiutaba, MG, sábado, 30 out. 1954, n. 686, “Reportagem oportuna”.

MACHADO NETO, Brasilio. Mecanização agrícola. *Folha de Ituiutaba.* Ituiutaba, MG, sábado, 13 out. 1956, n. 788.

MONTEIRO, Alberto. A monocultura do arroz ameaça a economia do Triângulo Mineiro. *Folha de Ituiutaba.* Ituiutaba, MG, quarta-feira, 4 set. 1963, n. 1279.

MONTEIRO, Alberto. Máquinas agrícolas manejadas irracionalmente estão arrasando os solos da região (1.º de uma série). *Folha de Ituiutaba.* Ituiutaba, MG, sábado, 14 dez. 1963, n. 1302.

MONTEIRO, Alberto. Técnica da motomecanização e conservação das máquinas agrícola (2.º de uma série). *Folha de Ituiutaba.* Ituiutaba, MG, sexta-feira, 24 dez. 1963, n. 1303.

SOCIEDADE DE AUTOMÓVEIS MANOEL A. CANCELLA. Ao srs. Fazendeiros e arrendatários. *Folha de Ituiutaba.* Ituiutaba, MG, sábado, 19 jan. 1958, n. 884.

Fontes de estatística demográfica

JINSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. *Situação demográfica.* População estimada, 1968.

https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1969/populacao_m_1969aeb_007.pdf

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. *Situação demográfica. População estimada, 1968.*

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. *A localização da nova capital da República.* Rio de Janeiro: serviço gráfico do IBGE, 1948, s. p.

UNITED STATES CENSUS BUREAU. *Historical Population Change Data (1910–2020).* “Data. Tables”. Washington, D. C., April 26, 2021.

<https://www.census.gov/data/tables/time-series/dec/popchange-data-text.html>.

APÊNDICE 1

Mapeamento de números afins à matrícula/alfabetização/escolarização na cidade de Ituiutaba

ESCOLAS CRIADAS DE 1910 - 1955					
ANO		GE JOÃO PINHEIRO	GE Machado de Assim	GE Idelfonso Masc.	GE Sen. Camilo Chaves
1910	Q.A	205			
	Q.S	14			
1912	Q.A	250			
	Q.S	*			
1914	Q.A	248			
	Q.S	*			
1940	Q.A	530			
	Q.S	*			
1947	Q.A			460	
	Q.S			*	
1953	Q.A		160	504	35
	Q.S		*	*	*
1954	Q.A			406	
	Q.S			9	
1956	Q.A				446
	Q.S				15
1957	Q.A				437
	Q.S				15
1958	Q.A				406
	Q.S				15
1959	Q.A				438
	Q.S				15
1960	Q.A				430
	Q.S				15
1966	Q.A	834			830
	Q.S	*			24
1967	Q.A	1.134			
	Q.S	*			
1968	Q.A	1.234			
	Q.S	*			
1969	Q.A	931			
	Q.S	*			
1970	Q.A	830			
	Q.S	*			
1971	Q.A			495	
	Q.S			16	
1985	Q.A			750	
	Q.S			26	

ESCOLAS CRIADAS DE A PARTIR DE 1956						
ANO		GE Gov. Clóvis Salgado	GE ITUIUTABA	GE Conego Ângelo	ROTARY	EDUCANDÁRIO
1956	Q.A	576			120	
	Q.S	*			*	
1957	Q.A	576				
	Q.S	*				
1958	Q.A		600			
	Q.S		*			
1961	Q.A				149	
	Q.S				4	
1962	Q.A				239	
	Q.S				6	
1963	Q.A			222	393	
	Q.S			4	8	
1964	Q.A	627		391		548
	Q.S	11		10		12
1965	Q.A	642		411	327	487
	Q.S			14	*	10
1966	Q.A	714		346	431	
	Q.S	*		12	*	
1967	Q.A		114		474	
	Q.S		4		*	
1968	Q.A				556	810
	Q.S				*	22
1969	Q.A		543		528	874
	Q.S		19		*	23
1970	Q.A		405			734
	Q.S		18			18
1971	Q.A	901	284		800	732
	Q.S	18	16		*	
1972	Q.A		328			
	Q.S		15			
1973	Q.A		645			
	Q.S		21			
1974	Q.A		547			
	Q.S		16			
1975	Q.A		759			
	Q.S		20			
1976	Q.A		806			
	Q.S		20			
1977	Q.A		846			
	Q.S		22			
1978	Q.A		892			
	Q.S		24			
1979	Q.A		1.009			
	Q.S		24			
1980	Q.A		913			
	Q.S		23			
1981	Q.A		1.025			
	Q.S		22			
1982	Q.A		910			
	Q.S		26			
1983	Q.A		842			
	Q.S		20			
1984	Q.A		864			
	Q.S		19			
1985	Q.A		771			
	Q.S		18			

		Instituições educacionais								
		confessionais				demais				
ANO		Escola PADRE VITORIOSO	Escola Paroquial da Vila Natal	Escola Imaculada Conceição	Escola São João Batista	Escola Amor às Letras	Conservatório o Dr. José Zócolli de Andrade	Curso supletivo de adultos	Colégio Comercial Oficial	Antônio Souza Martins
1953	Q.A	75	37	34	31	28		240		
	Q.S	*	*	*	*	*		*		
1966	Q.A								116	
	Q.S								4	
1967	Q.A								150	
	Q.S								4	
1968	Q.A								167	
	Q.S								4	
1969	Q.A								243	
	Q.S								5	
1970	Q.A								229	
	Q.S								5	
1971	Q.A					100			242	
	Q.S					*			5	
1972	Q.A								238	
	Q.S								5	
1973	Q.A								177	
	Q.S								4	
1974	Q.A								173	700
	Q.S								4	
1975	Q.A								189	
	Q.S								4	
1976	Q.A								198	
	Q.S								4	
1977	Q.A								204	
	Q.S								4	
1978	Q.A								219	
	Q.S								4	
1979	Q.A								466	
	Q.S								8	

Ensino Privado								
ANO		Escola Rui Barbosa	Escola Anjo da Guarda	Ginásio São José	Escola Santa Teresa	Instituto Marden	Escola Santa Terezinha	
1939	Q.A				53			
1940	Q.A				60	200		
1941	Q.A			37				
1950	Q.A			136				
1951	Q.A			95				
1952	Q.A			92				
1953	Q.A	180	114	108	215	819	200	
1954	Q.A			132				
1955	Q.A			165				
1956	Q.A			181				
1957	Q.A			186				
1960	Q.A			211				
1962	Q.A			166				
1963	Q.A			128				
1970	Q.A			71				

Subvenções públicas a instituições e serviços em Ituiutaba					
Instituição/Serviços	1957	1959	1961	1962	1964
<i>Subvenções públicas para escolas de Ituiutaba: assistencial — público-privada-religiosas</i>					
Escola Rotary	40.000	7.000	—	25.000	100.000
Educandário Ituiutabano	—	40.000	100.000	250.000	1.000.000
Escola Rui Barbosa	20.000	6.000	10.000	—	—
Escola Anjo da Guarda	20.000	8.000	—	—	—
Ginásio São José	60.000	20.000	120.000	—	—
Escola Santa Teresa	60.000	20.000	150.000	—	—
Instituto Marden	60.000	—	280.000	—	—
Escola Santa Terezinha	—	6.000	—	—	—
A Escola "Lions Clube"	—	—	—	—	100.000
Escola do Centro Espírita	—	7.000	—	30.000	100.000
Eurípedes Barsanulfo	—	—	—	—	—
União Estudantil Ituiutabana	—	—	80.000	—	200.000
Escola Padre Vitorio	—	7.000	—	20.000	100.000
Escola São João Batista	20.000	10.000	—	35.000	100.000
Escola da Igreja Presbiteriana	—	—	—	25.000	100.000
Escola da Tenda João Batista	—	—	—	20.000	100.000
Escola Antoninho da Rocha Marmo	—	—	—	20.000	100.000
Escola Igreja Evangélica Assembléia de Deus	—	—	—	—	100.000
Escola Igreja Evangélica Adventista	—	—	—	—	100.000
Escola Igreja Evangélica Congregação Cristã do Brasil	—	—	—	—	100.000
Subvenções públicas para os Grupos Escolares					
João Pinheiro	20.000	20.000	10.000	35.000	100.000
Ildefonso Mascarenhas	20.000	—	10.000	25.000	100.000
Senador Camilo Chaves	20.000	20.000	10.000	35.000	100.000
Clóvis Salgado	—	20.000	10.000	35.000	100.000
Grupo Escolar Ituiutaba	—	20.000	10.000	35.000	100.000
Cel. João Martins	—	—	10.000	35.000	100.000
Bias Fortes	—	—	—	35.000	100.000
Subvenções públicas a instituições de assistência a populações vulneráveis					
Dispensário infantil	—	150.000	—	250.000	—
Asilo de dementes	—	250.000	—	400.000	1.000.000
Assistência a hansenianos	—	5.000	—	—	—
Amparo à infância	—	—	800.000	—	—
Proteção à maternidade e infância	—	—	50.000	—	—
Casa dos Velhos	—	—	—	—	600.000
Subvenções públicas distribuídos para outros serviços					
Dispensário São Vicente de Paulo	—	150.000	—	200.000	—
Hospital "São José da Sociedade de São Vicente de Paulo"	—	—	—	—	500.000
Hospital São José	—	350.000	—	—	—
Asilo de Dementes José Dias Machado	—	250.000	—	—	—
Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, de Ituiutaba	—	5.000	—	—	—
Instituto dos Cegos do Brasil Central, de Uberaba	—	3.000	—	—	—
Mansão do Caminho -	—	—	—	—	400.000

Organização Maçônica Hospital e Albergue					
Caixa de Beneficência da Igreja Presbiteriana	—	—	—	—	100.000
Caixa de Beneficência da Casa de Oração	—	—	—	—	100.000
Patronato de Menores "São José do Tijuco		—	—	—	100.000
Ao Preventório de Araguari	—	5.000	—	—	—
Pré-Seminário N. S. de Fátima	—	20.000	—	30.000	—
Conferência de São Vicente de Paulo	—	—	—	—	500.000
Loja Maçônica "Estréla Ituiutabana	—	—	180.000	—	—
Folha de Ituiutaba	—	—	20.000	—	—
Associação dos Trabalhadores de Ituiutaba	—	—	30.000	—	—
Associação dos Trabalhadores	100.000	—	—	—	—
Associação Rural de Ituiutaba	—	—	30.000	—	—
Guarda-Mirim de Ituiutaba	—	—	—	200.000	—
Clube Social "Leão XIII	—	—	—	—	400.000
Sociedade dos Amigos de Ituiutaba	—	—	100.000	—	—
Banda de Música Municipal	40.000	—	—	—	—
Palmeira-Clube	—	—	30.000	—	—
Club Recreativo Tijucano	—	—	100.000	—	—
Ituiutaba-Clube" Sociedade Recreativa	—	—	80.000	—	—
Guarani Futebol Clube	40.000	—	—	—	—
Associação Esportiva Ituiutabana	—	—	100.000	—	—
Ituiutaba Clube	50.000	—	—	—	—
Ituiutaba Esporte Clube	—	—	100.000	—	—
Atlético Clube Ituiutabano	—	—	50.000	—	—
Aero Clube de Ituiutaba	—	10.000	30.000	60.000	—
Afro-Clube de Ituiutaba	—	—	—	—	300.000

FONTES

— Matrícula das escolas: Álvaro Brandão, Padre vitorioso, Paróquia Vila Natal, São João Batista, Amor às Letras, Escola Rui Barbosa, Anjo da guarda, Ginásio São José, Escola Santa Tereza, Instituto Marden, Curso Supletivo de Adulto e Santa Terezinha.

PACHECO, Simone Beatriz Neves. "Colégio São José: gênese e funcionamento da escola dos estigmatinos em Ituiutaba - Mg (1940-1971) . 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. DOI <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2012.210>

Matrícula do Antônio Souza Martins

LIMA, Genis Alves Pereira de. Os colégios polivalentes na ditadura civil-militar como modelo de educação: estudo sobre a Escola Estadual "Antônio Souza Martins" de Ituiutaba-MG (1974-1983). 2018. 275 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22048>

Matrícula do Rotary

MARÇAL, Josiane Aparecida. A gênese da Escola Rotary: interlocuções entre o público e o privado - 1956/1971. 2017. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2017.348>. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/19643>

Matrícula Colégio Comercial

SILVA, Jóbio Balduino da. Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba: reflexões sobre a história da educação profissional pública no portal do Triângulo Mineiro (1965-1979). 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. DOI <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2012.213>. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13897>.

Matrícula no Conservatório

COELHO, Nicula Maria Gianoglou. De escola de acordeom ao Conservatório Estadual de Música Dr. José Zócolli de Andrade (Ituiutaba-MG 1965-1983). 2013. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13985>.

Matrícula do EDUCANDÁRIO

FRATTARI NETO, Nicola José. Educandário Espírita Ituiutabano : caminhos cruzados entre a ação inovadora e sua organização conservadora. Ituiutaba, Minas Gerais (1954-1973). 2009. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13784>

Colégio São José e mMachado de Assis

MORAES, Andréia Demétrio Jorge. História e memória da formação docente em Ituiutaba - MG. 2014. 227 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. DOI <https://doi.org/10.14393/ufu.te.2014.103>. Disponível em:<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13686>.

APÊNDICE 2

Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Grupo Escolar Senador Camilo Chaves: gênese e impacto social na cidade de Ituiutaba – MG (1955 – 1965)”, sob a responsabilidade das pesquisadoras Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro e Laura de Oliveira.

Nesta pesquisa nós estamos buscando analisar as condições que se materializam na educação escolar das crianças que estudavam no Grupo Escolar Senador Camilo Chaves no período de 1955 a 1965 no município de Ituiutaba, em Minas Gerais, no Brasil.

O Termo/Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) está sendo obtido de forma virtual antes do início da sua participação na pesquisa e coleta de dados. O procedimento consiste no envio deste documento em formato PDF, assinado pelas pesquisadoras para obtenção do consentimento livre e esclarecido para a entrevista. Se concordar em participar, você deverá assinar eletronicamente e retornar o documento digitalizado por e-mail laura04oliveira@outlook.com da pesquisadora. Caso prefira, também poderá assinar manualmente em versão impressa e enviar o documento por meio de fotografia ou correio, com os custos cobertos pela pesquisa. A pesquisadora Laura Oliveira, responsável pela aplicação do TCLE, confirmará o recebimento e a assinatura no início da entrevista. Antes de concordar em participar da pesquisa, você pode entrar em contato com a pesquisadora, em tempo real, para discutir as informações do estudo por meio de ligação telefônica ou mensagem eletrônicas pelo whatsApp (16) 99743-2981.

Você tem o tempo que for necessário para decidir se quer ou não participar da pesquisa (conforme item IV da Resolução nº 466/2012 ou Capítulo. III da Resolução nº 510/2016). Destacamos que o período da coleta de dados ocorrerá entre 11 de janeiro de 2025 e 6 de fevereiro de 2025.

Na sua participação, você durante a pesquisa, passará por uma entrevista virtual via Google Meet, com duração estimada de até 3 horas, onde serão discutidas 19 questões sobre suas experiências e memórias no Grupo Escolar Senador Camilo Chaves entre 1955 e 1965. A entrevista será realizada com intervalos a cada 30 minutos, para garantir o seu conforto e bem-estar durante a participação. A entrevista será marcada conforme sua disponibilidade e, com o seu consentimento, será gravada em formato de vídeo para posteriormente fazer a transcrição.

Após, os dados serão tratados para garantir a sua privacidade e segurança. A gravação da entrevista será transcrita e armazenada de forma segura em um dispositivo local, mantendo a confidencialidade das informações. Todos os dados serão protegidos e mantidos em sigilo. As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para fins de análise e divulgação dos resultados da pesquisa, sem a identificação dos participantes.

Para analisar e interpretar os dados coletados, utilizaremos a História Oral, um método que permite compreender suas experiências e o cotidiano da escola no período estudado, e o Materialismo Histórico Dialético, que busca entender como as condições econômicas e sociais influenciam a educação.

Você tem o direito de não responder a qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal. Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa.

Nós, pesquisadores, atenderemos às orientações das Resoluções nº 466/2012, Capítulo XI, Item XI.2: f e nº 510/2016, Capítulo VI, Art. 28: IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob nossa guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. Informamos que as gravações originais das entrevistas serão mantidas mesmo após a transcrição, com todas as medidas necessárias para garantir o sigilo das informações por tempo indeterminado.

Os resultados da pesquisa serão publicados, e ainda assim a sua identidade será preservada. Dessa forma, para garantir a confidencialidade dos participantes, todas as entrevistas serão transcritas, identificadas e publicadas apenas por códigos, em vez de nomes reais. Cada participante será referido com a letra "E" (de "entrevistado"), seguida de um número que representa seu lugar na sequência de entrevistas. Assim, os participantes serão identificados como "E1," "E2," "E3," e assim por diante.

Os riscos consistem em evocar memórias sensíveis ou afetivas, é importante que os participantes saibam que têm a liberdade de interromper ou abandonar a pesquisa a qualquer momento, sem sofrer qualquer penalização. Além disso, há um risco mínimo de que um participante possa ser identificado. Para isso, a equipe responsável pelo estudo se compromete a proteger a identidade dos participantes, por meio do sistema de codificação do entrevistado, citado no parágrafo anterior. Nesse sentido, as designações no texto aparecerão como E1, E2, E3. Além das limitações das tecnologias.

Para minimizar alguns riscos do ambiente virtual, é importante que você tenha todo o cuidado com a segurança e privacidade do local quando realizar o acesso às etapas virtuais da pesquisa para que sejam garantidos o sigilo e a confidencialidade necessários. Antes, durante ou após o consentimento ou a coleta de dados, informe ao(à) pesquisador(a) quaisquer condições adversas, como entradas inesperadas de pessoas no ambiente.

Assim, os riscos inerentes ao ambiente virtual de modo geral incluem risco à privacidade, com possibilidade de invasão ou acessos não autorizados durante a entrevista, e problemas de conectividade, como instabilidade na conexão de internet que pode afetar a continuidade da entrevista. Para mitigar esses riscos, serão adotadas as seguintes medidas: segurança da plataforma, com utilização de plataformas seguras, autenticação de participantes e criptografia dos dados; suporte técnico, com assistência para resolver problemas de conectividade; e armazenamento seguro, com gravação das entrevistas em ambientes protegidos e acesso restrito à equipe de pesquisa. Essas medidas visam garantir a segurança, a privacidade e o conforto dos participantes, minimizando os riscos associados ao ambiente virtual conforme o Ofício Circular nº. 2/2021/CONEP/SECNS/MS.

Os benefícios não estão diretamente ligados ao participante, mas irão colaborar no campo da história e historiografia da educação brasileira. Assim, a pesquisa ajudará a construir e preservar as memórias do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves, tendo em vista que há uma lacuna a ser preenchida, pois não foram encontradas publicações sobre a história dessa instituição. Além disso, poderá ser subsídios para outros estudos sobre o desenvolvimento educacional no município de Ituiutaba.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Para a retirada do consentimento, o participante poderá enviar um e-mail à pesquisadora (laura04oliveira@outlook.com) solicitando a remoção dos seus dados. Em seguida, será enviado um documento “termo de retirada de consentimento e de dados da pesquisa” em formato PDF para que o participante assine digitalmente ou manualmente. Após o documento deverá ser reenviado à pesquisadora.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deve ser salvo nos seus arquivos. Este Termo está assinado pela pesquisadora responsável e contém seu telefone e endereço de contato para que você possa tirar dúvidas sobre o projeto e sua participação.

Em qualquer momento, caso tenha qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, e-mail betania.laterza@gmail.com – Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco G, Campus Santa Mônica- Uberlândia/MG, CEP 38408-100 ou Laura de Oliveira, telefone (16) 99743-2981, e-mail laura04oliveira@outlook.com - Universidade Federal de Uberlândia.

Havendo algum dano decorrente da pesquisa, você tem direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19).

Para obter orientações quanto aos direitos dos(as) participantes de pesquisa, acesse a cartilha disponível no link:
https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf.

Você poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos – CEP, da Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, campus Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; pelo telefone (34) 3239-4131; ou pelo e-mail cep@propp.ufu.br. O CEP/UFU é um colegiado independente criado para defender os interesses dos(as) participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o

desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, 4 de novembro de 2024

Assinatura da pesquisadora

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do(a) participante de pesquisa

APÊNDICE 3

Roteiro de entrevista semiestruturada

Roteiro de entrevista com Ex-alunos (as)

- 1- Quem era o Senador Camilo Chaves?
- 2- Em qual período você estudou no Grupo Escolar Senador Camilo Chaves?
- 3- Como foi o processo de seleção para ingressar como aluno? Quais eram suas expectativas na época?
- 4- Qual era a profissão dos seus pais?
- 5- Como você descreveria o ambiente escolar e a estrutura física do prédio na época?
- 6- Como era a rotina escolar? A escola oferecia merenda?
- 7- Usava-se uniforme, como era?
- 8- Como era a relação entre alunos e professores? Os professores eram próximos, rígidos ou incentivavam os alunos? Lembra de alguma professora?
- 9 - E da diretora?
- 10- Como eram as aulas? E quais eram os conteúdos?
- 11- Que livros ou materiais eram usados nas aulas?
- 12- Existiam castigos, caso sim, como eram?
- 13- Como os alunos eram avaliados?
- 14- Como era a organização das turmas? Havia separação por sexo ou eram mistas? todos eram da mesma idade?
fileira para o recreio
- 15- Qual era o papel da diretora na escola e no dia a dia dos alunos?
- 16- Havia algum tipo de festividade, desfiles e celebrações? Como eram essas ocasiões?
- 17- Você recebia algum tipo de apoio ou ajuda do caixa escolar? Se sim, de que forma essa ajuda acontecia? (Já ouviu falar)
- 18- Quais são suas lembranças mais marcantes da época em que foi aluno do Grupo Escolar?
- 19- Como você descreveria a importância do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves em sua formação pessoal e profissional?
- 20- Qual mensagem você deixaria para os educadores da atualidade?

Revisão textual; revisão de normas-formatação; tradução de resumo

EDINAN JOSÉ SILVA
edinan@quipus.com.br
zedinan@gmail.com

Ortografia e gramática padronizadas conforme: o acordo ortográfico da língua portuguesa de 2009; o Vocabulário ortográfico da língua portuguesa (Academia Brasileira de Letras) e a Moderna gramática portuguesa (Evanildo Bechara)

Normalização e formatação revistas e padronizadas segundo a NBR 14724:2018 (Associação Brasileira de Normas Técnicas), com suas mudanças de julho de 2023

Serviço pré-defesa (10 dez. 25–10 jan. 26)